TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO: O CASO DOS TRABALHADORES RESIDENTES PERMANENTES DE UMA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA PAULISTA

MARIA REGINA SILVA BORTOLOTTI

Orientador: ORIO WALDO QUEDA

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, para obtenção do Título de Mestre em Sociologia Rural.

PIRACICABA

Estado de São Paulo - Brasil

JUNHO-1980

Aos meus filhos João Gilberto, Gustavo e Guilherme, pensando que no futuro possam compreender o significado das horas das quais foram privados.

AGRADEÇO

- ao Prof. Dr. Oriowaldo Queda pela orientação e apoio dedicados durante o Curso de Mestrado e na elaboração deste trabalho
- à Profa. Dra. Maria Ignez Guerra Molina, pelo constante incentivo e pelas sugestões dadas
- ao Prof. Dr. Joaquim J.C. Engler, Chefe do Departamento de Economia e Sociologia Rural, e aos demais professores que, direta ou indiretamente contribuíram para minha formação
- aos meus colegas da Universidade Federal de São Carlos e amigos de todos os dias Prof. Álvaro Rizzoli e Profa. Lúcia Helena M. Rizzoli, pela valiosa colaboração, apoio e estímulo nas discussões
- ao João Gilberto, marido e companheiro, que à sua maneira apoiou e incentivou este trabalho
- à minha mãe Iracema Costanzo V. Silva, por ter propiciado condições para que este trabalho pudesse ser elaborado
- à Srta. Suely da Silva pelo paciente trabalho de datilografia
- aos trabalhadores da Usina Tamoio pela acolhida amiga, pela confiança e pela grandeza de suas contribuições.

	Página
RESUMO	1
1. INTRODUÇÃO	4
2. TRABALHO E CAPITALISMO	8
3. METODOLOGIA OPERACIONAL	22
3.1. A Usina, Universo, Amostra e a Pesquisa de Campo	22
4. ESTRUTURA FAMILIAR	35
4.1. Composição das Famílias dos Trabalhadores Residentes Perma nentes	35
4.2. Origem das Famílias Residentes	45
5. AS TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO: O CAMINHO DA DEGRA DAÇÃO DO TRABALHO	55
5.1. O Colonato: passado e presente	55
5.2. Os Lavradores	98
5.3. Os Operadores de Máquinas	140
6. PERCEPÇÃO DA SUA CONDIÇÃO DE TRABALHO E DA SUA CONDIÇÃO DE VIDA	148
7. CONCLUSÕES E SUGESTÕES	163
SUMMARY	171
BIBLIOGRAFIA	174

LISTA DE TABELAS E QUADROS

	Página
Tabela 1. População e Amostra das Famílias de Trabalhadores Residentes Permanentes por Categoria de Trabalho e Seção de Moradia na Usina Tamoio	29
Tabela 2. Número e Porcentagem de Membros das Famílias de Trabalhadores Residentes Permanentes Segundo a Relação de Parentesco na Família por Categoria de Trabalho (Amostra) ...	36
Tabela 3. Distribuição da Amostra por Categoria de Trabalho Segundo a Naturalidade Rural ou Urbana dos Chefes e Demais Membros	37
Tabela 4. Número e Porcentagem dos Chefes de Famílias Residentes Permanentes da Amostra por Categoria de Trabalho Segundo o Tamanho da Família	38
Tabela 5. Número e Porcentagem dos Chefes das Famílias de Trabalhadores Permanentes da Amostra por Categoria de Trabalho, Segundo a Faixa Etária	40
Tabela 6. Número e Porcentagem dos Chefes e Demais Membros das Famílias Residentes Permanentes da Amostra por Categoria de Trabalho e a Relação de Parentesco na Família Segundo a Faixa Etária	42

Tabela 7. Número e Porcentagem dos Demais Membros das Famílias de Trabalhadores Residentes por Categoria de Trabalho, Segundo o Sexo	43
Tabela 8. Número e Porcentagem dos Demais Membros das Famílias de Trabalhadores Residentes por Categoria de Trabalho, Segundo a Faixa Etária e Sexo	44
Tabela 9. Número e Porcentagem dos Chefes de Famílias de Trabalhadores Residentes Permanentes da Amostra por Categoria de Trabalho, Segundo os Motivos da Vinda para a Usina .	45
Tabela 10. Número e Porcentagem dos Chefes de Famílias de Trabalhadores Residentes Permanentes da Amostra por Categoria de Trabalho, Segundo o Tempo de Residência na Usina	47
Tabela 11. Renda Mensal e Renda Familiar das Famílias de Trabalhadores Residentes Permanentes da Amostra por Categoria de Trabalho	94
Tabela 12. Número e Porcentagem dos Demais Membros das Famílias de Colonos Fornecedores de Canas da Amostra que Trabalham por Empregador e Local de Trabalho, Segundo o Tempo de Serviço na Atividade	96
Tabela 13. Número e Porcentagem dos Chefes de Família da Categoria Lavradores da Amostra, Segundo as Atividades Anteriores na Usina e Fora da Usina com Diferentes Regimes de Trabalho	101

Tabela 14. Número e Porcentagem dos Chefes de Famílias da Categoria Lavradores da Amostra, Segundo as Atividades Atuais e Anteriores Exercidas na Usina na Condição de Assalariado	104
Tabela 15. Número e Porcentagem de Chefes por Categoria de Trabalho Segundo o Tempo de Serviço na Atividade Atual e nas Atividades Anteriores	110
Tabela 16. Número e Porcentagem dos Demais Membros das Famílias Residentes Permanentes Segundo o Local de Residência Atual	112
Tabela 17. Número e Porcentagem dos Filhos dos Trabalhadores Residentes Permanentes da Amostra que Não Residem na Usina com a Família, Segundo o Local de Residência Atual, Zona Rural e Urbana, Idade, Sexo, Estado Civil, por Faixa Etária	117
Tabela 18. Número e Porcentagem dos Demais Membros das Famílias Residentes Permanentes da Amostra por Categoria de Trabalho do Chefe, Segundo o Tipo de Atividade Exercida	119
Tabela 19. Número e Porcentagem dos Demais Membros das Famílias da Categoria Lavradores da Amostra, nas Atividades Atuais, por Empregador e o Local de Exercício da Atividade, Segundo o Tempo de Serviço	120
Tabela 20. Distribuição das Famílias Residentes da Amostra Segundo o Cultivo ou Não de Lavoura de Subsistência	136

Tabela 21. Número e Porcentagem dos Chefes das Famílias de Trabalhadores Residentes da Amostra por Categoria de Trabalho Segundo a Atividade do Pai do Chefe e o Local de Exercício da Atividade	141
Tabela 22. Número e Porcentagem dos Chefes de Família de Trabalhadores Residentes Permanentes da Categoria Operadores de Máquina da Amostra Segundo as Atividades Anteriores e Atividade Atual Exercidas na Usina	142
Tabela 23. Número e Porcentagem dos Chefes de Famílias de Trabalhadores Residentes Permanentes da Categoria Operadores de Máquinas da Amostra, Segundo as Atividades Anteriores e o Local de Trabalho	145
Quadro 1. Número de Trabalhadores Volantes Empregados nos Serviços de Lavoura na Safra 1976/77, Segundo o Local de Origem e o Empregador	126
Quadro 2. Número de Trabalhadores Empregados nas Atividades Agrícolas na Safra 1976/77	128
Quadro 3. Número de Trabalhadores Empregados nas Atividades Agrícolas no Período de Entresafra 76/77	129

RESUMO

O presente trabalho analisou o problema da transformação das relações de trabalho em uma usina de açúcar e álcool. Procurou entender e explicar estas transformações, como decorrência do processo de desenvolvimento do capitalismo em geral, e particularmente das especificidades deste processo na agricultura.

Pretendeu analisar uma situação de vida concreta, desvendando através dos dados e dos depoimentos obtidos, a lógica da organização do trabalho nos diferentes momentos que marcam o desenvolvimento da usina. Neste sentido, o trabalho de análise teve como elemento fundamental as verbalizações dos trabalhadores acerca da sua experiência de vida. Particularmente, interessou ater a análise ao nível dessas verbalizações, como uma das formas, através das quais fosse possível reconstruir a maneira pela qual estes trabalhadores vivenciaram este processo de transformação, ao qual foram historicamente submetidos.

Procurou buscar subsídios ao nível do conhecimento produzido na medida em que contribuíram para aprofundar e enriquecer questões fundamentais. Na maior parte das vezes a análise se deteve na des

criação de situações concretas que pareciam particularmente significativas.

Foram analisadas as alterações que se processaram na organização do trabalho entre as famílias de trabalhadores residentes permanentes que compõem parte da atual força de trabalho empregada nas lavouras de canas da Usina Tamoio S.A. Objetivou compreender, o modo como se estruturaram as relações de trabalho ao nível dessas famílias, e as especificidades dos regimes de trabalho, aos quais foram submetidos no decorrer do desenvolvimento pelo qual passou a Usina em questão, a partir da década de 1930.

A partir dos dados coletados, a análise procurou captar os momentos daquele processo de transformação, que se refletiram diretamente na organização do trabalho nas lavouras de canas desta Usina. Esses momentos se manifestaram concretamente em três situações distintas. A primeira, onde a organização do trabalho estava baseada fundamentalmente no regime do tipo colonato, que se constituiu na principal forma de organização da força de trabalho empregada pela Usina. Uma segunda situação onde se verifica, ao longo de um período, a ruptura e a decadência deste regime de trabalho. E uma terceira, que corresponde ao momento atual da Usina, onde se verificou o desaparecimento do colonato, o aparecimento dos trabalhadores especializados - os tratoristas, motoristas, etc. e a predominância de um contingente novo de trabalhadores temporários e volantes, como a principal forma de organização da força de trabalho empregada nas lavouras de canas.

A preocupação principal se ateve a dois tipos fundamentais de questões. A partir da constatação dos principais momentos da

transformação, que caracterizou o desenvolvimento da Usina em termos a groindustriais, a análise primeiramente se voltou para a compreensão das consequências desse processo sobre os regimes de trabalho que constituiram a base sobre a qual estava assentada a organização do trabalho na Usina. Em segundo lugar, procurou ressaltar os efeitos dessas transformações a nível das famílias e especialmente sobre o trabalhador individualmente.

Os efeitos dessas transformações se deram em dois sentidos. Propiciou uma crescente desintegração da família, na medida em que a Usina não absorveu seus membros como força de trabalho.

Também, a reorganização do processo produtivo destruiu o cupações e transformou o trabalhador em trabalhador parcelado, exercendo um efeito degradante sobre a capacidade técnica do mesmo.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar o processo de trans formação das relações de trabalho em uma agroindústria açucareira, tendo como pressuposto que no decorrer do desenvolvimento do capitalismo ao ní vel das relações sociais de produção, se concretizam transformações nas relações de trabalho, no sentido de transformar o trabalho em trabalho pa ra o capital, e os trabalhadores em trabalhadores para o capital. O desen v olvimento das relações de trabalho se processa tendendo a transformar to do o trabalho em trabalho assalariado, no sentido da perda pelo trabalha dor dos meios de produção e das condições que l he possibilita produzir seus meios de vida. E, também paralela e conjuntamente em razão da inten sificação da divisão do trabalho processa-se uma crescente degradação do trabalho, que leva o trabalhador a um distanciamento das atividades agrí colas que caracterizam e integram o processo de produção do açúcar e a uma perda do domínio sobre o conjunto dessas atividades, à sua degrada ção, pauperização e proletarização.

São objetivos específicos deste trabalho proceder a uma análise das diferentes formas que assumiram as relações de trabalho ao

nível das famílias de trabalhadores residentes permanentes, caracterizando o modo como estas famílias reagiram ao impacto das transformações que se deram ao nível do processo produtivo, procurando entender como emergiram e se transformaram os diferentes regimes de trabalho característicos das lavouras de canas, e em que medida estas formas de trabalho são coerentes com a da lógica do desenvolvimento do capitalismo.

Objetiva-se analisar uma situação de vida concreta das famílias de trabalhadores residentes permanentes ligados diretamente ao trabalho no canavial, desvendando a lógica das relações de trabalho que a suportam, procurando revelar uma estrutura de organização do trabalho nas lavouras de canas.

Inicialmente, pretendia-se realizar um trabalho cujo objetivo central estava voltado para a análise das diferentes formas que assumiram as relações de trabalho na agroindústria açucareira, em uma determinada região administrativa do Estado de São Paulo. Tendo em vista as dificuldades advindas da abrangência deste tema, o objetivo central deste trabalho começou a ser delimitado.

A preocupação principal voltou-se assim para a realização de um trabalho cujo tema central envolvia a análise dos diferentes tipos de trabalhadores existentes em uma agroindústria açucareira específica, localizada na 6^a Região Administrativa do Estado de São Paulo. Esta escolha foi baseada principalmente na multiplicidade de regimes de trabalho utilizados pelas Usinas desta região, o que facilitaria atender aos objetivos propostos pela pesquisa.

Na Usina escolhida coexistem pelo menos quatro tipos de trabalhadores ligados às lavouras de canas: colonos-fornecedores residentes; trabalhadores assalariados permanentes residentes com vínculo

empregatício com a Usina; trabalhadores assalariados permanentes residentes sem vínculo empregatício com a Usina, mas que nela empregam sua força de trabalho através de Empreiteira de Mão de Obra e Turmeiros; e, trabalhadores volantes residentes na Usina e em vilas e cidades vizinhas. Estes últimos chegam diariamente para o trabalho na Usina, através da Empreiteira de Mão de Obra ou Turmeiros nos caminhões de turma.

Era quase impossível delimitar a população constituída por trabalhadores volantes, bem como encontrar um critério equivalente para selecionar os indivíduos abrangidos pelo estudo. Dada as especificidades de composição destes quatro tipos de trabalhadores uma nova tentativa de delimitação do campo de estudo foi realizada.

A análise prendeu-se tão somente aos trabalhadores residentes permanentes da Usina. Estes relacionam-se com ela sob diferentes modalidades de contrato de trabalho. Assim, este estudo teve como preocupação compreender o modo como se estruturaram as relações de trabalho a nível dessas famílias de trabalhadores e as especificidades que assumiram estas relações no decorrer do processo de desenvolvimento e expansão capitalistas por que passou a Usina em questão.

A população em estudo constitue-se portanto de famílias de trabalhadores residentes permanentes, distribuídas em três tipos: lavradores, motoristas e tratoristas e colonos-fornecedores de cana. Estes três tipos de trabalhadores vinculam-se exclusivamente às lavouras de canas, nela empregando sua força de trabalho. Esta escolha baseia-se principalmente no fato de constituírem diferentes tipos de regimes de trabalho que se inserem em uma mesma unidade produtiva, em momentos históricos distintos e aí coexistem. Para tanto tomou-se como ponto de referência a década de 1930 que pode ser considerada como ponto que marca o

ressurgimento da agroindústria canavieira paulista¹.

¹ Para aprofundar esta questão o leitor poderá recorrer aos trabalhos de QUEDA (1972), GNACCARINI (1972), GNACCARINI (1975), WANDERLEY (1978), SZMRECSÁNYI (1979), entre outros.

2. TRABALHO E CAPITALISMO

O processo de transformação das relações sociais de produção tem suas raízes estreitamente vinculadas ao desenvolvimento do capitalismo na sociedade como um todo.

Neste contexto o trabalho assume o ponto de partida fundamental e o elemento que possibilita captar a dinâmica e as interrelações que se estabelecem entre o capital e o trabalho, permitindo compreender as especificidades que assumem as relações de trabalho daí decorrentes.

O exame deste conjunto sob o qual se realizam os processos de trabalho possibilita a explicitação das condições gerais do modo de produção capitalista, no qual o trabalho se configura como processo de consumo da força de trabalho. Na medida em que se explicitam as vinculações e determinações dessas relações aproxima-se da obtenção das configurações que assumem as formas concretas das relações sociais de produção ou seja as relações de trabalho. Este quadro só se completa com uma análise dos antagonismos que se estabelecem entre as classes envolvidas no processo produtivo (MARTINS, 1978, p. 49). Entretanto uma análise deste teor não é objeto deste estudo. Aqui procura-se verificar as vinculações que

se estabelecem entre a usina e o trabalhador através dos diferentes regimes de trabalho nas lavouras de canas, a partir da década de 1930.

Pressupondo, conforme BRAVERMAN (1977, p. 52) ~~que~~ o trabalho é uma atividade exclusivamente humana, onde no fim do processo de trabalho aparece um resultado material, caracterizando-o portanto como uma atividade proposital, como uma força que possibilita a emergência das diversas formas sociais. Ao agir propositalmente sobre a natureza, através do trabalho, o homem transforma o mundo externo e a si mesmo. Como diz Marx, "Ao agir assim sobre o mundo externo e transformá-lo, ele ao mesmo tempo modifica sua própria natureza" (MARX, 1973; I, p. 173).

Dessa forma entende-se que a análise sobre o trabalho, das diferentes formas que assume a sua organização em um determinado período histórico possibilita a compreensão do processo de desenvolvimento social, econômico e político de uma dada sociedade em um momento histórico dado.

O modo capitalista de produção imprime ao trabalho sua característica fundamental, que o distingue de situações anteriores, que é a sua transformação em mercadoria - a venda da força de trabalho pelo trabalhador e a sua compra pelo capital.

Este processo tende a se generalizar por toda a sociedade imprimindo-lhe algumas características fundamentais ou seja, o capital cria suas próprias condições. Uma dessas condições impostas por este processo e a que mais de perto se refere à problemática central deste estudo é a forma através da qual o capital domina o trabalho. A condição básica de dominação do capital sobre o trabalho é a separação do produtor direto dos seus meios de produção. Despoja o trabalhador do seu acesso direto aos meios de produção e das condições que lhe possibilita produzir os

seus meios de vida. Transforma-o de produtor independente em assalariado, imprimindo ao trabalho um caráter *parcial* ao dividir em parcelas cada vez mais especializadas o trabalho - faz pequena parte de um trabalho que antes sabia fazer e executava totalmente, dando origem a um conjunto de situações que levam o trabalhador a uma perda do domínio sobre o processo integral do trabalho.

Pressupõe uma força de trabalho livre no sentido de ser sem propriedade e sem entraves a sua mobilidade, ou seja, pressupõe a sua venda sistemática e contínua por ponderáveis períodos de tempo. Estas condições se concretizam com o trabalho assalariado, que é a forma que oferece ao capitalista as vantagens sobre as demais formas de trabalho, pois propicia entre outras coisas, a redução do custo de produção e conseqüentemente um aumento da taxa de exploração e a intensificação do processo de acumulação do capital. O trabalho assalariado se constitui como uma das principais formas de acumulação do capital.

O processo de trabalho começa portanto com um contrato que estabelece as condições de venda da força de trabalho pelo trabalhador e a sua compra pelo capitalista. Desse modo põe-se a funcionar o processo de trabalho caracterizando-se como um processo que cria mercadorias e especificadamente um meio para a expansão do capital. "Torna-se portanto fundamental para o capitalista que o controle sobre o processo de trabalho passe das mãos do trabalhador para as suas próprias" (BRAVERMAN, 1977, p. 59).

A organização do trabalho gerada pela divisão capitalista do trabalho despoja o trabalhador de qualquer controle sobre o processo de trabalho e dá ao capitalista o poder de prescrever a natureza do trabalho e a quantidade a produzir, fazendo daquele um ser sem liberdade não

só para decidir como e quanto quer trabalhar para produzir o necessário, mas também sem liberdade e condições concretas de vida para optar por trabalhar ou não nas condições do patrão - o que na prática não lhe deixa nenhuma alternativa.

Ao promover esta separação impedindo o trabalhador de controlar a um só tempo o produto e o processo de trabalho, a organização capitalista levou a uma crescente especialização das tarefas onde a tarefa do trabalhador se torna tão especializada e parcelada que ele já não tem qualquer produto para vender e em consequência é forçado a vender sua força de trabalho ao capitalista na produção de mercadorias.

Na realidade a questão consiste em reduzir o trabalhador a um mero executor de uma simples tarefa monótona. É a separação das tarefas, seu parcelamento intenso, que assegura ao capitalista o controle sobre o processo produtivo e a acumulação do capital. Em suma "dominar para reinar". Não é a eficácia técnica ou a superioridade tecnológica os motivos sobre os quais se assentaria a organização capitalista do trabalho baseada na divisão do trabalho, mas sim a acumulação do capital (MARGLIN, 1974, p. 18).

No desenvolvimento do processo de produção capitalista a tendência é a opção por formas de organização do trabalho que levem o trabalhador a perder cada vez mais o controle sobre o produto e o processo de produção. Dessa forma a organização capitalista do trabalho não se deu de repente; a sua progressão fez-se por etapas e de forma irregular e contraditória.

A divisão do trabalho, embora conhecida e utilizada em todas as sociedades apenas sob o modo de produção capitalista torna o trabalho uma atividade subdividida. Esta divisão pormenorizada do trabalho

destrói as ocupações e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção. "Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo é um crime contra a pessoa e contra a humanidade" (BRAVERMAN, 1977, p. 72).

Ao destruir a especialidade, dividindo e subdividindo infinitamente o trabalho e os trabalhadores, o capitalista não visa somente destruir um ofício até então sob controle do trabalhador, ele visa sobretudo a reconstrução do processo integral do trabalho sob seu controle.

O processo de trabalho não se altera a princípio, mas é a organização do trabalho que é constantemente alterada; o resultado portanto não é a eliminação do trabalhador mas seu deslocamento para outras ocupações e atividades ou seja, o deslocamento do trabalhador como elemento subjetivo do processo, sua transformação em objeto e sua subordinação a um elemento objetivo deste processo, o capital.

Em dada formação social quando ocorre a predominância do modo de produção capitalista não se exclui a existência de outros tipos de relações não tipicamente capitalistas, isto é baseadas na oposição capital-trabalho assalariado. O processo de desenvolvimento capitalista se caracteriza pela extensão das relações capitalistas àquelas formas não capitalistas, liberando contingentes de população que se dirigem ao mercado de trabalho e se constituem em força de trabalho capitalistas. Entretanto, o crescimento dessa força de trabalho não é somente resultado da expansão das relações de produção capitalista pela destruição de outros tipos de relações; o processo de acumulação capitalista implica também em uma tendência crescente à concentração do capital, sob a imposição da

concorrência. Em consequência pequenos e médios proprietários se vêm despojados de seus meios de produção, e são levados a vender sua força de trabalho uma vez que são desprovidos dos meios de produção e meios de vida, ocorrendo por essa via um aumento da força de trabalho capitalista.

Na medida em que se desenvolve o capitalismo, os diferentes regimes de trabalho vão aos poucos submetendo-se à sua dominação. O faz empregando uma variedade de meios e métodos até atingir sua condição fundamental, qual seja o despojamento do trabalhador dos meios de produção e das condições que lhe permite produzir seus meios de vida e simultaneamente levando-o a perder gradativamente o controle sobre o processo de trabalho.

Essa questão deixa claro que neste modo de produção a força de trabalho não é resultado direto do aumento da população economicamente ativa, mas sim é resultado da dinâmica do capital. A expansão das relações de produção capitalistas pela destruição de atividades engajadas em outros tipos de relações e a reorganização da base produtiva do capital implica em produção de forças-de-trabalho, que vem juntar-se àquela força de trabalho já engajada na produção capitalista.

"Em diferentes modos de produção social, diferentes leis regem o aumento da população e da população excedente. Estas leis diferentes podem ser reduzidas simplesmente às diferentes maneiras em que o indivíduo trabalhador se relaciona com as condições de produção ou - em relação ao indivíduo - de reprodução de si mesmo como membro da sociedade, já que o homem só na sociedade trabalha e pratica a procriação" (MARX, 1977; I, pp. 110-111).

O primeiro aspecto ou seja, a dinâmica de destruição de atividades engajadas em outros tipos de relações, nos possibilita

compreender como o modo de produção capitalista na agricultura, e em especial na agroindústria açucareira, na medida de seu desenvolvimento subjuga as relações existentes e incorpora à sua força de trabalho os contingentes de trabalhadores que são liberados por esse processo, como é o caso dos colonos fornecedores de cana. No segundo caso, a reprodução da força de trabalho ao nível das famílias de trabalhadores residentes, é decorrência da crescente alteração da composição orgânica do capital, na medida em que se concretiza na usina a tendência da elevação do capital constante às custas da redução do capital variável. O trabalhador residente aos poucos é recriado sob novas formas de relações.

A possibilidade de o trabalhador residente ser substituído ou recriado sob novas formas de relações como o trabalhador temporário e, ou volante, é decorrência da própria dinâmica do capital, que no decorrer do seu desenvolvimento possibilita o aparecimento de uma população excedente de trabalhadores disponível no mercado e que facilita aquele processo.

Não é senão sob o modo de produção baseado no capital, onde o pauperismo se apresenta como resultado do próprio trabalho, do desenvolvimento da força produtiva do trabalho, é que aparece a população excedente, cuja existência possibilita ao capitalista lançar mão de formas de trabalho que proporcionam uma acumulação de capital cada vez maior. "A invenção de trabalhadores excedentes, isto é, de homens privados de propriedade e que trabalham, é própria da época do Capital" (MARX, 1977; I, p. 114).

Neste sentido o aparecimento e a manutenção de formas de trabalho das quais tem necessidade o capital são possíveis graças às condições concretas de vida engendradas pelo modo capitalista de produção - o trabalhador assalariado é desprovido de propriedade, de condições que

propiciem a ele a produção de seus meios de subsistência, é enfim um pobre virtual. "Em relação às suas condições econômicas é mera capacidade viva de trabalho, e por este motivo também está dotado de necessidades vitaís. Qualifica-se como necessitado em todos os sentidos, sem existência objetiva como capacidade de trabalho e para realização da mesma... Enquanto trabalhador só pode viver na medida em que troque sua capacidade de trabalho pela parte do Capital que constitui o fundo de trabalho" (MARX, 1977; I, p. 110).

Troca sua força de trabalho pelo salário, que é a expressão do preço da força de trabalho, representado pelos meios de subsistência necessários para mantê-lo vivo. O trabalhador recebe sob a forma de salário uma soma em dinheiro que lhe permite comprar os meios de subsistência necessários à sua reprodução. Esta quantia é fixada naquele *mínimo* necessário para que o trabalhador assalariado reproduza sua condição de vida - ou seja, produza novos assalariados, ou reproduza a classe trabalhadora em geral. Neste momento adquire a força de trabalho o "status" de mercadoria, uma mercadoria que tem a virtude de transformar dinheiro em capital.

Enquanto mercadoria a força de trabalho adquire todas as propriedades inerentes às demais mercadorias, e as condições que tornam possíveis a sua venda enquanto tal se concretizam no momento em que o trabalhador se encontra totalmente despossuído de propriedade, não possuindo sequer as ferramentas que tornam possíveis a sua atividade.

Sob esta condição de produção o trabalhador produz cada vez mais trabalho excedente. Ao desenvolvimento deste aumentam as possibilidades de seu pauperismo. Assim todo o processo de organização do trabalho se dá no sentido de propiciar uma extração cada vez maior da

mais-valia. Para tanto a organização do trabalho se dá no sentido de diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário, àquela parte destinada a pagar e repor o próprio trabalho ocorrendo uma diminuição ou rebaixamento do salário do trabalhador e possibilitando dessa maneira a extração cada vez maior de trabalho excedente.

O desenvolvimento das forças produtivas imposto necessariamente pelo capital aumenta a proporção de trabalho excedente frente ao trabalho necessário. Modifica o processo de trabalho ao promover a intensificação da divisão do trabalho, introduzindo o parcelamento do trabalho de tal modo que possam ser executados simultaneamente diferentes operações que compõem um mesmo processo de trabalho, encurtando o tempo de trabalho necessário para a conclusão de toda a tarefa. "A transformação que torna cooperativo o processo de trabalho é a primeira que esse processo experimenta realmente ao subordinar-se ao capital" (MARX, 1972; I, p. 384).

A intensificação da cooperação do trabalho que se reflete no progressivo aumento do parcelamento das tarefas tem como correspondente imediato uma intensificação do processo de decomposição do próprio trabalho; o trabalhador faz apenas uma parte do trabalho, e neste sentido, perde o controle sobre o processo de trabalho, criando um tipo de trabalhador sem qualquer destreza especial, sacrificando a capacidade total de trabalho do ser humano. Transforma uma especialidade em ausência de qualquer formação. Os trabalhadores passam a ser classificados em hábeis e não hábeis. Para os últimos não há custos de aprendizagem, e para os primeiros os custos são reduzidos. Em ambos, cai o valor da força de trabalho. "A desvalorização relativa da força de trabalho, decorrente da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, redonda para o capital em

acrêscimo imediato de mais-valia, pois tudo o que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho aumenta o domínio do trabalho excedente" (MARX, 1972; I, p. 402).

Dessa forma todo o movimento do capital em relação ao trabalho se dá no sentido de aumentar o valor excedente por ele produzido, através do aumento da produtividade do próprio trabalho. A maquinaria propicia novas condições de organização do trabalho que capacitam o capital dar plena vazão a essa tendência constante do capital, aguçando-lhe a cobiça pelo trabalho alheio.

A introdução da maquinaria paralelamente à intensificação do parcelamento das tarefas que compõem um único processo de trabalho, torna o trabalho acessível a um número maior de trabalhadores, sem especialização, barateando indiretamente o preço da força de trabalho. Com a mecanização do processo de trabalho a subordinação do trabalhador pelo capital se torna extrema. Atrofiados pela divisão do trabalho experimentam uma nova degradação, na medida em que vão sendo deslocados para tarefas ínfimas e mal pagas, o que vem a se refletir na pauperização crescente da classe trabalhadora e na sua insubsistência.

Ao penetrar na agricultura o modo capitalista de produção tende a agir no sentido de expropriar e separar o trabalhador dos meios de produção, transformando o trabalho em força-de-trabalho, em trabalho assalariado. Na agricultura "o modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção, e do mesmo modo na agricultura subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro" (MARX, 1972; I, p. 707), gerando entre outros os seguintes resultados: a nível da própria agricultura, introduz modificações, fruto do aumento da parte do capital

representada por máquinas e equipamentos agrícolas; a nível das relações de trabalho, institui o trabalhador despossuído de terra e livre para vender sua força de trabalho.

A história do trabalhador na agricultura brasileira está vinculada às formas específicas que assumem os diferentes tipos de explorações agrícolas. A economia colonial baseada na monoprodução para o mercado externo, tinha no trabalho escravo a condição básica para sua existência. Junto ao escravo em uma posição um pouco superior existiu um conjunto de indivíduos "conhecidos como agregados, moradores ou foreiros, mestiços, assalariados, plantadores, cuja função vem a ser a mesma: conferir estabilidade à pirâmide social, garantir o autocrata rural em sua posição privilegiada" (IANNI, 1973, p. 162).

A substituição do escravo pelo trabalhador exigiu antes de mais nada, alterações nas relações de trabalho; é introduzida neste cenário a figura do lavrador, principalmente decorrente da vinda de trabalhadores imigrantes para a grande lavoura, gerando uma nova estrutura de relações de trabalho que se apresenta sob diversas formas: a parceria, o colonato, o pequeno arrendamento e o emprego direto de assalariados agrícolas. O aparecimento de novas formas de explorações capitalistas na agricultura, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, alteram as relações sociais de produção, fazendo emergir daí o proletário agrícola. "A transformação do lavrador em proletário não ocorre de uma só vez, de modo rápido, igual e generalizado por toda a sociedade agrária. Esse é um processo às vezes lento e repleto de contradições" (IANNI, 1973, p. 184).

A emergência do proletário agrícola depende da efetiva separação entre o lavrador e a propriedade dos meios de produção e de condições que tornam viáveis ao trabalhador produzir sua própria subsistência.

Neste processo de transformação pode-se distinguir historicamente dois momentos. No primeiro, o lavrador está totalmente inserido no universo prático e ideológico característico da grande unidade econômica. O segundo resulta da ruptura das relações de produção característicos da grande unidade produtiva, decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas, das transformações do mercado, e que levam o trabalhador a separar-se do sistema social da fazenda (IANNI, 1973, p. 188). Por firmar-se basicamente na economia de subsistência, os lavradores mantinham-se alheios à rigidez da divisão do trabalho, observada nas organizações capitalistas. A segurança desses pequenos proprietários, arrendatários, parceiros ou colonos, estava calcada na posse dos instrumentos de trabalho, na produção de seus meios de vida, no controle e domínio dos seus instrumentos de trabalho e, portanto, no domínio da sua existência. No entanto, com o desenvolvimento das forças produtivas, decorrentes das transformações do mercado, em âmbito nacional e internacional, rompe-se os vínculos (jurídicos, morais, culturais, sociais e políticos) que mantêm o lavrador como parte do sistema social da fazenda (IANNI, 1973, p. 189). Uma nova estrutura das relações de trabalho emerge, e é uma estrutura formalmente capitalista, que se apresenta na forma de emprego direto de assalariados agrícolas.

Cumprе salientar em relação aos pequenos proprietários e arrendatários e aos assalariados residentes na agro-indústria, o aspecto formal dessas relações. Para SINGER (1973, p. 171) se imprimem nestas relações elementos de subordinação pessoal, quase como uma extensão da escravidão. "O assalariado agrícola não é um homem livre, isto é, não dispõe da liberdade de movimentos que lhe permite buscar as melhores condições de venda da sua força de trabalho. A mobilidade da mão-de-obra é

cerceada pelo regime de dívidas, pela dependência do armazém, que prendem o trabalhador à fazenda, como o servo de outros tempos à gleba". Essa passagem é sobretudo esclarecedora da situação dos antigos colonos de cana, camaradas de colonos e assalariados nas Usinas de Açúcar, no período que abrange as décadas de 1930-1960, que antecedeu a utilização intensiva de trabalhadores assalariados volantes, quando lhes era facultado praticar, além da lavoura de subsistência, a compra a crédito em armazéns, situados então no interior da fazenda. O orçamento familiar era função dos bens disponíveis não só do armazém, bem como das plantações feitas pelos membro familiares. No entanto, cumpre salientar, apesar dessas aparentes facilidades, o trabalhador rural atendia, mesmo que indiretamente, às exigências do antigo sistema que visavam acima de tudo, fixar o trabalhador ao local de trabalho. Deste modo, o sistema de cadernetas ou "vales", ao mesmo tempo que denotava certa "regalia" ao trabalhador do campo, pressionava-o à permanecer vinculado à fazenda até o saldo definitivo de suas dívidas no armazém. Igualmente, a lavoura de subsistência tinha por objetivo fixar o trabalhador, com uma diferença de apresentar-se, em uma primeira instância, mesmo que latentemente, como uma alternativa para "compensar" os baixos salários.

A transformação que caracterizou a passagem dos pequenos engenhos em usinas, imprimiu a estas um caráter acentuadamente capitalista. Nos primeiros tempos encontrava-se o lavrador totalmente inserido no universo da usina, cujas relações de amizade, subordinação pessoal ao usineiro tornavam bastante latentes os conflitos e os esquemas de exploração do trabalhador. Em um segundo momento alteram-se estas relações, rompem-se os vínculos que mantinham este lavrador preso ao universo da fazenda, tornam-se manifestas e se acentuam cada vez mais profundamente as formas

de exploração do trabalho. Para MARTINS (1978, p. 37) um grande número de trabalhadores rurais e urbanos foi socializado nas condições sociais dessa fase de transição, como é o caso das famílias de residentes que constituem alvo deste estudo.

3. METODOLOGIA OPERACIONAL

3.1. A Usina, Universo, Amostra e a Pesquisa de Campo

A usina que se constitui no alvo deste estudo denomina-se Usina Tamoio e integrava por ocasião da realização da pesquisa de campo o grupo empresarial Usinas Paulistas de Açúcar S/A que possui cinco usinas de açúcar e álcool no Estado com uma produção que representava 9,9% do total da produção do Estado para a safra 73/74.

A Usina Tamoio situa-se na 6^a Região Administrativa do Estado de São Paulo e suas terras localizam-se nos municípios de Araraquara e Ibatê, representando 6,78% e 13,04% das áreas desses municípios respectivamente.

A área total da usina é de 15.346,56 ha. Suas instalações industriais somam 31.800 m². Da área total 9.000,94 ha destinam-se ao cultivo da cana de açúcar; 1.517,56 ha para reflorestamentos e o restante para benfeitorias e reservas naturais.

A produção de açúcar para a safra 76/77 foi da ordem de 1.650.000 sacos de açúcar de 60 kg e 11.500.000 litros de álcool. O

processo de produção nas lavouras encontra-se quase que em sua totalidade mecanizado. O preparo da terra e tratos culturais são totalmente mecanizados. Apenas no plantio e corte das canas a Usina emprega trabalhadores, em sua maioria volantes. Na época da realização da pesquisa de campo a usina empregava seis colhedeiras mecânicas no corte das canas e estava adquirindo mais duas colhedeiras que seriam empregadas na safra 77/78.

Administrativamente a Usina encontra-se organizada em três setores principais: setor administrativo, setor industrial e setor lavoura. Cada um destes setores compreendem núcleos que se destinam a instalações industriais, administrativas e residenciais.

O núcleo central conta com instalações que se destinam à administração da usina e às instalações industriais. Além destas possui 19 casas isoladas que se destinam a residência de pessoal ligado à administração. Este núcleo possui as características de um vilarejo contando com os serviços de rede de água, luz e esgoto e condução coletiva. Estão também aí localizados a Igreja, açougue, padaria e armazém e um serviço de atendimento médico-odontológico com ambulatório construído em 1972 dispondo de um médico residente, enfermeiros e ambulância para transportes de emergência e farmácia.

Além desses serviços o núcleo central da usina dispõe de um setor educacional composto por um Grupo Escolar de 1º e 2º Graus, onde funcionam classes de 1^a a 8^a séries, atendendo a aproximadamente 256 alunos nas quatro primeiras séries e 300 alunos nas últimas séries.

Pertence também ao núcleo central três conjuntos residenciais destinados a moradia de trabalhadores da parte industrial, com respectivamente 44, 180 e 50 casas geminadas.

O Setor Industrial abriga as instalações que se destinam

ao processamento da cana de açúcar, depósitos e oficinas.

O Setor Lavoura compreende todos os trabalhadores ligados as atividades agrícolas propriamente ditas. Em sua maioria são lavradores, motoristas e tratoristas. Este setor compreende núcleos residenciais, que se localizam a 10,8 e 4 km do núcleo central respectivamente. Estes núcleos são chamados de colônias agrícolas. Na colônia mais distante do núcleo central existem 135 casas isoladas, um pequeno ambulatório médico-odontológico de construção recente, um grupo escolar onde funcionam as quatro primeiras séries do 1º Grau, clube e Capela.

As outras duas colônias agrícolas são menores; possuem entre 10 a 20 casas isoladas e não dispõem de outros serviços como ambulatório médico-odontológico, escolas, armazém, etc...

Estas colônias por sua vez estão subdivididas em seções de acordo com a distância dos agrupamentos de casas. Ao todo existem seis seções. Encontram-se em estado relativo de abandono; muitas casas estão vazias e abandonadas. Não possuem rede de água e esgoto nem água encanada nas casas. Existem espalhados pela colônia reservatórios de água de uso coletivo para atendimento das famílias. Algumas casas possuem pequenos reservatórios de água nos seus quintais para atendimento das necessidades domésticas e de higiene pessoal.

Os primeiros contatos com a área de estudo foram iniciados através da administração da empresa durante o mês de Agosto de 1977. Procurou-se nesta ocasião esclarecer à Diretoria Administrativa e outros elementos da direção da empresa sobre os objetivos do estudo e a importância do mesmo. Estes contatos se realizaram nas cidades de São Paulo e Piracicaba onde se situam os escritórios centrais da Usina.

Após isto obteve-se permissão para entrar em contato com a

administração local na própria Usina. Nestes, procurou-se esclarecer os objetivos e a relevância do estudo que se pretendia desenvolver.

Nestes contatos obtivemos os primeiros dados sobre a organização da Usina e através dos relatórios mensais elaborados pela administração obteve-se um mapeamento dos núcleos, colônias e seções onde residem os trabalhadores, a listagem do total de famílias residentes por setor de atividade e seção de moradia, anotando-se o nome do chefe da família e o número da casa. Foram feitas várias visitas às dependências da Usina tanto no setor industrial como nas colônias. Nestas ocorreu a participação da Assistente Social da Usina. Nesta ocasião tanto com a assistente social como com outros elementos da administração procurou-se discutir questões sobre a problemática do trabalho, situação das famílias residentes, rotatividade da mão-de-obra e outras que se constituíam em pontos relevantes para a problemática colocada em questão. Entretanto apesar dos esforços e da paciência mantidos nestes diálogos não foi possível obter informações consistentes sobre estas questões que pudessem contribuir para elucidar aspectos significativos.

Nestes encontros também foi discutido o questionário a ser aplicado às famílias. Este, após a apreciação da assistente social e de elementos da administração foi aprovado, obtendo-se daí a permissão para iniciar as visitas às famílias de trabalhadores residentes do setor lavoura, para a entrevista.

A AMOSTRA

A população em estudo está constituída de famílias de trabalhadores residentes permanentes em uma Usina de Açúcar e Alcool,

ligados à área de lavoura ou mais apropriadamente ao canavial. Constituem-se de trabalhadores que exercem atividades exclusivas das lavouras de canas, tais como aração, gradagem, plantio, tratos culturais, corte e transporte das canas da lavoura até a usina.

A partir dos dados fornecidos pela administração da empresa elaborou-se um levantamento do número de famílias de trabalhadores residentes permanentes do Setor Lavoura, tomando-se como referência o nome do chefe da casa, sua atividade principal, o número da casa e a seção de moradia. Como já foi mencionado, a partir desta listagem a população foi estratificada segundo o tipo de atividade exercida na lavoura e a modalidade de trabalho que usufruíam na usina. Dessa forma dividiu-se a população em três estratos: lavradores, motoristas e tratoristas e colonos-fornecedores de canas. Estes estratos caracterizam-se portanto não só pelo tipo de trabalho exercido na lavoura de cana e o grau de envolvimento com o processo de trabalho como também o regime de trabalho mantido entre os trabalhadores e a usina.

O estrato constituído pelos Lavradores caracteriza-se por agrupar trabalhadores que empregam sua força de trabalho nas atividades que integram o processo de trabalho nas Lavouras de canas. São tipicamente assalariados ou seja não possuem qualquer outra fonte de rendimento que aquele proveniente da venda de sua força de trabalho. Residem na Usina em sua maioria há mais de 30 anos, e usufruíram de outras modalidades de trabalho durante este período. Foram em grande parte colonos e camaras das de colonos.

Os motoristas e tratoristas constituem um conjunto de trabalhadores que residem na Usina há menos tempo. É uma classe recente quando comparada com os lavradores. São assalariados e empregam sua força de

trabalho na aração, pulverização e transporte das canas na época de safra. A remuneração de seu trabalho é feita por dia ou por hora, dependendo do serviço a ser executado e da época do ano - safra e entresafra. Da mesma forma que os lavradores não possuem qualquer outra fonte de rendimento que não seja o salário.

Tanto os lavradores como os tratoristas e motoristas residem em casas geminadas nas seções ou colônias do Setor Lavoura. Estas casas encontram-se atualmente em estado precário de conservação. Não possuem água encanada dentro de casa. No quintal possuem um pequeno reservatório de água que serve à fossa negra e higiene pessoal. Dessa forma as donas de casa lavam a roupa e os utensílios domésticos em tanques de uso coletivo espalhados pela colônia. Para cada grupo de casas existe um tanque de uso comum.

Não plantam nenhum tipo de verdura ou leguminosa em seus quintais devido a grande dificuldade para irrigá-las nas ocasiões necessárias. Alguns criam galinhas para consumo da família.

Estas famílias, como será visto em outra parte deste trabalho, já tiveram permissão para cultivar lavouras de subsistência no meio das canas ou mesmo em áreas que a Usina destinava a esta prática. Atualmente esta prática encontra-se em fase de total extinção.

Os colonos-fornecedores de cana mantêm com a Usina uma relação de trabalho baseada em um contrato de locação de serviço, ou seja, um contrato de arrendamento de lavoura de cana. A partir de 1964 o Instituto do Açúcar e do Alcool os reconheceu na qualidade de colonos fornecedores de canas atribuindo-lhes quota de cana, calculada sobre o total das últimas safras anteriores ao ano de 1964. O contrato de arrendamento estipula os descontos a serem efetuados pelo arrendatário, no caso a Usina

proprietária da terra, fixado em 27%, incluindo-se aí o aluguel da terra, aluguel da casa de moradia e assistência técnico-agrícola.

Neste sentido não podem ser considerados como assalariados.

Em suas lavouras executam atividades de plantio, adubação, tratos culturais, corte e transporte das canas, com a ajuda da família ou de trabalhadores assalariados.

A Usina faz os serviços de aração e presta assistência técnica quanto as variedades de canas a serem cultivadas, controle de pragas, etc...

Estes colonos-fornecedores residem na Usina há aproximadamente quarenta anos, nas mesmas casas e colônias destinadas aos lavradores e aos motoristas e tratoristas. Possuem entretanto uma área para pasto de seus animais. Como possuem poucos animais destinados aos serviços agrícolas, ocupam parte dessa área para lavoura de subsistência e criação de galinhas ou porcos, destinados exclusivamente à manutenção da família. Plantam também feijão ou milho no meio de suas canas.

Sua renda provém da venda da sua produção de cana à Usina e da venda do excedente da produção, quando existe, de milho e feijão.

Em decorrência das especificidades que caracterizam estes três estratos quer em relação ao tipo de atividade exercida, quer quanto ao tipo de relação de trabalho da qual usufruem em relação à Usina, para efeitos de análise denominou-se Categoria de Trabalho a cada um desses estratos, tendo-se então as seguintes categorias: Lavradores, Operadores de Máquinas (englobando o estrato constituído pelos motoristas e tratoristas) e Colonos-Fornecedores.

As especificidades de cada uma dessas Categorias de

Trabalho, sua origem e inserção na Usina, as transformações que caracterizaram sua transição para formas de trabalho tipicamente assalariadas e sua proletarização será detalhada nos capítulos seguintes e se constitui no objetivo específico desta pesquisa.

Procedeu-se à seleção de uma amostra aleatória em cada uma das categorias, com exceção dos colonos-fornecedores de canas, que por se constituírem de apenas quatro famílias foram incluídos em sua totalidade neste estudo.

A Tabela 1 apresenta a população de famílias de trabalhadores residentes permanentes estratificada segundo a Categoria de Trabalho do chefe, por seção de moradia e a respectiva amostra. Os colonos-fornecedores de canas foram incluídos em sua totalidade pelo fato de se resumirem em apenas quatro famílias.

Tabela 1. População e Amostra das Famílias de Trabalhadores Residentes Permanentes por Categoria de Trabalho e Seção de Moradia na Usina Tamoio.

SEÇÃO \ CATEGORIA DE TRABALHO	COLONO-FORNECEDOR		LAVRADORES		OPERADORES DE MÁQUINA		TOTAL	
	P*	A*	P	A	P	A	P	A
Bela Vista	1	1	39	28	33	18	73	47
Salto	3	3	28	11	7	5	38	19
Santa Elza	-	-	4	1	-	-	4	1
Estação	-	-	9	5	1	1	10	6
Mariza	-	-	5	-	13	3	18	3
Serra D'Água	-	-	15	5	-	-	15	5
T O T A L	4	4	100	50	54	27	158	81

* P = população A = amostra

Na categoria Lavradores, ou seja, aquela população consti
tuída por famílias cujos chefes são assalariados e se dedicam a ativida
des nas lavouras de canas, o total da população é de 100 famílias, da
qual foi extraída uma amostra de 50,0%.

A categoria Operadores de Máquina compõe-se de famílias
cujos chefes são assalariados e exercem atividades de motoristas ou
tratoristas do setor lavoura. Também aqui foi extraída uma amostra de
50,0% do total de pessoas empregadas neste tipo de trabalho.

Considerando-se que a população é bastante pequena, julga-
-se suficiente trabalhar com uma amostra de 50,0% nos estratos lavradores
e operadores de máquinas, no sentido de que esta proporção estatisticamente
é representativa do total da população envolvida neste estudo.

A PESQUISA DE CAMPO

Após treinamento dos aplicadores de questionário, em número
de três além do próprio pesquisador, a aplicação dos questionários
ocorreu durante os meses de Outubro e Novembro de 1977 e as entrevistas
foram realizadas durante o mês de Dezembro do mesmo ano, ocasião de encerra
mento das atividades de campo.

Escolheu-se a época da safra para realização da pesquisa
por ser aquela que requer maior mobilização dos trabalhadores, e na qual
todos são requisitados para trabalhar; a Usina estava em pleno funcionamen
to, da lavoura às caldeiras.

Nesta ocasião além da movimentação característica da época
da safra, havia entre os trabalhadores um clima de tensão, ansiedade e re
volta, pelo atraso do pagamento que já não era feito há mais de dois

meses.

Os trabalhadores no início da pesquisa relacionavam os pesquisadores como sendo pessoas da usina, do *Patrão*. Neste sentido foi necessário desenvolver um trabalho de esclarecimento entre os moradores, passando a conviver mais proximamente com eles, permanecendo dias e semanas inteiras nas seções, adquirindo a partir daí a confiança dos mesmos. Fato este que os deixava à vontade para relatar sua vida, episódios e fatos bastante significativos para o trabalho.

Iniciada a pesquisa de campo propriamente dita com a aplicação dos questionários, constatou-se um fato de extrema relevância para o desenvolvimento da pesquisa. Após a aplicação dos 30 primeiros questionários observou-se que ocorria de certo modo uma repetição sistemática das informações obtidas nas diferentes categorias de trabalhadores. A história de uma família assemelhava-se em muitos pontos à história de todas as famílias ali residentes. A partir daí pensou-se em encerrar a pesquisa de campo no que se referia à aplicação dos questionários. Entretanto após uma avaliação das informações obtidas com os primeiros 30 questionários, optou-se pela aplicação dos restantes até que fosse integralizada a amostra extraída, procedimento este que asseguraria uma maior segurança quanto a representabilidade dos dados obtidos.

Embora a opção por trabalhar com uma amostra de 50,0% da população em dois estratos da população tenha sido aleatória, justificando-se sua representatividade no fato da população ser pequena, a obtenção de uma homogeneidade das informações nos primeiros 30 questionários aplicados trouxe uma maior segurança quanto a representatividade da amostra de 50,0% então calculada.

Neste sentido os dados obtidos com a aplicação do

questionário serviram mais como um meio de se assegurar a representatividade e validade das afirmações feitas no decorrer da análise, do que como instrumento de análise. O principal instrumento para análise foi fornecido pelas entrevistas e histórias de vida, que representam uma riqueza de informações incomparável, retratando a história do trabalhador da usina com uma fidelidade inigualável.

OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O questionário utilizado neste trabalho objetivou a obtenção de dados sobre:

- a) Estrutura Familiar, procurando caracterizar a composição da família quanto ao número de membros, sexo, idade, escolaridade e local de residência dos membros da família.
- b) Estrutura do Trabalho, com o objetivo de obter informações acerca da atividade atual dos chefes e das atividades anteriormente exercidas por eles, na mesma usina ou seja, no mesmo local de trabalho sob outros regimes de trabalho.
- c) Mobilidade Espacial e de Trabalho, com o objetivo de reconstruir a vida de trabalho dos indivíduos através da recomposição de todas as atividades por eles exercidas em outros locais de trabalho. Para cada atividade exercida foram obtidas informações sobre: empregador, local de exercício da atividade (Estado, cidade, Zona Rural e Urbana), tempo de serviço na atividade, vínculo

emprego, valor e tipo de remuneração e motivo da saída do emprego.

Os dados sobre Trabalho foram obtidos de todos os indivíduos da família que trabalhavam por ocasião da realização da pesquisa.

Além dessas questões, o questionário contém mais três partes sobre os seguintes itens:

1. PROPRIEDADE DE BENS

Objetivando captar a aquisição ou perda de propriedades pela família. Tanto num caso como no outro procurou-se, identificar o tipo de propriedade, época da aquisição ou venda, motivos da aquisição ou venda.

2. QUESTÕES sobre lavoura de subsistência, tentando captar a existência ou não da prática de lavoura de subsistência, o tipo de cultura e a tendência de intensificação ou desaparecimento dessa prática.

3. QUESTÕES GERAIS

Estas questões foram elaboradas em forma de um roteiro para entrevista, para obtenção da história da vida dos chefes de famílias enfatizando os aspectos relacionados ao seu trabalho e dos demais membros da família. A elaboração dessas questões fez-se no sentido de obter dados sobre a condição de vida do trabalhador e no sentido de reconstruir a família do pai do atual chefe das famílias residentes em termos de sua história de trabalho.

A partir dos dados obtidos com os questionários, os quais possibilitam uma visualização da problemática da organização atual do trabalho e do processo de transformação das relações de trabalho na amostra estudada, procedeu-se à seleção dos casos significativos que viriam a contribuir para aprofundar aspectos relevantes da problemática em questão.

Adotou-se para tanto a técnica de História de Vida, escritas pelo próprio chefe de família. A seleção dos indivíduos fez-se de acordo com o critério acima exposto ou seja, procurou-se selecionar pessoas cujas experiências e história de vida pudessem elucidar aspectos da problemática central deste trabalho.

Obteve-se oito histórias de vida pelo próprio punho do indivíduo. Entretanto devido a grande dificuldade que os mesmos apresentaram para escrever, pois a maioria da população é constituída por analfabetos e semi-analfabetos, recorreu-se a outro tipo de técnica que viesse a facilitar a obtenção dos dados. Optou-se pela técnica de entrevista gravada. Foram realizadas 29 entrevistas. Estas tinham um roteiro bastante flexível, que procurava obter do informante a sua história de vida, enfatizando-se o aspecto do trabalho. Na maioria das vezes procurou-se não interromper os relatos dos entrevistados.

Estas entrevistas foram desgravadas e transcritas pelo próprio pesquisador mais um auxiliar, procurando-se preservar o mais fielmente possível a linguagem do entrevistado com todas as suas peculiaridades (vícios de linguagem, erros gramaticais, gírias, etc...). Tem-se consciência de que, na medida em que se procurou manter a linguagem própria do lavrador, na transcrição dessas fitas foram introduzidas distorções, mas que se fizeram necessárias para manter o sabor dos depoimentos.

4. ESTRUTURA FAMILIAR

4.1. Composição das Famílias dos Trabalhadores Residentes Permanentes

A caracterização da estrutura familiar se constitui no primeiro momento para a compreensão das transformações que se processaram nas relações de trabalho, na medida em que a análise da origem e da composição dessas famílias de trabalhadores residentes possibilita perceber as diferentes formas de inserção de seus membros como força de trabalho, no processo produtivo em diferentes momentos do processo de desenvolvimento da Usina.

A amostra, como já foi revelado está constituída por trabalhadores residentes permanentes ligados ao setor de Lavoura de uma Usina de Açúcar e Alcool, setor este que compreende os lavradores assalariados, os operarios de máquinas que incluye os tratoristas e motoristas também assalariados, e os colonos fornecedores de cana.

A Tabela 2 apresenta a relação de parentesco dentro da família de acordo com a categoria de trabalho.

Tabela 2. Número e Porcentagem de Membros das Famílias de Trabalhadores Residentes Permanentes segundo a Relação de Parentesco na Família, por Categoria de Trabalho (Amostra).

RE LAÇÃO DE PARENTES CO NA FAMÍLIA	CATEGORIA DE TRABALHO	LAVRADORES		OPERADORES DE MÁQUINA		COLONOS- FORNECEDORES		TOTAL DA AMOSTRA	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Chefe		50	9,7	27	5,2	4	0,7	81	15,7
Esposa		50	9,7	26	5,0	4	0,7	80	15,5
Filho		122	23,7	39	7,6	7	1,3	168	33,0
Filha		129	25,1	46	8,9	9	1,7	184	35,8
TOTAL DA AMOSTRA		351	68,5	138	26,9	24	4,6	513	100,0

Na categoria lavradores do total da população que compreende 100 famílias, foi extraída uma amostra de 50 famílias ou seja 50,0% da população. Este estrato compreende portanto 50 famílias de lavradores num total de 351 indivíduos. Isto significa que 68,5% da amostra estudada é composta pelos chefes de famílias da categoria lavradores e os demais membros que as compõem, esposas e filhos.

No estrato Operadores de Máquinas constituído por famílias, cujos chefes são tratoristas ou motoristas, que exercem suas atividades nos canaviais a população é de 54 famílias, da qual extraiu-se uma amostra de 50,0%. Incluem-se neste estrato 138 indivíduos compreendendo os chefes e os demais membros da família, ou seja 26,9% da amostra estudada.

Os colonos-fornecedores de cana foram estudados em sua totalidade, pois esta categoria está constituída por apenas quatro famílias. O total de indivíduos que compõem estas famílias representa 4,6% da amostra. Em sua maior parte estas famílias tiveram sua origem no meio rural;

98,5% dos chefes e demais membros das famílias da categoria Lavradores tiveram sua origem no meio rural

Tabela 3. Distribuição da Amostra por Categoria de Trabalho segundo a Naturalidade Rural ou Urbana dos Chefes e Demais Membros.

RELAÇÃO DE PARENTESCO NA FAMÍLIA	CATEGORIA DE TRABALHO											
	LAVRADORES				OPERADORES DE MÁQUINAS				COLONOS- FORNECEDORES			
	Z O N A				Z O N A				Z O N A			
	Rural		Urbana		Rural		Urbana		Rural		Urbana	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Chefes	47	94,0	3	6,0	24	88,8	3	11,2	4	100,0	---	---
Demais Membros	299	99,3	2	0,7	87	78,4	24	21,6	20	100,0	--	--
TOTAL	346	98,5	5	1,5	111	80,5	27	19,5	24	100,0	---	---

A maioria dos chefes lavradores (94,0%) teve sua origem na zona rural; nasceram na própria Usina ou vieram de cidades próximas a ela tais como, Limeira, Araraquara, Ibatê, Ribeirão Bonito, Analândia, Rincão, Ribeirão Preto, Guarapiranga, Dourado, São Carlos e Itirapina. Apenas 10,0% dos chefes da categoria lavradores procedem de outros Estados (Minas Gerais, Goiás, Alagoas, Bahia, Ceará).

Os motoristas e tratoristas em sua maioria (88,8%) também procedem do meio rural. Alguns tiveram sua origem na própria Usina e outros na zona rural de cidades próximas da Região. Somente 11,1% desses trabalhadores são originários de outros Estados do Brasil.

Os colonos-fornecedores em sua totalidade tiveram sua origem na própria Usina; nasceram na Usina ou vieram nela residir ainda com pouca idade com seus pais.

Quanto ao tamanho, essas famílias apresentam algumas peculiaridades. Na categoria lavradores ocorre uma maior incidência de famílias numerosas visto que 36,0% tem um número de demais membros variando de 8 a 11 indivíduos, excluído o chefe da família. Entre os motoristas e tratoristas esta proporção é de 7,4% ocorrendo uma maior frequência de famílias pequenas; 26,0% são compostas por três indivíduos além do chefe. Entre os lavradores a ocorrência de famílias com 3 ou 4 indivíduos é pequena, 12,0% , conforme tabela 4 abaixo.

Tabela 4. Número e Porcentagem dos Chefes de Famílias Residentes Permanentes da Amostra por Categoria de Trabalho Segundo o Tamanho da Família

TAMANHO DA FAMÍLIA (Número de Membros)	NÚMERO E PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS POR CATEGORIA DE TRABALHO					
	LAVRADORES		OPERADORES DE MÁQUINAS		COLONOS-FORNECEDORES	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2	2	4,0	1	3,7		
3	1	2,0	7	26,0		
4	5	10,0	4	14,8	1	25,0
5	11	22,0	3	11,1	1	25,0
6	5	10,0	5	18,5	1	25,0
7	6	12,0	5	18,5		
8	6	12,0	1	3,7		
9	1	2,0			1	25,0
10	7	14,00	1	3,7		
11	4	8,00				
12	1	2,00				
13	1	2,00				
T O T A L	50	100,0	27	100,0	4	100,0

Uma possível explicação para estas diferenças quanto ao tamanho reside no fato de que as famílias dos operadores de máquinas são famílias cujos chefes são mais jovens e se constituíram mais recentemente encontrando-se ainda em fase de formação. Enquanto que nas famílias de lavradores os chefes são mais velhos e em sua maior parte tiveram sua fase de formação há mais tempo.

Este fato pode ser confirmado observando-se na tabela 5 a idade desses trabalhadores. Dos trabalhadores da categoria lavradores 54,0% incluem-se na faixa de 41 a 50 anos de idade. Entre os da categoria Operadores de Máquinas não ocorre a existência de indivíduos nesta faixa de idade. A maior concentração está na faixa de 26 a 35 anos, 51,8%. Na faixa de 41 a 45 anos que apresenta os de idade mais elevada a frequência é de 22,2%. Constituem dessa forma uma população mais jovem e com família que se constituíram mais recentemente, (Tabela 5, p. 40).

Este fato se reflete na própria estrutura da família quanto a sua composição por idade (Tabela 6). Entre as famílias da categoria lavradores a maior proporção dos filhos incluem-se na faixa de 16 a 30 anos (49,7%), enquanto que na categoria Operadores de Máquinas esta proporção é de 22,5%. Nestas últimas prevalecem filhos na faixa de 0 a 15 anos (72,8%) sendo que destes 41,1% são menores de 8 anos (Tabela 6). Entre os lavradores esta proporção é de 40,9%, dos quais 12,8% são menores de oito anos (tabela 6 p.42).

Tabela 5. Número e Porcentagem dos Chefes das Famílias de Trabalhadores Residentes Permanentes da Amostra por Categoria de Trabalho, Segundo a Faixa Etária.

NÚMERO E PORCENTAGEM DOS CHEFES DAS FAMÍLIAS DE TRABALHADORES POR CATEGORIA DE TRABALHO										
FAIXA ETÁRIA			LAVRADORES		OPERADORES DE MÁQUINAS		COLONOS-FORNECEDORES		TOTAL	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
20	-	25	---	-	3	11,2	-	-	3	3,7
26	-	30	---	-	6	22,2	-	-	6	7,4
31	-	35	5	10,0	8	29,6	1	25,0	14	17,2
36	-	40	7	14,0	4	14,8	1	25,0	12	15,0
41	-	45	13	26,0	6	22,2	2	50,0	21	26,0
46	-	50	14	28,0	-	--	-	--	14	17,2
51	-	55	4	8,0	-	--	-	--	4	5,0
56	-	60	6	12,0	-	--	-	--	6	7,4
61	-	65	1	2,0	-	--	-	--	1	1,2
T O T A L			50	100,0	27	100,0	4	100,0	81	100,0

Nas famílias dos colonos fornecedores de canas a maioria dos filhos são também mais jovens dado que a proporção de filhos na faixa de 0 a 15 anos é de 62,4% e destes 18,7% são menores de oito anos. Deve-se observar que embora os chefes dessas famílias tenham nascido na própria Usina e se situarem na faixa de idade de 31 a 50 anos chama a atenção o fato de que seus filhos sejam jovens menores de 15 anos (Tabela 6 p.42). Estes colonos constituíram família com idade superior àque-la que é comum aos indivíduos do meio rural, onde é freqüente o casamento aos 18 ou 20 anos de idade, pois se casaram em média aos 26 anos de idade. A explicação para o casamento tardio entre os colonos pode ser encontrada no fato de que o colonato, encontrava-se baseado essencialmente no emprego de força de trabalho familiar não numerada, como se verá no decorrer desta exposição. Dessa forma estes chefes colonos fornecedores, embora hoje principais responsáveis pela lavoura de cana em arrendamento, até recentemente integravam a força de trabalho da família de seus pais, e neste sentido o casamento representava um ônus a mais para estas famílias, na medida em que seriam integradas à ela pessoas que não poderiam vincular-se ao processo produtivo de forma intensiva¹.

¹ Três dos atuais chefes de família de colono são irmãos. Até 4 anos atrás (1973) o pai dos mesmos, sob cujo nome se encontra passado o contrato de arrendamento de lavoura, não tinha o hábito, enquanto liderava o trabalho na família, de pagar em dinheiro aos três filhos que trabalhavam sob suas ordens. O pagamento era feito em espécie: roupa, comida, tratamento no caso de doença, etc. A adesão de pessoas, no caso mulheres à família aumentaria os custos de manutenção da mesma (Informações obtidas nos depoimentos feitos pelos colonos-fornecedores e nas histórias de vida).

Tabela 6. Número e Porcentagem dos Chefes e Demais Membros das Famílias Residentes Permanentes da Amostra por Categoria de Trabalho e a Relação de Parentesco na Família Segundo a Faixa Etária.

NÚMERO E PORCENTAGEM DE MEMBROS DAS FAMÍLIAS POR CATEGORIA DE TRABALHO SEGUNDO A RELAÇÃO DE PARENTESCO														
FAIXA ETÁRIA					OPERADORES DE MÁQUINAS					COLONOS-FORNECEDORES				
L A V A D O R E S														
CHEFE	%	Nº	%	DM*	TOTAL	CHEFE	%	Nº	%	ESPOSA	%	Nº	%	DM
CHEFE	%	Nº	%	DM*	TOTAL	CHEFE	%	Nº	%	ESPOSA	%	Nº	%	DM
Nº	%	Nº	%	DM*	TOTAL	CHEFE	%	Nº	%	ESPOSA	%	Nº	%	DM
0 - 1	1	0,5	1	0,2				3	3,5	3	2,7			
1 - 5	20	7,8	20	5,6				20	23,5	20	14,5			1
6 - 7	11	4,5	11	3,1				12	14,1	12	8,7			2
8 - 15	71	28,3	71	20,3				27	31,7	27	19,5			7
16 - 18	38	15,0	38	10,8				1	3,7	8	9,4	9	6,5	3
19 - 20	34	13,5	34	9,6				1	3,7	6	7,2	7	5,0	1
21 - 25	1	2,0	30	12,0	31	8,8	3	11,1	6	22,3	4	4,7	13	9,4
26 - 30	23	9,2	23	6,5	6,5	6	22,2	8	29,6	1	1,2	14	10,1	1
31 - 40	12	24,1	19	6,4	47	13,3	12	44,5	5	18,5	1	1,2	18	13,0
41 - 50	27	54,0	24	48,0	2	0,8	53	15,0	6	22,2	5	18,5	12	8,7
51 - 60	10	20,0	5	10,0	15	4,2								
61 - 70	1	2,0	1	2,0	3	1,2	5	1,5						1
71 - +			2	0,8	2	0,5								
TOTAL	50	100,0	251	100,0	351	100,0	27	100,0	26	100,0	85	100,0	138	100,0
														4
														100,0
														24
														100,0

* Demais Membros.

Quanto a distribuição dos demais membros dessas famílias segundo o sexo (excluídas as esposas) ocorre uma relativa proporcionalidade de indivíduos do sexo masculino e feminino nas três categorias consideradas (Tabela 7, abaixo).

Tabela 7. Número e Porcentagem dos Demais Membros das Famílias de Trabalhadores Residentes por Categoria de Trabalho, Segundo o Sexo

NÚMERO E PORCENTAGEM DE DEMAIS MEMBROS POR CATEGORIA DE TRABALHO								
S E X O	LAVRADORES		OPERADORES DE MÁQUINAS		COLONOS-FORNECEDORES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	122	48,6	39	45,8	7	43,7	168	47,7
Feminino	129	51,4	46	54,2	9	56,3	184	52,3
T O T A L	251	100,0	85	100,0	16	100,0	352	100,0

São inexistentes ou pequenas as diferenças de proporção na distribuição dos demais membros segundo sexo e idade. Deve-se observar que a ocorrência de demais membros nas faixas etárias de 60 anos representa indivíduos que residem junto com a família, tendo algum grau de parentesco com os chefes, tais como mães, sogras, tios, avós, etc. (conforme Tabela 8, p. 44).

Tabela 8. Número e Porcentagem dos Demais Membros das Famílias de Trabalhadores Residentes por Categoria de Trabalho, Segundo a Faixa Etária e Sexo.

NÚMERO E PORCENTAGEM DE DEMAIS MEMBROS POR CATEGORIA DE TRABALHO POR SEXO													
FAIXA ETÁRIA	LAVRADORES				OPERADORES DE MÁQUINAS				COLONOS-FORNECEDORES				
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
0 - 1	1	0,5	-	--	2	2,4	1	1,2					
1 - 5	12	4,7	8	3,1	12	14,1	8	9,4	1	6,3			
6 - 7	6	2,3	5	1,9	4	4,7	8	9,4	1	6,3	1	6,3	
8 - 15	32	12,7	39	15,5	13	15,3	14	16,5	3	18,8	4	25,0	
16 - 18	21	8,3	17	6,7	3	3,5	5	5,9	1	6,3	2	12,5	
19 - 21	14	5,5	20	7,9	2	2,4	4	4,7			1	6,3	
22 - 25	17	7,0	13	5,1	1	1,2	3	3,5					
26 - 30	10	4,0	13	5,1	-	--	1	1,2	1	6,3			
31 - 40	5	2,0	11	4,3	1	1,2	-	-	-	-			
41 - 50	2	1,0	-	--	-	-	-	-	-	-			
51 - 60	-	-	-	--	-	-	-	-	-	-			
61 - 70	1	0,5	2	0,8	-	-	-	-	-	-	1	6,3	
71 - +	1	0,5	1	0,4	1	1,2	2	2,4	-	-			
TOTAL	122	50,0	129	50,0	39	45,8	46	54,2	7	43,6	9	56,4	

4.2. Origem das famílias Residentes

Pela tabela 9 pode-se verificar que entre as atuais famílias de residentes 68,0% dos lavradores, 26,0% dos tratoristas e motoristas e a totalidade dos colonos fornecedores tem sua origem vinculada a famílias de colonos, camaradas de colonos, ou assalariados residentes na própria Usina. Em sua maioria vieram pequenos ou ali nasceram. Os indivíduos lavradores são portanto moradores da Usina, residindo na mesma há mais de 20 anos.

Tabela 9. Número e Porcentagem dos Chefes de Famílias de Trabalhadores Residentes Permanentes da Amostra por Categoria de Trabalho, Segundo os Motivos da Vinda para a Usina.

MOTIVOS DA VINDA PARA A USINA	NÚMERO E PORCENTAGEM DE CHEFES POR CATEGORIA DE TRABALHO					
	LAVRADORES		OPERADORES DE MÁQUINAS		COLONOS-FORNECEDORES	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Veio pequeno com o pai (pai assalariado)	14	28,0	2	7,5	-	-
Veio pequeno com o pai (pai colono)	9	18,0	1	3,7	2	50,0
Nasceu na Usina (pai assalariado)	4	8,0	-	-	-	-
Nasceu na Usina (pai colono)	5	10,0	4	14,8	2	50,0
Para ser camarada de colono	2	4,0	-	-	-	-
Esperança de melhorar na vida	13	26,0	-	-	-	-
Oferecem melhores salários	--	--	9	33,3	-	-
Pela existência de Assistência Médica, Direitos Trabalhistas, Casa, Escola e Condução Fácil	--	--	11	40,7	-	-
Sem informação	3	6,0	-	-	-	-
TOTAL	50	100,0	27	100,0	4	100,0

É expressivo o número de lavradores que iniciaram sua vida na Usina; vinham moços para começar a vida e construir família, como é o caso relatado a seguir: *"Eu me chamo J.F. Entrei na Usina dia 1º de abril de 1939, trabalhando para Tonelero na Seção Beatriz. Tonelero era colono de cana. Naquele tempo eram tratados de Tonelero, depois passou para colono de cana. Trabalhei quatorze ano com ele, cortando cana, carregando vagon. Depois me casei e aí a vida foi apertada. Fiquei endividado com o colono quatorze anos. Trabalhei estes anos sem receber um tostão. Quando consegui pagar minha dívida, saí e fui trabalhar para a fazenda. Tirei minha matrícula na Usina em 1955"* (J.F., lavrador, 33 anos de serviço)².

Outros vieram pequenos ou nasceram na própria Usina: *"Meu pai R.S.N. veio morar na Seção Jacaré da Usina em 1934 e eu tinha apenas quatro anos. Ele veio trabalhar na estrada de ferro dentro da própria Usina. Ele ganhava seis mil réis por dia de trabalho de dez horas. Depois largou e foi cortar lenha de empreita para a Usina. Logo depois, comprou dois burros e foi riscar cana de empreita na Usina. Aí eu já completei doze anos e também foi trabalhar por dia. Isto já em 1942"* (A.S.N., lavrador, 34 anos de serviço).

Outros integraram famílias que vieram para a Usina na condição de colonos de cana e apesar das alterações que se processaram nas relações de trabalho dentro da Usina, aí permaneceram ajustando-se às novas formas de trabalho emergentes, como pode ser percebido pelo relato de um dos lavradores entrevistados: *"Eu posso contar de quando eu me conheci por gente na Usina. Meu pai em 1945 era colono e entregou a lavoura."*³ A

² Parte de depoimento contido em História de Vida escrita pelo próprio indivíduo. "Tirar a matrícula" significa obter o registro como empregado da Usina e a Carteira Profissional. Representa a legalização de sua situação como empregado da Usina.

³ O processo de "entrega da lavoura" será explorado em capítulo específico sobre o assunto nas páginas 85 a 91.

lavoura era pouco porque os irmãos foram crescendo e queriam ter parte. Não dava para tocar. Daí largaram. E eu trabalhei com ele até na idade de dezesseis anos. Depois passei para trabalhar de camarada com S.R., colono da Usina. Trabalhei um ano. Depois eu tirei minha matrícula na fazenda, em 1948" (A.V., lavrador, 30 anos de serviço).

As famílias de motoristas e tratoristas são mais recentes na Usina; em sua maioria (59,3%) aí residem há menos de 5 anos, conforma revela a tabela 10 abaixo:

Tabela 10 Número e Porcentagem dos Chefes de Famílias de Trabalhadores Residentes Permanentes da Amostra por Categoria de Trabalho, Segundo o Tempo de Residência na Usina.

TEMPO DE RESIDÊNCIA NA USINA	NÚMERO E PORCENTAGEM DE CHEFES POR CATEGORIA DE TRABALHO					
	COLONOS- FORNECEDORES		LAVRADORES		OPERADORES DE MÁQUINAS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
- 1 ano	-	-	-	-	3	11,2
1 - 3	-	-	-	-	7	25,9
4 - 5	-	-	-	-	6	22,2
6 - 10	-	-	-	-	2	7,4
11 - 15	-	-	-	-	-	-
16 - 20	-	-	2	4,0	2	7,4
21 - 25	-	-	9	18,0	-	-
26 - 30	-	-	12	24,0	2	7,4
31 - 35	-	-	9	18,0	4	14,8
36 - 40	2	50,0	6	12,0	1	3,7
41 - 45	2	50,0	6	12,0	-	-
46 - 50	-	-	4	8,0	-	-
51 e +	-	-	2	4,0	-	-
T O T A L	4	100,0	50	100,0	27	100,0

É significativa a proporção de indivíduos que tiveram sua origem fora da Usina (74,0%) quando comparada com os indivíduos da lavoura (26,0%). Pode-se dizer que, embora tenham origem em famílias residentes fora da Usina em sua maioria procedem de famílias de lavradores, como pode ser percebido pelo relato de R.A.F. (tratorista, 4 anos de serviço):

"Nasci em Jaboticabal; ali vivi 8 anos, e daí mudei para a Fazenda Santa Maria no município de Rincão; lá meu pai, eu e três irmãos carpiá café de colono e fizemos uma colheita. Depois de um ano, mudamos para a fazenda Alpes, para trabalhar como colono. Fizemos um ano de serviço. Daí meu pai achou que trabalhar de colono ganhava pouco demais e fomos trabalhar como assalariado na Fazenda Kanegar em Rincão. Eu ainda era menor e fui para ajudar o pai".

Na Usina durante aproximadamente 20 anos não ocorreu a contratação de famílias de trabalhadores residentes para serviços de lavoura. Para IANNI (1978, p. 12) "na medida em que a agricultura se encontra cada vez mais submetida ampla e profundamente às exigências do capital, da sua reprodução e expansão, as relações de produção no campo se modificam no sentido de expulsarem os colonos, moradores e outros residentes das terras de fazendas, criações, plantações ou usinas de açúcar. A população residente de trabalhadores permanentes passa a ser constituída por uma população de melhor qualificação composta por tratoristas, motoristas, etc.". Outros autores tem feito afirmações semelhantes sobre o assunto; "Do mesmo modo como esta empresa está surgindo no Brasil, os empregados permanentes, que tradicionalmente soem guardar pelo menos resquícios de relações não-capitalistas, tendem a restringir-se ao mínimo e àquela mão-de-obra de mais alta qualificação (tratoristas, conador, etc.). Processa-se a expulsão de colonos e moradores e cria-se assim um proletariado rural

puro..." (LOPES, 1975, p. 8).

Este processo é percebido a nível do trabalhador residente na Usina, como transparece no relato de A.P. (lavrador, 23 anos de serviço): *"Na Usina não se tocava o trabalho com empreiteiro de fora. De jeito nenhum. Era tudo tocado com pessoal daqui mesmo. Agora é só turma de fora, de empreiteiro. Ajustã, só ajusta para morar nas casas, tratoristas"*.

As oportunidades de trabalho no campo vão aos poucos restringindo-se apenas àquelas específicas da atividade de tratoristas e motoristas. Na região devido a existência de outras Usinas, a procura desses trabalhadores é grande, não tendo os mesmos dificuldades para arrumar trabalho: *"Toda época tem tratorista querendo se empregar aqui na Usina e ela ajusta. O trabalhador da lavoura não tem valor, porque hoje é só maquinário. O serviço parece que vai se acabando. Os moços vão para a cidade. Depois eles voltam para o campo, porque como tratoristas, conseguem se arrumar"* (F., tratorista, 8 anos de serviço).

Embora as famílias dos motoristas e tratoristas em sua maioria residam na Usina hã menos tempo tiveram sua origem vinculada a famílias de antigos colonos ou camaradas de colonos residentes na própria Usina, e neste sentido tambem durante certo período de tempo compunham a força de trabalho destas famílias.

"Meu pai morava na seção Beatriz. Eles tinham sitio lá, e depois ficô colonio lá mesmo. Eles tinha sitio e tinha uma lavora na seção Beatriz. A minha irmã mais velha nasceu lá. Quando mudô pra cá (Bela Vista) nasceu eu. Até sete ano que eu comecei a aprendê a lidã com criação. Meu pai levava eu no mangüero e eu ficava catano trato pros animal lá. Depois de 1961 é que eu entrei na fazenda já matriculado. Meu pai foi

colono, mas quando eu tinha 14 anos ele já tinha entregado a lavoura .Aí que eu já entrei na Usina matriculado" (P.G., tratorista, 16 anos de ser viço).

A categoria colono-fornecedor também se caracteriza pela antigüidade como residentes na Usina, uma vez que são filhos de ex-colo nos que aí residiam. Com o falecimento ou aposentadoria de seus pais, pas saram a dirigir a lavoura que então pertencia àqueles. Vieram ainda peque nos ou nasceram na própria Usina.

"Meu finado avô era colono de café na Fazenda Palmital, Se ção Santa Silvia, hoje da Usina da Serra⁴. Meu avô veio para cá, com prou lavoura de cana. Meu pai trabalhava com ele e com outros colonos como ca marada, volante. Aí ele juntou um dinheiro e comprou esta lavoura que nõ s temos até hoje, de um compadre dele. Pagou 3.500 contos de reis. Comprou 14 quartéis" (O.G., colono fornecedor).

Embora hoje existam apenas quatro famílias de colonos for necedores, até por volta de 1950 o seu número era de aproximadamente 60 famílias.

O colono constituiu não só a forma predominante de traba lho durante um longo período de tempo, como também foram os responsáveis pela reprodução da força de trabalho dentro da Usina, visto que uma parte significativa das atuais famílias de residentes tiveram sua origem vincu² lada a famílias de colonos ou camaradas de colono.

⁴ A Usina da Serra situa-se nas proximidades da Usina onde foi realizado este estudo e pertence atualmente ao grupo familiar que até 1969 era proprietário de ambas.

O sistema de colonato na Usina na medida em que baseado no emprego da força de trabalho familiar, propiciou a organização de todo o processo de trabalho com base na quantidade de trabalho que o chefe e os demais membros de sua família tinham condições para realizar. Para a Usina essa forma de trabalho era economicamente vantajosa. Contratavam-se famílias numerosas que pudessem arcar com os riscos e ônus de terem sob sua responsabilidade lavouras de cana.

Para o colono o emprego de força de trabalho familiar era vantajosa porque lhe permitia minimizar os custos de produção na medida em que não era prática comum a remuneração de pessoas da família, como pode se perceber pelo depoimento no qual transparece nitidamente o grau em que a força de trabalho familiar era explorada: *"Para meus filhos eu não pagava nada. Eles comiam, trabalhavam, como podiam. Eu era responsável por eles. Nunca faltou nada. Eles nem chegavam a me pedir"* (P.G., ex-colono, aposentado).

Uma das condições fundamentais, para que a Usina aceitasse a família na condição de colono era que a mesma fosse numerosa e que já fosse possuidora de instrumentos agrícolas ou que pelo menos tivesse possibilidade de adquirí-los.

"No dia 28 de outubro de 1936 nós mudamos para a Usina, na Seção Bela Vista onde estou até hoje. Meu pai pegou uma empreita como colono e no início forneceu 15 quartéis de cana e tinha uma carroça com quatro burros e mais outros implementos ou seja, um arado, um sulcador, um riscador... E nós éramos em cinco que trabalhavam. O serviço era todo por nossa conta. Nós preparávamos as terras e adubava. Em 1947 meu pai comprou mais 35 quartéis de um sobrinho que foi embora para São Paulo. Cus

tou vinte e cinco cruzeiros. Ajustou família de três pessoas para trabalhar. Fizemos a nossa última safra em 1961" (D.B., fiscal, 16 anos de serviço).

A época que coincidiu com a vinda dos pais dos atuais chefes para a Usina, as condições de trabalho na agricultura se apresentavam bastante agravadas com as constantes crises das lavouras de café. O trabalho estava vinculado ao esquema dos mutirões familiares, camaradas e colonos, quer dizer, isento das normas reguladoras de um regime palpado na divisão do trabalho, criando um clima propício para o antigo trabalhador da terra aventurar-se em busca de melhores condições de vida.

"Meu pai chamava J.F.S. e tinha um sítio perto de Ribeirão Claro, adiante de Rio Claro. Depois meu pai arrendou o sítio e veio para a Usina. Viemos para a Seção Jacaré. Ali meu pai esteve dois anos trabalhando. Depois ele voltou para o sítio. Eu fiquei e casei. Criei meus filhos aqui, quase sem trabalho, porque naquele tempo era mais fácil de se viver" (J.S., lavrador, aposentado).

Tinham asseguradas as possibilidades de trabalho e a subsistência que lhe era permitida como prática comum em terras das fazendas nas quais se engajava. É bastante significativo o relato que se segue: *"Eu comecei a trabalhar com oito anos. Antes de vim aqui, nós trabalhava com lavoura de plantação. Trabalhamos dois anos aqui na Usina. Eu estava com oito anos. Depois saímos e fomos lidar com lavoura de algodão. Depois compramos um sítio no Chibarro. Depois vendemos o sítio que era para ir para São Paulo. Meu pai virou a cabeça e não quis mais ir. Voltamos para cá. Compramos o sítio com o dinheiro da lavoura daquele tempo que a gente tinha plantação. Foi guardando, guardando. Vendeu o sítio e guardou o dinheiro. Ficou na Usina de 1946 a 1956; comprou casa em São Paulo e foi em*

bora" (N.L., lavrador , 30 anos de serviço).

O que fica claro com a leitura dos depoimentos é o fato de que essas famílias que aí se constituíram passaram por um processo de transformação que se refletiu diretamente no modo como se inseriram como força de trabalho na Usina. As causas que se encontram subjacentes a este processo encontram-se vinculadas à maneira pela qual sob o capitalismo o processo de trabalho é dominado e modelado pela acumulação de capital. O caráter extremamente maleável do trabalho humano torna-se para o capitalista o recurso essencial para a expansão de seu capital. Este, necessita de formas de trabalho que lhe possibilitem uma maior quantidade de trabalho excedente, uma maior flexibilidade para extração da mais-valia. Neste sentido a dinâmica do capital é transformar as relações de trabalho não tipicamente capitalistas, como é o caso dos antigos colonos de cana e camaradas, em relações de trabalho baseadas exclusivamente no assalariamento. Sob a forma de trabalho típica do colonato todo o processo produtivo das lavouras de canas baseava-se na empreitada dos colonos e seus familiares por meio de contratos de arrendamento. O sistema persistiu até o momento em que para o capitalista essa modalidade de trabalho lhe permitia através de um processo de exploração empanado pelas relações tradicionais de amizade, uma maior acumulação de capital. Essas formas de trabalho tornaram-se incompatíveis com as exigências geradas pelo desenvolvimento da produção em moldes capitalistas, uma vez que essas formas de trabalho eram atingidas por problemas de irregularidade da produção, falta de uniformidade e rigor na qualidade do produto e sobretudo limitados por sua incapacidade de transformar os processos de produção. Baseado em uma divisão rudimentar do trabalho este sistema impedia maior desenvolvimento

da divisão do trabalho. Dentro da lógica capitalista tornava-se necessário um controle sistemático e uma reorganização do processo de trabalho, propiciando condições concretas para a acumulação do capital.

"A passagem dos trabalhadores de suas condições anteriores e seu ajustamento às formas de trabalho projetadas pelo capital é um processo que ilustra a regra de que a classe trabalhadora está progressivamente submetida ao modo capitalista de produção, e às formas sucessivas que ele assume, apenas à medida que o modo de produção conquista e destrói todas as demais formas de organização do trabalho e com elas, todas as alternativas para a população trabalhadora" (BRAVERMAN, 1977, p. 132).

Entretanto as transformações que se processaram na Usina alteraram não só as formas de trabalho ou seja as formas de organização e arregimentação da força de trabalho, mas concomitantemente e mais intensivamente promoveram uma mudança nos instrumentos de trabalho, ocorrendo assim uma alteração substancial no processo produtivo.

Estes fatos são explicativos do aparecimento dessas famílias de trabalhadores residentes permanentes na Usina e das metamorfoses que sofreram durante o processo de desenvolvimento pelo qual passou a Usina a partir da década de 1930 e em especial durante as décadas de 1950 a 1960, como se verá no capítulo seguinte.

5. AS TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO: O CAMINHO DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO

5.1. O Colonato: passado e presente

Neste capítulo pretende-se analisar a origem do colonato como forma de organização do trabalho mais freqüentemente utilizada pela usina por um longo período de tempo que abrangeu as décadas de 1930 a 1960, destacando as especificidades da sua introdução na usina, seu processo de transformação e a sua situação atual e o modo como estas transformações se refletiram sobre estas famílias de trabalhadores residentes.

É importante caracterizar em linhas gerais os principais aspectos que marcaram a emergência da estrutura agro-industrial no Estado de São Paulo, quer referente a problemática do desenvolvimento da agro indústria propriamente dita, quer sob o aspecto da organização da força de trabalho. Entretanto, serão considerados aqueles aspectos que mais de perto facilitam a compreensão do problema central em questão, qual seja, o da transformação das relações de trabalho na lavoura de uma usina, e em especial o caso das famílias de trabalhadores residentes permanentes.

Do final do século até a década de 1920, anteriormente à utilização do colono a força de trabalho era composta basicamente por camaradas assalariados residentes nas terras da fazenda. A necessidade de aumentar a produção e garantir o suprimento de mão-de-obra para a lavoura, levou a usina a lançar mão do colono. Este lhe garantia as duas coisas: a produção e a força de trabalho. Neste sentido é esclarecedor o depoimento que segue: *"Vim prá cá, com 14 anos. Estou com 70. E naquela época já era dos Morganti. Aqui não tinha fornecedor. Toda a lavoura, toda plantação era da firma mesmo. Depois é que eles começaram a inventar os colonos. Isso era tocado com camarada. Camarada formava cana para a Companhia. Era por dia. Fazia turma. Uma vinha carpi, outra cortã muda, eram diversos. Colono foi depois que o Dr. Pedro morreu. Aí os filhos começaram a por tonelero. Fizeram isto prá melhor, porque os toneleros eram em bastante prá trabalhã. Só queria família grande. Família boa e ele aí não tinha cuidado com aquela cana, porque cada tonelero pegava 10, 12 quartéis prá cuidã e ele não fazia movimento¹. Eu não peguei lavoura prá cuidã porque a força da gente não dava. Negócio de burro, naquele tempo trabalhava com burro, carroça, e o poder da gente não dava prá comprã isso"* (J.S., lavrador, aposentado).

A eclosão da I Guerra Mundial (1914-18) e a queda da produção do açúcar de beterraba elevaram consideravelmente as cotações do açúcar no mercado internacional. Essa elevação teve como reflexo durante o período de 1911 a 1920 uma substancial ampliação da capacidade instalada tanto agrícola como industrial das usinas. Ocorria também durante os anos

¹ O quartel é uma unidade de medida utilizada nas lavouras de cana equivalente a $\frac{1}{4}$ de alqueire paulista.

de 1901 a 1915 um impulso dado pelo crescimento da demanda do mercado interno decorrente da intensificação do surto migratório, que veio a modificar substancialmente as modalidades de trabalho nas usinas (GNACCARINI, 1975, pp. 313-314).

Nesta fase o crescimento de capitais no setor foi mínima, o que se refletiu na utilização dos mesmos processos tecnológicos rotineiros, não ocorrendo nenhuma significativa melhoria tecnológica e nenhum considerável aumento de produtividade. A fabricação foi se diferenciando conforme o emprego ou não de melhorias industriais como uso de caldeiras fechadas e de vácuo, processos mecânicos de filtragem; turbinação centrífuga em lugar do sistema manual. A possibilidade de uma transformação no processo de trabalho agrícola como conseqüência da modernização que começava a se processar no setor foi possível graças a notável estabilidade da produção açucareira no período - os pequenos engenhos foram sendo substituídos pelas usinas, novas terras foram sendo incorporadas à lavoura, e as medidas institucionais tomadas pelo Estado a partir de 1930. Os recursos e as funções correspondentes se redistribuíram, um grande número de donos de engenhos se tornaram fornecedores de canas, outros transformaram seus engenhos em pequenas usinas (GNACCARINI, 1975, pp. 316-317), e alteraram-se as formas de contratação da força de trabalho.

Os pequenos engenhos dispunham de produtores diretos que cultivavam suas terras onde os dispêndios de salários em dinheiro eram ausentes. Essa relação de verdadeira parceria agrícola aproximava-se muito mais da verdadeira renda capitalista do solo que as demais formas de renda-trabalho, quer a forma propriamente dita, quer as suas variantes, a renda-produto e a renda-dinheiro, a despeito de manter o fundamental de toda forma primitiva de renda fundiária, ou seja, o não regular-se pelo

mercado, e conseqüentemente a importância fundamental da produção de auto-subsistência, não submetida à divisão capitalista do trabalho (GNACCARINI, 1975, pp. 318-319). As pequenas unidades trabalhavam assim, muito mais na base da reprodução dos meios de vida de seus trabalhadores em regime de auto-subsistência.

Nas unidades produtoras maiores, as usinas, esta situação se alterava um pouco. Nas grandes centrais a reprodução do trabalho necessário à agricultura era feita parcialmente em regime de auto-subsistência, combinada com uma parte considerável de desembolso de capital destinado ao pagamento de salários. Além dessa diferença, a cultura dos engenhos era razoavelmente diversificada, permitindo que aquela relação de parceria se estendesse a um número maior de produtos, minimizando a dependência em relação ao açúcar.

Nas grandes unidades de produção havia também dispêndio de capital constante, ao contrário das unidades menores onde se produzia diretamente em regime de auto-subsistência, incluindo-se a adubação verde, rotação de terras, produção de esterco animais, reprodução de animais, melhorias estas que os parceiros incorporavam à terra sem retribuição. Nessa relação de propriedade o proprietário fazia economias no dispêndio de dinheiro.

Foi neste contexto que surgiu dentro da usina de açúcar analisada a figura do colono.

Na usina o colono foi introduzido durante as décadas de 1920 e 1930 e floresceu como principal forma de organização da força de trabalho até as décadas de 1950 e 1960. Em sua maioria eram famílias que procediam de fazendas de café.

O colono foi um elemento importante na formação da usina,

e sua participação como trabalhador se constitui na principal forma de organização do trabalho na lavoura; o colono participou intensivamente do processo de expansão territorial da usina, como pode se perceber no depoimento de um ex-colono da mesma: *"Eu vim da Fazenda do Salto, aqui do Juca Sabino. Entrei na usina em 1933. Vim com meu pai. Meu pai era fiscal de abacaxi. Na seção onde hoje tem eucalipto, era só abacaxi. Era da Refinadora. Depois mudei pra outra Seção em 1936 como colonio junto com meu pai. Mas como a lavoura que nós compramos era pouco, era só 37 quartéis, eu formei uma lavoura, isto porque os donos compraram uma fazenda, uma seção, da Jangadá, de um sitiante grande, e deu pra mim formã. Formei ali 37 quartéis. Mas como eu era sozinho, só eu e minha mulher, fui buscã meu sogro ali na 'fazenda Véia' e trabalhei de sociedade com meu sogro. Em 39 eu mudei de seção. Nessa época que eu mudei de seção, a lavoura ficou pro meu sogro. Meu sogro me deu uma pareia de burro e me pagô em despesa no armazém; ele não tinha dinheiro e foi me pagando em despesa no armazém. Eu comprei sete quartéis num sapezero e formei lavoura. Tombei um sapezero tremendo com boi, naquele tempo era boi, e formei mais 37 quartéis. Eu e meu irmão. Mas daí eu não podia combinã com meu irmão, porque eu queria comprã ferramenta e ele não queria, achava que não devia comprã que era melhor emprestã, nós ia formando as lavouras. A fazenda me deu os terreno e eu arei com boi da fazenda e formei a lavoura. Depois que eu formei, a usina registrou os trinta e sete quartéis"* (J.C., ex-colono, aposentado).

Pelo relato se evidenciam as condições nas quais se processou o desenvolvimento da usina. A partir de 1924, data que marca oficialmente a fundação da Sociedade Anônima Refinadora Paulista, iniciou-se a introdução de maquinarias modernas na produção do açúcar e passou também a produzir sua própria matéria prima necessária às moendas.

Neste período para o setor açucareiro em geral ocorria um crescente aumento de produção e das unidades açucareiras. No período de 1923 a 1926 mesmo com os canaviais afetados pela moléstia do carvão a produção paulista cresceu de 40 mil para 70 mil toneladas. As bases da produção da Usina se modificam para atender a necessidade de ampliação da produção. A Usina firmemente substitue o pequeno engenho, aperfeiçoam-se as técnicas de fabricação, e novas terras destinadas ao cultivo de outras lavouras foram incorporadas à lavoura de cana. Acompanha este processo uma nova forma de organização do trabalho, que deveria suprir as necessidades da produção. Neste contexto o colono, que garantia a produção da matéria-prima e uma força de trabalho estável representava uma forma de garantir a qualidade e a quantidade da produção.

As famílias de colonos eram em sua maioria procedentes de fazendas de café decadentes localizadas na mesma região da Usina, ou de áreas onde a cultura do café havia assumido grandes proporções no início do século, como é o caso da cidade de Limeira, e encontravam-se em decorrência da crise que abalou a economia cafeeira a partir do início do século, em franca decadência.

Vieram para a Usina com suas famílias e parentes, participando intensamente da organização do processo de trabalho nas lavouras de canas. Neste sentido estas famílias, e seus eventuais empregados, os camaradas, eram os principais responsáveis pela composição da força de trabalho na Usina durante o seu processo de formação. Fato este que aparece ilustrado nas declarações a seguir: *"Eu, quando entrei na Usina, antes eu morava aqui na fazenda do Palmital. Aí eu resolvi ir pra Usina e entrei trabalhando de camarada. Trabalhei três anos. Depois eu ajeitei esta lavoura de colono que eu tenho até hoje. Era de um compadre meu. Ele queria*

vendê e eu queria comprã, mas não tinha dinheiro. Ele falou 'por isso não compadre; você pode ficar com a lavoura e me paga quando pudê. Eu nessa condição comprei a lavoura e garrei trabalhã. Depois de dois anos consegui pagã a lavoura. E fiquei livre. E fui batendo, fui tocando. Passei muito apertado o primeiro ano, mas depois fui melhorando e foi que até hoje eu tenho a lavoura. Criei todos os filhos lá. Eu trabalhava muito. Entrei trabalhã sozinho. Os filhos era dois, pequeno. Trabalhava com camarada, com família. Eu cheguei a ajustar família inteira. Tinha casa prã pô a família. Na mesma casa que eu morava, que era grande, eu morava numa parte e noutra parte eu ponhava gente. E foi tocando. Os filhos foram crescendo, tocaram trabaia e por fim, nóis tocava a lavoura só nóis de casa. Já não dependia de camarada" (P.G., colono fornecedor).

O colonato transformou-se assim na forma de organização do trabalho mais freqüentemente utilizada. Esse regime baseava-se na cessão de uma área de terras de propriedade ou posse legítima do contratante dos serviços de trabalhadores. O tamanho da área é proporcional à capacidade que o trabalhador tem de produzir canas com o emprego de força de trabalho familiar. As formas de remuneração do trabalho variavam de uma região para outra, indo desde formas de assalariamento mensal até outras que incluam adiantamentos para subsistência da família, financiamento para o cultivo da lavoura.

O emprego deste regime de trabalho deve-se fundamentalmente a dois tipos de fatores. De um lado pelo fato de ele possibilitar para a Usina a dispensa de um custoso e não muito eficiente serviço de apontamento e fiscalização de tarefas diárias por parte de administradores profissionais, sendo que estas tarefas eram muito melhor executadas pelos próprios chefes de famílias de colonos. Por outro lado, a usina podia

manter à sua disposição uma numerosa força de trabalho estável e qualifi
cada para os serviços agrícolas, e dessa forma se livrava de uma possível
concorrência com outras usinas próximas (GNACCARINI, 1972, p. 8).

Para a usina esta forma de trabalho tornava-se ainda mais
vantajosa, quando para defender-se das oscilações no preço do açúcar a
usina podia manipular livremente o custo da mão-de-obra, os descontos in
cidentes sobre as canas entregues pelos colonos, os atrasos deliberados
do fluxo de pagamentos, impedindo inclusive a participação dos colonos
nos ganhos obtidos nas alterações do preço do açúcar. Sob a capa de uma
aparente rigidez essa organização do trabalho permitia maior flexibilida
de na aquisição da força de trabalho, em virtude de os empresários não
disporem de nenhuma previsão e nenhum controle sobre a evolução do mercado
do do açúcar (GNACCARINI, 1972, p. 8).

O conceito de colono era variável nas usinas paulistas.
Ora é empregado para designar aquele que mediante contrato de empreita pa
ra o trato de canas, trabalha nas lavouras da usina, sendo que as canas
são da usina e por ela são plantadas. Outras vezes designa aquele que,
através de um contrato, tem terras para o plantio de canas, em proporção
à capacidade de trabalho do lavrador e da sua família. Variava também a
forma de pagamento desses indivíduos.

Em algumas usinas o pagamento nada tem a haver com as cotações
do açúcar no mercado; em outras o pagamento era feito tomando por ba
se os preços médios da cotação do açúcar no mercado de São Paulo (GNACCA
RINI, 1972, p. 10).

A relação de trabalho entre a usina e o colono era formali
zada através de um contrato de locação de serviços. O colono e sua família
lia recebiam da usina um pedaço de terra, que variava entre 13 a 60

"quartéis" de terra, ficando sob a responsabilidade do colono o preparo da terra e das mudas, plantio, carpa, corte das canas; além de na época da safra, o transporte das canas até os vagões de trem. Os instrumentos agrícolas eram todos de propriedade do colono, assim como os animais utilizados nos serviços de aração (tropa de burro, cavalos, etc...). Cabia ao colono, além da lavoura em arrendamento, outras áreas próximas à sua lavoura ou do local de residência destinadas ao cultivo de cereais e leguminosas para subsistência da família, e casas para morar, agrupadas em colônias ou seções.

Os colonos exerciam suas atividades como lavradores voltados para a cultura da cana, em terras da própria usina, em talhões ou glebas pré-determinadas pela administração, e nessas condições forneciam as suas colheitas à usina, recebendo por tonelada de cana produzida. Trabalhavam em áreas certas, pré-determinadas, com tarefas específicas (preparo, plantio, trato, corte, carregamento e fornecimento da cana); eram remuneradas em dinheiro, cujo cálculo incidia sobre um determinado valor unitário - preço por tonelada de cana fornecida - e não participavam com exclusividade do risco agrícola. A usina os complementava em suas deficiências de ordem técnica, seja material, seja agrônômica, dispendendo esforços no sentido de equilibrar o ritmo produtivo, a quantidade e a qualidade da cana produzida, garantindo seu fornecimento.

O horário de trabalho era de modo geral o comum aos demais trabalhadores do canavial; das 5:30 da manhã às 12 horas e das 13 às 17 horas, com dois intervalos de uma hora cada um pela manhã para o café e almoço. Entretanto este horário na realidade era bastante flexível, com tendência ao seu prolongamento. Pelas observações feitas e pelos relatos contidos nas entrevistas o início do trabalho na época da safra geralmente

se dava às 4:00 horas da manhã, e os intervalos para café e almoço não excediam a 20 minutos, prolongando-se o dia de trabalho até o anoitecer. Desse modo, como diz GNACCARINI (1972, p. 148) o trabalho para a subsistência se realizava nos finais de tarde, em cada dia, e durante os domingos e feriados. Considerando que essas atividades de trabalho entram na composição daquela parte total que as usinas retribuem ao trabalhador, elas devem ser entendidas como acréscimo da jornada de trabalho. Essa situação é válida também para aqueles trabalhadores não incluídos na categoria de colonos, ou seja os camaradas remunerados por tempo de serviço (GNACCARINI, 1972, p. 149).

No início a participação da usina estava restrita à fiscalização das lavouras. Examinava o estado das lavouras dos colonos, se estavam ou não bem cuidadas, controle de pragas e seleção de variedades a serem plantadas. Ao colono cabia integralmente a responsabilidade das atividades agrícolas e da organização da força de trabalho empregada. A usina encarregava-se do transporte das canas cortadas em vagões de trem, e a industrialização para obtenção do açúcar e álcool, determinação das variededades de canas plantadas, época do corte, etc... Neste sentido o colono mantinha em relação à usina uma autonomia relativa. Na verdade sempre coube à usina o controle do processo produtivo. Embora nos depoimentos dos antigos colonos transpareça a impressão de uma autonomia de trabalho em relação à usina, como revela o depoimento: "*Quando eu tinha a lavoura a usina só mandava o vagão. Enchia o vagão e dava 6, 7 toneladas. Depois eu troquei meus 63 quartéis a troco de 37. Eles me deram duas casas e eu ajustei camaradas e fui tocando*" (J.C., ex-colono, aposentado).

A partir da década de 1920 acentua-se ainda mais a tendência a superprodução de açúcar. Neste mesmo período ocorre a recuperação

européia do açúcar de beterraba e aumenta a oferta de açúcar de outras regiões produtoras contribuindo para agravar ainda mais a crise de superprodução. No período de 1921-1930 o valor das exportações representavam apenas 1,4% do valor total das exportações brasileiras (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 167).

Essa situação que afligia o setor açucareiro agravou-se ainda mais com a grande produção de 1929. Com os preços caindo vertiginosamente e uma estrutura de comercialização dominada por intermediários agrava-se a situação e o governo é levado a inaugurar uma política intervencionista que se refletiu no caso do açúcar na adoção de uma série de medidas para a defesa da indústria e do comércio do açúcar. Essas medidas objetivavam conciliar os interesses dos produtores de açúcar, dos plantadores de cana, dos comerciantes e dos consumidores. Neste sentido "a dêcada de 1930 pode ser tomada como o ponto de referência do ressurgimento da agroindústria paulista no sentido de que a partir desta época se intensifica a ação do Estado junto ao setor, acarretando profundas transformações na economia, e a emergência de novos grupos sociais" (GNACCARINI, 1975, p. 311).

A política intervencionista adotada pelo Estado a partir de 1930, se dá no sentido de levar o setor a superar uma economia de tipo colonial. As medidas tomadas abrangem todo o setor açucareiro desde a produção da matéria-prima (regulamentando o corte, transporte, pesagem e beneficiamento, até a fabricação, distribuição, consumo e exportação do produto acabado). Disciplina as relações entre fornecedores e usineiros, entre usineiros e seus lavradores; estabelece a política entre a produção e o consumo, política de financiamento das safras a usineiros e fornecedores; controla o preço do açúcar, as quotas das Usinas e fornecedores;

estabelece normas para a assistência social aos trabalhadores (QUEDA, 1972, pp. 8-9).

O conjunto de medidas institucionais assumidas pelo Estado junto ao setor alteraram de modo significativo não só o processo produtivo como o conjunto das relações sociais de produção, e as formas específicas que assumiram as relações de trabalho na Usina de Açúcar.

Segundo QUEDA (1972) as fases de intervenção do Estado no período de 1930-71 junto ao setor açucareiro podem ser delimitadas a partir dos próprios objetivos a que correspondem cada um dos períodos dessa intervenção: a *fase econômica* cujo objetivo foi assegurar um equilíbrio do mercado do açúcar, se refere fundamentalmente à criação do IAA (Decreto-lei 22.789 de 01/06/1933); a fase *jurídico-institucional-assistencial*, marcada pelo aparecimento do Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto-lei 3855 de 21/11/1941, que representa o ponto culminante das medidas legais que atingiram o setor) em 1941; e a fase tecnológica, caracterizada pelo aparecimento da Lei nº 4.870 de 01/12/65, pela criação da Estação Experimental de Cana de Araras e do Laboratório de Análises em Piracicaba, cujo objetivo foi incrementar e disciplinar o desenvolvimento tecnológico no setor.

O conjunto das medidas que caracterizaram a segunda fase são as que mais de perto acarretaram transformações nas relações de trabalho nas lavouras das grandes usinas. O colonato havia até então se apresentado como a forma mais adequada de trabalho para as grandes lavouras de cana. É o que nos diz o relato de Gileno de Carli: "essa tradição de trabalho (colonato) não se deve e nem se poderá abandonar para substituí-lo por fórmulas de fora. Tudo o que se fizer em matéria de reforma deve ser no sentido de empreendê-la dentro dessa tradição" (DE CARLI, 1943,

pp. 124-125). O emprego do colono nas lavouras de canas paulistas era de corrência do seu próprio estágio de desenvolvimento, no sentido de que as segurava à usina não só uma abundância de mão-de-obra, como também esta já se apresentava organizada, o que assegurava sua provisão de matéria-prima a um preço equitativo (GNACCARINI, 1972, p. 8).

Entre outros dispositivos, o Estatuto da Lavoura Canavieira determinava a organização pelo IAA de um Cadastro de fornecedores; regulamentava as condições de fornecimento e da absorção da cana pelas usinas; estabelecia restrições à produção canavieira das usinas, mediante a instituição das quotas de fornecimento.

O Estatuto visava fundamentalmente criar uma categoria de indivíduos, o fornecedor de cana, figura até então inexpressiva na economia açucareira paulista de forma a garantir a expansão da agro-indústria.

"No caso da agro-indústria paulista a ação visava preservar dentro das usinas a figura do colono e fora dela criar a figura do fornecedor" (QUEDA, 1972, p. 69). O fornecedor tornava-se uma figura vantajosa para a Usina na medida em que passava-se a dividir com ele os riscos agrícolas e as despesas de transporte, ao mesmo tempo que assegurava a obtenção de matéria-prima em zonas mais distantes.

A manutenção do regime de colonato, seja na sua forma pura, seja na figura de colono-fornecedor de cana, significava para os Usineiros uma relativa ameaça no que dizia respeito aos direitos que estes trabalhadores adquiriram com a aprovação do Estatuto, e de outras medidas tais como o Decreto-Lei nº 6.969 de 1944.

Este decreto complementava as normas de organização do trabalho estendendo aos trabalhadores rurais, ligados a agro-indústria açuca-reira, os benefícios da assistência social, de alimentação e higiene e

condições para cultivo de lavouras de subsistência (QUEDA, 1972, p. 19).

Em 1945 esta relação de empreita de serviços na lavoura de cana, passou a obedecer os chamados *contratos tipos* previstos no Estatuto da Lavoura Canavieira. No caso dos colonos de cana o contrato tipo instituído pelo Estatuto era uma *locação de serviços agrícolas* baseado no côdigo civil brasileiro, fonte subsidiária da legislação canavieira (art. 112). Neste sentido o contrato mantido pela usina até então com os colonos passava a partir desta época a ser um contrato escrito de locação de serviços agrícolas, por prazo determinado, cuja renovação se processava, automaticamente no fim de cada safra.

A renovação dos contratos baseava-se no artigo 101 do Estatuto da Lavoura Canavieira. A Usina poderia se opor à renovação do contrato quando o colono tivesse dado causa ou motivo à redução, extinção ou perda da quota atribuída ao fundo agrícola por ele explorado; ou seja quando sua produção não atingisse o quantum fixado pela Usina. Isto porque a Usina tinha uma cota de produção a ser observada, fixada pelo IAA.

Apesar da regulamentação que previa o Estatuto estes trabalhadores eram considerados pela Usina como simples colonos, lavradores, não dotados de autonomia e capazes de reunir os requisitos próprios da figura de fornecedores de cana, em consonância com o que determinava o mesmo Decreto. Reconhecia a Usina até esta data que estes trabalhadores estavam cultivando terra alheia, não na qualidade de parceiros ou arrendatários, mas como simples locatários de serviços assumidos pela empresa para a realização de determinada tarefa.

Existia uma subordinação técnica, profissional, funcional, hierárquica e disciplinar dos colonos diante da Usina. Além dos serviços que prestavam à Usina referentes ao plantio, adubação, corte e transporte

de cana, prestavam outros serviços de natureza diferente, sempre que a Usina necessitasse, sendo estes serviços remunerados por hora de trabalho em dinheiro. Como pode ser percebido pelo depoimento que se segue: *"Eu pagava meus camaradas no preço da fazenda, por dia. Quando eu não tinha serviço a fazenda pedia meus camarada prã trabalhã. Falava, "você manda três quatro camarada prã fazê tal serviço. Eu mandava. E eu era empregado da fazenda também. Eu ia trabalhã prã fazenda com carroça, por dia".*

A cooperação do trabalho se fazia tanto a nível das relações usina-colono, como também entre os próprios colonos. Embora possuidores de suas próprias ferramentas de trabalho, alguns colonos não dispunham de carroças para transporte de suas canas até os vagões. Estabelecia-se entre os colonos uma troca de serviços; *"quando eu não tinha carroça a Usina carregava minha cana ou outro colono puchava minha cana e depois eu pagava o colono; era dia trocado; hoje puchava minha cana, amanhã eu cortava a cana dele, prã pagar aquele dia de serviços"* (M.J., lavrador aposentado, ex-colono).

A remuneração do colono passou a ser feita em razão das quantidades de canas oferecidas, observando-se para tanto os preços estabelecidos oficialmente por tonelada de cana. Não há dúvida quanto à existência de uma remuneração fixa para o colono, entretanto, em espécie: ele recebia em troca do seu trabalho, terras para plantação, casa de moradia e pasto para os animais necessários.

O contrato de locação de trabalho celebrado entre a Usina e o colono observava as normas do Estatuto da Lavoura Canavieira com relação a contrato-tipo e previa, que o mesmo deveria seguir os seguintes princípios: a) concedia ao trabalhador, a título gratuito uma área de terra suficiente para plantação e criação necessária à subsistência do

lavrador e sua família; b) proibia a redução da remuneração devida ao trabalhador com fundamento na má colheita, resultante de motivo de força maior; c) dava direito à moradia sã e suficiente; d) assistência médica e hospitalar; e) ensino primário gratuito às crianças em idade escolar; f) garantia de indenização do trabalhador em caso de despedida injusta.

Este mesmo contrato previa também que o trabalhador receberia uma *caderneta agrícola*, instrumento de garantia para seus direitos, na qual eram lançados os dados relativos ao contrato, especificando-se nela a forma de pagamento, diárias de serviços extraordinários, número e espécie de plantações, débito, crédito, empréstimos, adiantamentos fornecidos aos colonos, trabalho efetuado e demais anotações necessárias.

Os acertos de conta baseados nos lançamentos na caderneta agrícola eram feitos no final de cada safra. Em vários depoimentos os ex-colonos, hoje assalariados ou aposentados na Usina, são unânimes em dizer que "quase sempre nada ou quase nada tinham para receber"; ou "a gente ia tirando aquelas quantias por mês, para as necessidades, mais o armazém, no fim ainda ficava devendo", como revela o relato a seguir:

"A usina pagava por tonelada. Quando comprei a lavoura eu entregava a cana por sete e quinhentos a tonelada. Depois de uns dois anos subiu, mas ia subindo de pouco. Um mereis, dois, assim. Até que chegou na época que chegou a 15,00 a tonelada. Isto até na época que eu larguei a lavoura. Na época do armazém as despesas do colono já vinham descontadas. Para controlar tinha as caderneta e as folhas dos escritório. Nós entregava as cana, nós recebia um recibo de quanto que dava o vagão de cana. Chegava no fim do mês nós somava em casa mesmo aquelas folhas. Vinha bruto e líquido e a gente conferia com a nossa. Já sabia quanto devia pelas lista e já estava sabendo a quantia que ia recebê no fim do

meis. A quantia recebida dava para pagar a despesa da lavoura e sobrava algum dinheiro prã gente tocã. No tempo que tinha os camarada tinha que pagã eles todo mês, todo mês precisava fazer pagamento, daí então nunca sobrava nada" (P.G., ex-colono).

Embora o colono organizasse as atividades relativas ao trato da cana com base na utilização da força de trabalho familiar, muitas vezes lançava mão de assalariados - os camaradas. Estes, sozinhos ou em família, empregavam-se para trabalhar para o colono. Normalmente residiam na própria Usina, junto à casa do colono. Sua remuneração era estabelecida com base no serviço realizado, variando a forma de pagamento por tarefa, ou por dia, de acordo com a época de safra ou entre-safra. Participavam também das atividades nas lavouras de subsistência, tendo direito sobre a parte da produção. Em relação à Usina, estes indivíduos não tinham qualquer tipo de vínculo, mas usufruíam em igualdade de condições com os colonos dos serviços oferecidos pela empresa, tais como a casa gratuita, escola, assistência médica, etc.

Entretanto, a situação desses indivíduos estava longe de ser satisfatória. Em sua maioria, residiam em cômodos da casa do colono cedidos a ele ou em casebres construídos nos fundos de suas casas. Trabalhavam "de sol a sol", e através de sistema de endividamento junto ao colono, acabavam sempre sem ter nada a receber por ocasião do acerto de contas ao final de cada safra. Agravava sua situação o fato de não terem qualquer tipo de garantia de seus direitos - seja contrato de trabalho, ou qualquer outro tipo de registro. Esta situação aparece bem caracterizada no relato de F.S. (tratorista, 16 anos de serviço): "*Meu pai e minha família morou mais de 30 anos aqui. Meu pai já morreu, mas minha família está aqui. Tem a mãe nesta seção; moro com meu irmão que é*

tratorista. Meu pai veio trabalhã com colono, um tal (.....), que foi em bora daqui. Trabalhemo 10 ano com ele. O trabalho era assim: cortã cana, carpi. Moravam todos junto. Meu pai num tava satisfeito com o serviço. Os colono nunca pagaram direito prã ele. Pagavam por dia, recebia todo mês, mas a maioria dos meis passava a devê, sempre devendo. Os camarada ficavam sempre devendo porque eles roubava, roubava no serviço que nóis fazia; pu xava sempre do lado deles. Nóis sempre tava devendo. Eles tirava de nóis. Não pagava o que merecia por dia. Quando nóis trabalhava prã esse colono achemo que então como não ganhava nada era melhor trabalhã prã fazenda. Farmácia e armazém era por conta do colono. O camarada era descontado de farmácia e armazém pelo colono. Meu pai sabia quanto tinha que receber e quanto devia, mas sempre os colono falava mais. Nóis reclamava, mas os co lono sempre falava que tava certo. Nóis reclamava, mas a fazenda não ti nha nada a ver com os colono. Este colono entregou a lavoura e foi embo ra, foi muito bem. Morava no Paraná, era fazendeiro. Meu pai trabalhou 10 anos prã colono e daí fez ficha na fazenda . Na época que trabalhava pro colono toda a família trabalhava, e não dava prã tirã; eu com a idade de sete anos já trabalhava. Mas meu pai mau conseguia sustentã os filho. Meu pai nunca conseguiu ter uma casa dele. Morreu sem nada. Podia criã e ter feijão e arroz. Só criava e prantava prô gasto da casa, nunca deu prã ven de nada. Acertava a conta com o colono uma vez por ano, no fim do ano. Du rante o ano davam um vale pra gente tirã as coisas no armazém. Dinheiro mesmo por mês o pai não recebia. Quando precisava alguma coisa na cidade, então ele dava o dinheiro. No fim do ano no acerto geral das conta meu

pai sempre saia devendo. Nesta época que nós trabalhava prá este colono tinha três família que trabalhava. Todo nós tinha a mesma situação".

Essa forma de relação de trabalho propiciava uma intensificação da exploração do trabalho. No processo de produção na Usina pode-se dizer que esta exploração se realizava em dois níveis. Num primeiro nível na relação Usineiro-colono, e num segundo nível na relação colono-camarada. Em ambos a exploração do trabalho alcançou limites máximos, seja pelo prolongamento exaustivo da jornada de trabalho, seja pela forma de remuneração do trabalho. Tanto entre os colonos, como entre os seus camaradas assalariados a jornada de trabalho encontrou seus limites máximos; trabalhava-se "de sol a sol". Pelos depoimentos o início do dia de trabalho se dava às quatro horas da madrugada e se prolongava até o anoitecer.

Na relação Usineiro-colono esta extração de trabalho excedente se realizava sob a capa de todas as manobras utilizadas para se furtar ao pagamento das canas de colonos, tais como, desvio das Cadernetas, erros na pesagem, atrasos no pagamento, descontos indevidos, etc... Como transparece nos depoimentos, o colono estava sempre endividado, não tendo nos acertos de contas nada ou quase nada a receber.

Deve-se ressaltar também o fato de que o preço pago pela Usina por tonelada de cana era sempre inferior ao preço oficial, e que eram significativas as diferenças e perdas atribuídas ao sistema de pesagem de cana. Estavam sujeitos a perdas em sua produção pois não dispunham de meios eficientes para controlar o volume produzido. Além das irregularidades cometidas pela Usina existia durante muito tempo uma espécie de "acordo" entre alguns colonos e o balanceiro da Usina, que pesava sempre a mais as canas destes lavradores, descontando a parcela que era acrescentada a estes da produção de outros. O "acordo" entre balanceiro-colono

era feito na base da divisão equalitária do total recebido por "aquelas toneladas a mais" que então eram creditadas. Para estes ex-colonos este acerto possibilitou a alguns dos colonos se encontrarem em situação muito mais privilegiada financeiramente que outros. É significativo o relato de P.G. (ex-colono, aposentado).

"A razão de alguns terem ficado bem e outros que ficaram sem nada é que isso aí não é culpada a própria usina, isso era esperteza do próprio chefe, o balanceiro; eles fizeram uma tramóia lá que eles tirava de um prã dã pro outro. Naquele tempo era vagão, carregava no vagão; o vagão dava 10.000 quilos, ele ponhava no meu recibo oito, duas ele ponhava pro outro, e depois no pagamento eles dividia, metade era do balanceiro, metade era do colono. E sabe, isto era tudo dia, tudo dia, chegava no fim do meis dava uma diferença grande. E é aonde quem não tinha essa comunicação com eles, eu nem sabia, nunca arrumei nada; fazia o serviço, tocava, empatava uma coisa por outra. Chegava no fim do ano pagava tudo as dívida e também ficava sem dinheiro. E outros já melhoraram, compraram sítio. Essas pessoas que tavam ligado neste negócio aí, tudo eles tem propriedade, compraram sítio tudo aqui em roda".

A razão de que o colono não tinha um controle sistemático sobre o volume de sua produção deve-se em parte ao fato de na época o carregamento das canas cortadas era feito manualmente, em feixes, nos vagões de trem. Por um vagão carregado após a pesagem, o colono recebia um recibo registrando a entrega de 6 a 7 toneladas de cana. Com a introdução do caminhão para o transporte de cana, caminhões de pequeno porte, notou-se uma grande diferença de peso nas canas entregues até então na Usina. Um caminhão, considerado pequeno, chegava a transportar as mesmas 6 ou 7 toneladas, sendo que um vagão comportava pelo menos dois caminhões e meio

de cana. Segundo alguns depoimentos foi a partir daí que se tomou consciência de quanto eram então explorados, como pode ser percebido pelo depoimento que segue: *"A cana depois que acabou o negócio de vagão melhorou 100%, porque imagine, nós carregava um vagão de cana naquele tempo, ponhava 10 a 12 carroça de cana, bem carregado. Quando vinha o peso, vinha 7, 8 tonelada de cana. Quando peguemos carregar de caminhão de cana dava 8, 9 tonelada. Caminhão pequeno. Então aí que nós vimos a diferença que tinha. Dois caminhão de cana cabe num vagão. Eles tirava a metade do peso da cana naquele tempo. Mas não era a fazenda. A fazenda não tinha nada com isso"* (A.F., ex-colono). Escapa-lhe a percepção de que estas irregularidades faziam parte do conjunto de medidas que a usina utilizava para intensificar o grau de exploração do trabalho.

Entre os colonos e seus camaradas era freqüente também a exploração do trabalho pela inexistência de pagamento ao camarada. Este acabava sempre se endividando junto ao colono, através do sistema de vales e adiantamentos. Na realidade o camarada acabava por receber em espécie a parte correspondente à remuneração de sua força de trabalho. Esta situação aparece bem caracterizada no depoimento de J.F. (lavrador, 33 anos de serviço): *"Ele (o colono) me dava casa e eu trabalhava no que mandava, cortava cana, enchia vagão. Ganhava 6 meréis por dia. Morava em três quarto de uma casa que a fazenda emprestava pro colono. Naquela época trabalhava muito. Pegava as cinco da manhã e ia até as sete hora da noite. Puxava cana no escuro, vinha com trato pra criação, via os fios só dormindo. Se eu fosse ganhá por que eu trabalhava, tava cheio de dinheiro. Quando eu trabalhava pros colono o mais que eu tirava por meis era 800 contos. Podia faze até 20 hora por dia, era só aquelas oito só. E justamente ele me segurou 14 ano por que ele ajustava conta só fim do ano, só quando*

acabava a safra. Durante os meis eu ia tirando vale pra gastã no armazẽm e farmãcia. Nunca tinha dinheiro na mão. Tinha assim sô quando arrumava serviço prã fora. Eu mesmo arrumei cavalo de corrida. Paguei minha dívida com eles com o que ganhei com um cavalo de corrida que comprei. Vendi um que não era de corrida e comprei um de raia, e este cavalo me deu a vitôria. Salário no fim do mês nunca tive. Eu fazia aĩ um negócio de cinqüenta cruzeiro já empregava em outro, matava porco, cabrito, vendia, criava porco. De noite eu tinha já um menino de oito ano, carpia mio com a lua. No fim do ano quando o colono acertava as contas não tinha o que receber. Sempre devendo. Sabia quanto eu ganhava por meis. Ganhava 800 merês por meis, mas no fim do ano era, você tirou isso na farmãcia, tirou isto no armazẽm e a gente não podia atestã, até uma veis eu fui com o farmacêutico e disse, 'sô pago o que eu tirã, com a minha mão', mas mesmo assim não dava certo. Quando passei de fichado na fazenda tirava já 1.400 contos e trabaiava dentro das oito hora. Dava as oito hora eu parava. Se eu fazia mais que oito horas eu ganhava as hora. Com os colono não".

A questão da produção para a subsistência praticada quer pelo colono, como pelos seus camaradas como transparece neste depoimento, não pode ser caracterizada como simples produção de subsistência. Para MARTINS (1978, p. 46) trata-se de uma economia de excedente, em que o excesso relativamente ao consumo não se constituia em mero resto do que foi consumido, mas excedente comercializado em geral antes ou conjuntamente ao ciclo de subsistência da família trabalhadora.

Apesar da baixíssima remuneração do trabalho, o salário não se constituia na única base da existência, pois tinham a sua sobrevivência, a sua reprodução assegurada pela agricultura intercalar e podiam dispor de recursos provenientes dessa agricultura de excedentes. Neste

sentido estes trabalhadores não podiam ser considerados como estritamente assalariados (MARTINS, 1978, p. 47).

Escapa a este trabalhador que a sua passagem da situação de camarada de colono para a de estritamente assalariado da Usina, com a concomitante perda da possibilidade de realizar uma economia de excedente, significou uma perda e um rebaixamento real na remuneração de sua força de trabalho.

Deve-se ressaltar ainda toda a ideologia que era impressa a este tipo de relação de trabalho. "Na verdade, o regime de colonato consagrou uma premissa que era a principal necessidade do fazendeiro: o trabalhador deveria ser primeiramente um trabalhador da fazenda para depois tornar-se independente. O trabalho independente foi neste processo um sonho básico do trabalhador" (MARTINS, 1978, p. 48).

Entretanto tal possibilidade de independência era na prática sabotada, através do que pode ser chamado de ideologia da mobilidade através do trabalho. A relação colono-fazendeiro envolvia elementos pré-capitalistas e capitalistas, porém em seu conjunto, o colonato era determinado pela reprodução capitalista do capital. Envolvia toda uma concepção ideológica do trabalho árduo para a obtenção dos recursos que levariam à independência. Neste sentido ela consistia numa ideologia que legitimava a um só tempo a concepção camponesa da vida e a exploração burguesa do trabalho (MARTINS, 1978, p. 50).

Também outro fator fundamental e verdadeiramente responsável pelo funcionamento desse regime de trabalho deve ser buscado na canalização das lealdades dos trabalhadores, a qual dificultou a sua organização autônoma e o trabalho das lideranças sindicais, embora dentro dos estreitos limites institucionais em que o Estado o colocou.

Esta situação de trabalho gerou algumas peculiaridades, que dependiam da qualificação da família trabalhadora e do grau de relacionamento com o usineiro, na medida em que este, por seu próprio arbítrio concedia ou não privilégios e facilidades diversificadas. Estas condições contribuíram para um acentuado localismo nas relações de trabalho, e nas relações econômicas das famílias de colonos entre si. Também, a economia de subsistência e a subordinação pessoal da família e agregados, ao chefe da família, contribuiu para acentuar o localismo de sua situação e os segregar dos processos típicos de relações de mercado - insegurança, despojamento total em relação aos meios de produção de subsistência, competição com o capital. Tais fatores em conjunto propiciaram uma espoliação brutal da força de trabalho, espoliação essa que ocorreu tanto a nível material como no moral (GNACCARINI, 1972, p. 147).

A Usina constituía-se em uma verdadeira comunidade. Este universo ao qual o indivíduo sentia-se tão intimamente ligado reunia em si mesmo todas as formas de recompensa social que o indivíduo poderia esperar. "Aquilo era como nosso", é a expressão das mais significativas e que define bem como o indivíduo percebia este mundo.

"Era bom aquele tempo. Lá não faltava nada. Nós tinha tudo lá. Era a mesma coisa que aquilo era nosso; não tinha ninguém que tava aí atrás da gente enchendo; nós só fazia o serviço tudo de acordo, conforme eles queria. Prantã tar qualidade de cana, nós prantava aquela. Vamo trocã de qualidade, nós trocava. Tinha nossa criação, vaca de leite, porcada, não posso me queixar daquele tempo. Naquele tempo o rei da zona era esta Usina. Entrava gente aí pelado pode-se dizer, doente, depois nem se conhecia mais, matava a fome. Aquele tempo foi bom" (P.G., colono fornecedor).

As lembranças daquele tempo dos colonos é sempre recompensadora. Os bailes, as festas, as missas nas quais se sentava ao lado do patrão, a fartura são as características principais que assumiu a vida social do indivíduo nesta época. A solidariedade grupal, o intenso sentimento de cooperação eram as chaves mestras para a organização do trabalho.

"Nossa se lembro! Trabalhei tanto prã colonio também. Quando nóis mudamo aqui era tudo 'colonhada'. Era um amor aquele tempo. Aquele tempo a gente não passava farta porque aquele tempo a gente trabalhava, deixavam prantã feijão no meio da cana, milho, a gente tinha um pouquinho, tinha galinhada, a gente colhia sempre um pouquinho de arroz. Trabalhei prã colono, pagava por feiche. Quando prantava as veis a gente ia por dia. Ganhava pouquinho. Salário, sabe como é, mas nois vivia mais feliz e não tinha as farta" (D.N., volante, residente).

Existe um consenso generalizado em torno da idéia de que os colonos com seu trabalho intenso e árduo foram os responsáveis pelo surgimento das condições que possibilitavam ao usineiro adquirir cada vez mais terras. "O colono dava lucro para a Usina".

"Na época que tinha colono, e que produziam bastante a fazenda, a Usina comprava 2 fazenda por ano. Porque o colono dava mais lucro para ele. Porque não tinha despesa, o colono, nóis trabalhava muito, ponhava a cana dentro do vagão, era sô aquilo, não tinha nem feriado, nem abono nem nada compreende. Agora então eles tem essas despesas com direitos. Mas no tempo que eu tinha minha lavoura, eu trabalhava muito, porque era obrigado a dar conta do meu recado, agora, a gente fais o que pode. Agora é mais forgado, não tem mais aquilo. Aquele tempo a gente tinha que fazer a obrigação, dar conta do que era nosso" (A.V., lavrador, 30 anos

de serviço, ex-colono).

Neste depoimento transparece com uma grande nitidez todo o fundamento da ideologia do trabalho, colocada por MARTINS (1978, p. 52) no sentido de que ela exatamente encobre e obscurece o conteúdo principal da relação entre o patrão e o empregado. O trabalho não é considerado como uma atividade que enriquece, como uma atividade que cria riqueza, mas é considerado como uma "virtude". A riqueza é concebida como produto do trabalho árduo e das privações do trabalhador e do próprio patrão. Neste sentido a virtude de criar riqueza através do trabalho era socializada; "naquele tempo a gente tinha que dar conta do que era nosso". A exploração se diluía nestas relações.

A Usina oferecia ao lavrador residente todos os serviços de que necessitasse: escola para os filhos, assistência médica, o armazém, que oferecia ao lavrador todos os gêneros que se faziam necessários, desde a alimentação, instrumentos agrícolas, vestuário, etc... além de promover a integração social do indivíduo na vida comunitária, através da igreja, de festas e comemorações de caráter religioso ou não. O indivíduo, a família, sentiam-se integrados neste universo, e recompensados socialmente.

Os conflitos de interesses entre Usineiro-colono se diluiam neste universo. Esses conflitos se referiam principalmente às constantes trocas de local da lavoura dos colonos, aos atrasos nos pagamentos, aos erros na pesagem, etc... Entretanto estes conflitos permaneciam em uma forma latente porque havia uma compensação social - a presença da figura do patrão, os laços de lealdade que caracterizavam as relações que se estabeleciam entre estas duas classes, o amor pelo trabalho. Esses conflitos, só se tornaram manifestos, como veremos mais adiante, quando

ocorreu uma diminuição desse sentimento comunitário, da vida comunitária.

A área de suas lavouras era relativamente pequena face ao número de pessoas que nela empregavam sua força de trabalho, a baixa produtividade aliada a outras irregularidades na produção levaram aos poucos a Usina a reestruturar a força de trabalho empregada em suas lavouras.

A existência desse tipo de organização da força de trabalho foi possível até aproximadamente o início dos anos 50 quando reunem-se no Estado de São Paulo aquelas condições que marcam o início da industrialização mais intensiva das Usinas com a sua concomitante ampliação e modernização. Isto porque uma das principais alterações que ocorreram no período de após guerra no setor foi a transferência da hegemonia da Região Nordeste para o Centro-Sul, que se transformava no principal eixo da agroindústria açucareira.

A partir das dificuldades de abastecimento do produto na região Centro-Sul pela interrupção do comércio marítimo ocasionado pela guerra, o Instituto (IAA) concedeu aos Estados produtores uma majoração de 10% nos limites de suas quotas no Plano de Safra de 1942/43 e um aumento de 15% na safra 1943/44 (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 210).

Várias resoluções do Instituto acentuaram ainda mais o deslocamento da hegemonia na produção açucareira do Nordeste para o Centro-Sul. Resoluções nº 079/44 de 12/04/1944 que aumentou em 20% os limites estaduais de produção e liberou para a safra 1944/45 a produção de açúcar dos engenhos turbinadores e dos bangüês. A Resolução nº 116/45 de 08/11/1945 criou condições para a introdução de melhoramentos técnicos possibilitando a transformação dos engenhos turbinadores e bangüês em Usinas (SZMRECSÁNYI, 1979, pp. 211-212).

Outras medidas importantes que foram adotadas trouxeram significativas alterações conjunturais para a agroindústria açucareira no Estado de São Paulo, como o Decreto-Lei nº 9.827 e as resoluções que o complementavam. Uma das mais importantes modificações produzida por este Decreto-Lei referia-se à divisão dos aumentos nas quotas de produção entre usineiros e fornecedores, determinando a distribuição em partes iguais entre usineiros e seus fornecedores. Anteriormente caberia aos fornecedores 70% dos aumentos e apenas 30% às culturas próprias das Usinas (Decreto-Lei nº 1.669 de 11/10/1939) (SZMRECSÁNYI, 1979, pp. 215-216).

As medidas tomadas em decorrência do Decreto-Lei nº 9.827 induziram a uma superprodução açucareira. Assim a década de 1950 marca o início da decisiva evolução da agroindústria açucareira, determinada pela crescente demanda do mercado interno decorrente da intensa urbanização e industrialização. O Brasil voltou a colocar-se como um dos maiores exportadores do produto. A partir das safras de 1950/51 o Instituto liberou a produção de açúcar em todo o país. A partir da Resolução nº 1.284/57 de 20/12/1957 o Instituto elevou o contingente global de produção das Usinas no país, cujo aumento deveria ser repartido proporcionalmente entre as Usinas proporcionalmente à maior produção alcançada por cada uma entre as safras de 1951/52 e 1956/57 (SZMRECSÁNYI, 1979, pp. 246-248).

Em decorrência da política adotada no setor a usina via-se na contingência de elevar cada vez mais o volume de sua produção e a produtividade de suas lavouras. Entretanto deparava-se com uma dificuldade para a realização desses objetivos, representado pelo fato de que grande parte deste aumento exigido pela política conjuntural que atingia o setor era compartilhado pelos seus maiores fornecedores de canas, os colonos-fornecedores, cujas lavouras devido a baixa qualidade técnica das suas

culturas apresentavam uma baixa produtividade.

A usina a partir deste período lança-se com intensidade na eliminação dos colonos-fornecedores.

"Com os lucros regularizados, com o reaparelhamento e mecanização introduzidos nas atividades agrícolas, com a obrigatoriedade de receber canas de fornecedores sobre os quais poderiam fazer recair os eventuais prejuízos, com a modernização técnica da parte industrial, requerendo assim uma alimentação de cana às moendas de modo mais regular e com maiores requisitos técnicos do que os colonos poderiam fazer sem dependerem excessivamente dos recursos das Usinas e, finalmente, diante da pressão dos salários, os usineiros promoveram a transformação no modo de aquisição do trabalho, de modo a disporem de uma reduzida quantidade de mão-de-obra permanente, completando-a durante a fase da colheita com uma mão-de-obra temporária" (GNACCARINI, 1972, p. 10).

Assim como num determinado período houve um incremento na compra de terras efetuadas pelas usinas em expansão, numa segunda etapa, tendo em vista as dificuldades decorrentes das oscilações conjunturais da produção de cana e das alterações estruturais que vinha sofrendo a agro-indústria açucareira, tiveram de aumentar a produtividade em função dos seus próprios recursos - quer dizer, ocupando a extensão territorial em sua plenitude. Assim como o assalariado residente, os colonos, arrendatários em geral e pequenos proprietários fornecedores, viram-se prejudicados pelas novas diretrizes que podem ser tomadas como racionais dentro da lógica do sistema de acumulação de capital. Pode-se dizer que as pressões da usina em transformação recaem sobre o trabalhador de diferentes maneiras, seja alterando as normas prescritas em contratos anteriores no tocante às formas de trabalho e/ou seja, obrigando-o à venda da terra e

lavouras.

Tais transformações ocorridas ao nível da organização da força de trabalho estão também diretamente relacionadas ao modo como se realizou a acumulação de capital no setor. "Operando com lucros inflacionados e salários declinantes as usinas não tinham meios de prover a acumulação. A rentabilidade do ramo é extremamente baixa, principalmente quando comparada com outros setores da economia. A produção açucareira é um ramo que exige pesados investimentos em capital fixo, representado por máquinas e equipamentos de produção industrial. A depreciação do capital fixo industrial é comparativamente muito alta, devido ao intenso desgaste provocado pela utilização intensiva das máquinas e equipamentos em curtos períodos sazonais... As usinas paulistas só puderam obter uma fonte própria de recursos para a acumulação de capital valendo-se da extração de mais-valia absoluta, tanto de seus trabalhadores agrícolas como de seus fornecedores autônomos de canas" (GNACCARINI, 1972, pp. 3-5).

Em função disto o sistema produtivo se organizou no sentido de propiciar a acumulação de capitais no setor que resultou na separação do trabalhador dos meios de produção e das condições que propiciavam a este a produção de seus meios de vida, resultando na sua transformação em trabalhadores livres.

Na estrutura econômico-social capitalista, "os colonos, parceiros e arrendatários que viviam no interior da fazenda, vão se transformando em camaradas, diaristas, mensalistas ou volantes. O que a fazenda rechaça do seu interior, porque as modificações do mercado revelam-se cada vez mais onerosos, ela somente contrata para tarefas, prazos e preços rigorosamente pré-determinados" (IANNI, 1973, p. 134).

Em decorrência destes acontecimentos a usina lançando mão

de meios legais ou não inicia um processo que culminou no desaparecimento do colono em suas lavouras de canas. É esclarecedor o depoimento a seguir: *"Para tomar a lavoura dos colonos a Usina perseguia. Eu mesmo pedia vagão e ficava 15, 20 dias a cana na carregadeira, seca, e num vinha o vagão e depois quando vinha, pesava uma micharia, e o administrador qual quer coisinha tratava a gente com casca e tudo. Fui falã com o patrão. Disse pra ele 'seu (.....), vim aqui, o sr. sabe, sou morador há tantos anos da fazenda, e aquele seu administrador não dá mais, já acabou com os colonos e agora está me prejudicando e eu não vou embora que eu tenho meus filho prá criã"* (J.C., ex-colono, aposentado).

Este processo, a nível do trabalhador, representou o que eles chamam de "entrega da lavoura". O que pode ser claramente percebido é que havia todo um conjunto de pressões feitas pela Usina para que os colonos "entregassem a lavoura", situações que aparecem com bastante clareza nos depoimentos.

Para a Usina esta "entrega" significava a reorganização do processo produtivo e das relações sociais de produção, a introdução de novas formas de relações de trabalho.

Para os colonos este ato de "entrega" significou não só a perda da lavoura, como a perda de um *status*, e de uma condição de vida considerada desejável, e também representou a transformação de um tipo de regime de trabalho na qual o trabalhador sentia-se como membro integrante de um universo, no qual ele era um elemento importante, para outro regime de trabalho no qual se sente à parte do processo.

Os episódios que se sucederam a partir de 1959 aceleraram o desaparecimento do colonato na usina em questão. Por volta deste ano os trabalhadores rurais sentiram-se amparados pelas disposições da

Consolidação das Leis do Trabalho e organizaram-se por iniciativa de lideranças sindicais em torno de algumas reivindicações que denunciavam as explorações do trabalho nas usinas de açúcar, dentre as quais se destacam: "assistência judicial para efeito de salários não pagos, diferenças de salário, regularização das cadernetas de trabalho, indenização por estabilidade em caso de rescisão de contrato de trabalho, indenização por benfeitorias realizadas nas terras alheias, falta de prestação de contas decorrente do sistema de fornecimentos por meio de 'vales' nos armazéns de gêneros de propriedade das usinas, descontos ilegais, etc." (GNACCARINI, 1972, p. 11).

Por outro lado, havia da parte dos colonos, um relativo amparo legal instituído em 1941 como o Estatuto da Lavoura Canavieira que estabelecera normas em relação ao fornecimento de matérias-primas, que incidiam diretamente na obrigatoriedade em adquirir, por parte da usina, pelo menos 40% de canas de seus fornecedores no total de suas moagens.

Esses colonos ainda com uma situação indefinida dentro da usina, quiseram fazer prevalecer seus direitos previstos no Estatuto da Lavoura Canavieira.

Agravam-se os conflitos entre usineiro e colonos, e em reclamações constantes feitas junto ao Instituto do Açúcar e do Alcool e Associação dos Fornecedores de Cana de Araraquara estes colonos iniciaram de modo intenso a reivindicação de seus direitos no sentido de denunciar que não tinham qualificação definida nas condições de trabalho na referida usina, uma vez que corriam os riscos agrícolas da cultura canavieira, sem gozarem das regalias previstas em Leis, e que a usina não lhes vinha pagando o preço estipulado pelo Instituto por tonelada de cana entregue para moagem.

Acentuam-se ainda mais os conflitos Usina-colono a partir de 1960 quando estes passaram a pleitear o seu reconhecimento na qualidade de fornecedores de cana e em decorrência desse reconhecimento as vantagens outorgadas pelo Estatuto da Lavoura Canavieira, fato que veio acelerar ainda mais o processo de eliminação do colonato na Usina. Este processo desenvolveu-se entre os anos de 1960 a 1964.

É o seguinte o depoimento de um dos líderes desse movimento, sobre a razão e as condições que deram origem a este processo: "Quando o pessoal entregava a lavoura eles pagava quanto queria. Nós comecemos a briga por causa disso... Quando foi no 1960, ele, antes de chamã n^ois, ele foi casa por casa. Ver quantos quart^{is} tinha, quantos burro tinha, quanta enxada tinha, quanto riscador tinha, toda as ferramenta, ele tomou nota. O administrador da seção que fez esta lista, casa por casa. Depois que eles fez todo esse orçamento, chamou todos os colonio. Uns 42, 43. Daí fomos tudo na fazenda, de tarde. Daí foram chamando um por um. Estava seu (.....), Dr. (.....) o gerente da fazenda, o seu (.....). Aí ele disse: 'até hoje eu pude ter vocês aqui, precisei de vocês, pude ter vocês como colono fornecedor, como empreiteiro, e agora não posso mais ter vocês aqui como empreiteiro de cana; está aqui o preço de suas cana, de seus burro, da sua lavoura, tudo, e eu pago tudo e fora este orçamento eu dou uma bonificação prã vocês. Prã uns dava 60, prã outros 70 contos. E o pessoal foi entrando, e foi entrando no acordo. A maioria tinha entregado, só 19 não entregaram. Aqueles que queria ir embora podia ir, aqueles que queria ficar se empregava como novo na fazenda. Quando chegou a minha vez, eles falaram a mesma coisa. E eu disse 'por que, eu sempre trabalhei aqui, a vida inteira, qual é a razão que o senhor num pode ter mais eu aqui. Ele falou, que não podia, que agora tinha umas leis aí e não podia.

E então o sr. tem 63 quartéis de cana, tantos burros, tem carroça, arado e eu vou lhe dar trezentos contos e eu vou lhe dar uma bonificação de 70 contos. Eu disse que eu não ia entregar minha lavoura assim, porque eu não sou empreiteiro, sou colono de cana, sou registrado, sou colono fornecedor, e não entrego. Ele disse não podia ter mais eu, e que ali eu não prantava mais um pé de cana. 'Esse ano a fazenda vai prantã'. 'Você vai fazê os treis corte e vai entregã a lavoura'. Eu uma vez conversei com o sr. (.....) presidente da Associação dos Fornecedores de Piracicaba e ele havia me falado que como colono fornecedor eu tinha muito direito. 'O senhor como colono fornecedor tem um direito que desde 1944 a Usina não estã lhe pagando. A fazenda não manda em você. Quem manda é o Instituto, você é colono fornecedor, e não tem nada com a Usina'. Resolvi ir procurar esse senhor (.....) em Piracicaba. Conversei com ele e ele me deu uma carta prã eu levã para o sr. (.....) de Araraquara, que tinha um cargo no Instituto. Fui em Araraquara e dei a carta pra este senhor (.....) - ele leu a carta, pois a mão na cabeça e já comunicou a Usina. 'Abre o zóio com o J.C. que ele está atrais de seus direito'. Aí eu percebi que eu estava sendo enganado" (J.C., ex-colono, aposentado).

Requeriam agora estes trabalhadores que: fosse processada a verificação e reconhecimento de suas condições e qualidades de fornecedores de cana, com efeito retroativo; que o IAA lhes fixasse cota de fornecimento de cana; que fosse concedida assistência do IAA para o plano de zoneamento imposto pela Usina; que se estabelecesse diferenças do preço da cana efetivamente pago pela Usina em relação aos preços do IAA; que se fixasse os índices percentuais para dedução das utilidades concedidas pela Usina.

Em decisão datada de 17 de abril de 1964 a Comissão

Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool proferiu decisão no sentido de reconhecer como colonos fornecedores os colonos então existentes na usina e que haviam assinado a reclamação junto ao IAA; e tomar como base para a fixação das quotas de fornecimento calculada sobre as três últimas safras e fixando em 27% o desconto previsto no Decreto-Lei 6.969 a partir da safra 1963/64 nos seguintes índices:

- 1º) aluguel da terra - 15%
- 2º) aluguel da moradia - 2%
- 3º) assistência técnica-agrícola - 3%
- 4º) outros serviços - 7%

no total de 27,0%.

Neste acordo, a Usina se comprometia a pagar a partir desta safra 60% dos preços oficiais do IAA, e que os trabalhos de aração e sulcação seriam realizados pela Usina e que dentro do prazo de 120 dias a Usina se comprometeria a regularizar a situação de cada um dos interessados dentro do esquema abaixo:

- enquadrá-los como colonos fornecedores, respeitando o disposto no Decreto-Lei 6.969, que previa a obrigatoriedade de a Usina entregar aos colonos áreas nos domínios da Usina, iguais ou semelhantes às que então ocupavam, respeitando o zoneamento feito pela direção da empresa. Nessa distribuição de área seria entregue a cada colono, uma base territorial a título precário, que lhe permitisse garantir subsistência de acordo com a sua capacidade produtiva e seus dependentes. Atribuía também a esses colonos uma quota de fornecimento de cana para o açúcar e álcool proporcional à área da mesma, obedecendo a relação da quota de cana da própria Usina.

A cláusula 4 deste acordo esclarecia que os que não desejassem ser incluídos como colonos fornecedores ou que não reunissem as condições expressas na Lei, seriam aceitos pela Usina, ou como assalariados da lavoura, ou como empreiteiros de cana. Na cláusula 5^a estabelecia-se que os interessados teriam plena liberdade de dentro do prazo fixado pelo acordo de rejeitar ou escolher qualquer das condições acima expostas.

Foram signatários deste acordo 18 dos 41 colonos então existentes na Usina. Bem antes dessa data os colonos já vinham de um modo ou de outro como já foi mencionado, sendo despojados de suas lavouras. Pode-se dizer que este processo foi apenas a formalização de uma situação que já estava bastante caracterizada dentro da Usina. O endividamento, a falta de capital para manter a lavoura, a necessidade de mão-de-obra quando ela já estava se tornando escassa, foram as causas que mais de perto levaram os colonos a dispor de suas lavouras.

O emprego de mão-de-obra assalariada, no caso, os camaradas, tornava-se extremamente onerosa para o colono, situação que pode ser percebida pelo depoimento que se segue: *"O motivo de pai entregar a lavoura foi que os filhos foram casando e foram saindo e para tocar com camarada não compensava. Ele entregou sua lavoura que era de 75 quartéis mais duas carroça com dez burros e outros implementos agrícolas. Foi vendida por novecentos cruzeiro ele deu cem cruzeiros para filhos que eram seis e nós ficamos contente e daí cada um teve que se virar"* (D.B., lavrador, 30 anos de serviço).

Após esta data o número de colonos diminuiu ainda mais. A partir de 1964 até a presente data o número de colonos reduziu-se apenas 4.

Entretanto podemos notar que foi significativo o número de colonos que deixaram a Usina no período compreendido entre 1960/64. Alguns deles, com o dinheiro recebido da indenização de sua lavoura de cana, tornaram-se pequenos proprietários de terra nas imediações da própria Usina. Ocorreram também vários casos, relatados pelos entrevistados, de colonos que hoje são fazendeiros no Paraná e Mato Grosso, e "estando muito bem de vida". Outros residem em cidades vizinhas próximas à Usina sendo aposentados, ou donos de pequenos estabelecimentos comerciais, como por exemplo, bar.

Entre os atuais moradores mais antigos da Usina existe entretanto um consenso em torno do fato de que os que "entregaram" a lavoura e permaneceram na própria Usina estão muito mal de vida em relação ao passado, e que se tivessem também deixado a Usina, hoje estariam em uma situação de vida melhor. Isto é atribuído principalmente ao fato de que em alguns relatos pode-se perceber que existiam diferenças nítidas entre os próprios colonos quanto aos recursos financeiros dos mesmos. Alguns deles sempre estivessem bem; tinham dinheiro e propriedades. A maioria entretanto só trabalhou para a sobrevivência; quase sempre nada tinham a receber no acerto de contas no final das safras; descontados os pagamentos a serem feitos aos camaradas, despesas do armazém e farmácia, pouco ou nada restava a eles como lucro. São inúmeros os casos de colonos que criavam porcos e outros animais destinados a venda na própria usina ou em vilas vizinhas, o que representava uma contribuição significativa para a remuneração do trabalho do colono, como já foi dito anteriormente.

Em resumo, a passagem da situação de colono de cana para a de colono fornecedor de cana teve sua formalização em 1964, por ocasião do término da demanda judicial iniciada pelos colonos em 1960.

Entretanto esta ação judicial foi apenas a formalização de uma situação que se originou anteriormente em decorrência principalmente das medidas institucionais tomadas pelo Estado para o conjunto do setor canavieiro, a partir de 1930. Destacam-se pela grande repercussão que tiveram junto ao setor canavieiro, o Decreto-Lei nº 3855 de 21/11/1941 criando o Estatuto da Lavoura Canavieira, o Decreto-Lei nº 6.969 de 19/10/1944 instituindo normas de organização do trabalho rural, estabelecendo os elementos das relações entre os empresários e os trabalhadores rurais ligados a agro-indústria açucareira, os benefícios de assistência social, de educação, de alimentação e higiene.

Atualmente permanecem na usina apenas quatro famílias de colonos fornecedores.

Anteriormente cabia ao colono a execução de todas as atividades que compunham o processo de trabalho nas lavouras de canas. Além disso possuíam suas lavouras de subsistência, que como já foi dito em outra parte deste trabalho, era uma prática bastante disseminada entre esses trabalhadores e pode ser entendida como uma economia de excedente.

A partir de 1961, com as transformações ocorridas e que culminaram com a passagem desses lavradores da categoria de colonos, para a de colonos fornecedores, se efetuaram alterações no modo como o trabalho vinha sendo organizado nessas famílias. Os serviços de aração e pulverização contra pragas e o fornecimento de mudas passaram a ser executados pela própria Usina de acordo com as decisões do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Como fornecedores também passaram a cumprir as exigências em termos de volume da produção atribuída a esta categoria, na medida em que passaram a ter uma quota de fornecimento fixada pelo Instituto.

Neste sentido os colonos se viram obrigados a alterar não só as formas de cultivo, obedecendo rigorosamente as exigências técnicas da usina quanto às variedades plantadas e trato das canas, como passaram a ter necessidade de reorganizar a força de trabalho empregada passando a contratar mão de obra temporária. Substituiu os camaradas que podem ser considerados como trabalhadores permanentes, agregados à família do colono por trabalhadores temporários. Normalmente a mão de obra complementar da qual necessitam em suas lavouras é recrutada na própria usina, principalmente entre as mulheres.

Recentemente, nas três últimas safras foi intensificada a prestação de serviços por parte da usina aos colonos. Além da aração e da assistência técnica que já vinha sendo feita pela usina, esta passou também a cortar as canas das lavouras dos colonos. A Usina empreita ao colono-fornecedor mais este tipo de serviço, por um valor pré-determinado que é descontado no valor da produção total do colono-fornecedor no final da safra.

O atual sistema de pagamento empregado pela Usina aos colonos fornecedores toma por base o preço da tonelada. Nesta última safra (76/77) por ocasião da realização da pesquisa de campo, o preço da tonelada de cana cortada era de Cr\$ 110,00. De cada tonelada de cana entregue a Usina retinha Cr\$ 19,00. Este valor retido por tonelada de cana é pago em prestações, depois do término de cada safra, entretanto sem juros ou correção monetária. Para os outros fornecedores a Usina pagava na mesma ocasão Cr\$ 156,00 por tonelada ⁵.

⁵ "O preço por tonelada com o desconto dos 27,0% do contrato de arrendamento de lavoura está saindo Cr\$ 110,00. Para os outros fornecedores Cr\$ 160,00 a tonelada. Os 27,0% é da aração. A Usina paga à vista; depositam no Banco, mas seguram Cr\$ 19,00 por tonelada. Fica retida de um ano para outro. Essa quantia que eles seguram eles pagam a partir de fevereiro em quatro parcelas" (O.G., colono).

No caso de a própria usina cortar e transportar até a usina a cana dos colonos-fornecedores o preço por tonelada de cana cortada estava fixado em Cr\$ 60,00.

A renda média dos colonos é de Cr\$ 5.325,00 e a renda familiar é da ordem de Cr\$ 7.825,00. Nas famílias de colonos-fornecedores o número médio de demais membros que trabalham é de 1,4, conforme a Tabela 11 abaixo.

Tabela 11. Renda Mensal e Renda Familiar das Famílias de Trabalhadores Residentes Permanentes da Amostra por Categoria de Trabalho.

RENDA	VALOR EM CR\$ DA RENDA DO CHEFE E DE MAIS MEMBROS POR CATEGORIA DE TRABALHO		
	LAVRADORES	OPERADORES DE MÁQUINAS	COLONOS FORNECEDORES
Dos Chefes	1.648,98	2.157,60	5.325,00
Dos Demais Membros	2.503,68	1.767,08	5.250,00
Média Familiar	3.611,00	2.697,04	7.825,00
Per Capita	554,22	574,67	1.311,00

A renda dos colonos fornecedores provém da venda da sua produção para a Usina. O preço da tonelada de cana é estipulado oficialmente pelo IAA. Feitos os descontos relativos ao contrato de arrendamento da terra (27%) o restante pertence ao colono.

Os acertos de conta com a Usina são feitos durante a época

da safra, no final de cada mês. Somam-se as toneladas de canas entregues pelo colono, deduzindo-se as despesas de 27% relativas ao arrendamento da terra. Além desse desconto a Usina retinha na época da pesquisa Cr\$ 19,00 por tonelada de cana entregue. Esta quantia é retida até o final da safra e paga ao colono-fornecedor somente no próximo ano parceladamente.

Estes dados são evidências de que este regime de trabalho se encontra em total extinção. Os colonos-fornecedores experimentaram uma profunda alteração na organização da estrutura de trabalho familiar, característica essencial desse regime de trabalho. É significativo o fato de que os membros dessas famílias já não trabalham em sua própria lavoura; empregam-se como volantes junto ao turmeiro ou ao empreiteiro de mão-de-obra. O colonato perdeu neste processo as suas características peculiares: a organização familiar do trabalho, e a responsabilidade sobre o conjunto das atividades agrícolas.

Do total de demais membros que trabalham 37,5% estão vinculados à firma empreiteira de mão-de-obra; a maior participação desses indivíduos enquanto trabalhadores é junto a própria família, ou seja 62,5% dos demais membros que trabalham o fazem em suas próprias lavouras, conforme a Tabela 12, p.96 . Deve-se entretanto ressaltar as peculiaridades aí existentes. Os 62,5% de demais membros que empregam sua força de trabalho na lavoura da própria família em parte representam esposas, que na medida em que se integraram na família dos colonos, sempre trabalharam, embora de uma maneira intermitente. "Ajudam no que podem", quando os afazeres domésticos permitem e também não recebem qualquer tipo de remuneração em dinheiro pelo trabalho feito nas lavouras de canas.

Outra característica do trabalho entre as famílias de colonos e que revela sua desfiguração enquanto tal, é o fato de que mesmo os

Tabela 12. Número e Porcentagem dos Demais Membros das Famílias de Colono Fornecedores de Canas da Amostra que Trabalham por Empregador e Local de Trabalho, Segundo o Tempo de Serviço na Atividade.

LOCAL DE TRABALHO TEMPO DE SERVIÇO	EMPREGADOR				TOTAL	
	FIRMA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA		A PRÓPRIA FAMÍLIA			
	NA USINA		NA USINA		Nº	%
	Nº	%	Nº	%		
Só nas safras	-	---	-	---	-	-
Até 6 meses	1	12,5	-	---	1	12,5
7 meses a 1 ano	1	12,5	1	12,5	2	25,0
2 a 3	-	---	1	12,5	1	12,5
4 a 5	1	12,5	-	---	1	12,5
6 a 7	-	---	-	---	-	-
15 anos e +	-	---	3	37,5	3	37,5
T O T A L	3	37,5	5	62,5	8	100,0

chefes colonos-fornecedores empregam-se como trabalhadores temporários, durante algumas épocas do ano na própria usina ou com turmeiros. Na época da safra, se o corte de suas canas já foi feito ou está sendo feito pela usina, empregam-se como motorista para transporte ou com o turmeiro para cortar cana. Esta situação é decorrência do fato de que esses colonos-fornecedores sentem-se bastante enfraquecidos economicamente. Seu padrão de vida em nada difere dos demais assalariados residentes. A constante falta de recursos financeiros e as dificuldades na obtenção de créditos bancários para compra de adubos e herbicidas necessários aliada à baixa produtividade que eles vem obtendo nas últimas safras, em decorrência principalmente do esgotamento da terra e do uso limitado de fertilizantes, são algumas das dificuldades que atualmente enfrentam e as que mais de perto correspondem ao seu empobrecimento, como revela o depoimento:

"Geralmente integramos na base, agora caiu um pouco a produção, mais a base de 1200 a 1300 tonelada de cana na safra, já deu até mais do que isso, mais agora fracassou um pouco. Fracassou; porque o pessoal fala que a cana não está dando. Porque a cana é uma lavoura que se não chove e falta chuva no ano, ela fracassa no ano seguinte, prã num cair a produção precisa muita água e bastante adubo, e as vezes nós não pode e não põem muito adubo assim como a fazenda porque o adubo custa caro, nós precisa comprar menos. Gastamos em adubo uma base assim de 4 a 5 toneladas por ano" (P.G., colono).

Pelos depoimentos feitos percebe-se o desejo de se desfazerem da lavoura. Apesar da usina não ter manifestado explicitadamente seu interesse na compra da lavoura, nas ocasiões em que este existiu a usina oferecia preço pouco compensador. Todos os quatro atuais colonos fizeram recentemente proposta à usina para a venda de suas lavouras, estabelecendo

o valor da mesma em torno de Cr\$ 600.000,00 a Cr\$ 700.000,00.

Eles sentem que estão sendo pressionados, fato que seria uma maneira de levá-los a deixar a usina e venderem suas lavouras em condições desvantajosas. Nesta última safra a usina arrou a terra dos colonos fora do tempo ou seja, depois de ter executado todo o serviço em suas terras como pode ser verificado pelo depoimento do colono O.P. (colono-fornecedor): *"Nóis lá semo os último. Depois que acaba todo o serviço da usina daí que eles vão preparã nossa terra. Já faiz três anos que eles faiz isso. Prepara a terra fora do tempo. Nossa cana este ano não vai dar nada. Prantaram a cana em fim de abril, choveu maio, a cana nasceu a metade, a cana tá tudo faiada. A cana tá pequena. Não é prã todos que eles fizeram isso. Lá pros (.....) mesmo, eles araram a terra no tempo. Pros (.....) também araram no tempo. A cana nova deles tá uma beleza. Nóis não entregamos ainda a lavoura porque eles não concordaram com o pedido que meus filho fizeram. Eles querem entregã. Do ano passado prã cá eles tão achando que é melhor entregar"*.

Estes fatores em conjunto explicam o desaparecimento do colonato na usina e a sua atual situação de desintegração.

5.2. Os Lavradores

Neste capítulo pretende-se caracterizar os efeitos do processo de transformação das relações de trabalho junto aos lavradores, ou seja examinar a condição de lavrador assalariado, vendedor de sua força de trabalho em troca do salário necessário à sua sobrevivência e reprodução enquanto tal. O assalariado enquanto forma de trabalho sempre existiu na usina, ao lado do colono e de outros trabalhadores. Pretende-se revelar

o crescente parcelamento das tarefas e a concomitante perda das condições que permitiam a esses trabalhadores a produção de seus meios de vida. Neste conjunto, torna-se possível apreender o significado da proletarianização destes trabalhadores e a sua crescente substituição por trabalhadores temporários e volantes.

A organização do trabalho sob o capitalismo parte da reorganização dos processos que compõem uma determinada tarefa ou ofício, promovendo uma crescente divisão do trabalho. Entretanto, esta divisão não é uma mera distribuição de tarefas, ou de especialidades da produção a um número maior de indivíduos, mas implica em uma subdivisão sistemática do trabalho em um número maior de operações limitadas.

"A divisão pormenorizada do trabalho destrói ocupações consideradas neste sentido, e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção" (BRAWERMAN, 1977, p. 72). O trabalhador transforma-se em um trabalhador parcelado. A divisão parcelada do trabalho subdivide o homem e se realiza em detrimento das capacidades e necessidades humanas.

A divisão do trabalho em distintas operações e a atribuição destas distintas operações a diferentes trabalhadores cria o trabalho parcelado; este é a contribuição do capitalismo. Em um primeiro momento apenas parcela o processo de trabalho, enquanto que em um segundo momento desmembra também o trabalhador. "Destroi um ofício como um processo sob o controle do trabalhador e o reconstitui como um processo sob seu próprio controle" (BRAVERMAN, 1977, p. 76).

A organização do trabalho em tarefas parceladas, simplificadas e limitadas exerce um efeito degradador sobre a capacidade técnica do trabalhador. Esse processo não passa despercebido a este. Na verdade,

o que se constata nos depoimentos que seguem é que os trabalhadores são extremamente conscientes das perdas que sofreram. Percebe-se a repulsa natural do trabalhador em relação às tarefas que executam. A sua adaptação à nova organização do trabalho custa-lhe a destruição de um modo de vida que lhe permita certa maleabilidade de alternativas. "O emaranhado da rede capitalista torna todos os outros meios de vida impossíveis" (BRAWERMAN, 1977, p. 133).

Entre os trabalhadores assalariados que constituem a amostra estudada existem indivíduos que desfrutaram de outro tipo de relação de trabalho diferente da que atualmente usufruem, na própria Usina. Como já se teve oportunidade de verificar eram colonos ou camaradas de colonos. Neste sentido, participaram e foram objeto do processo de transformação das relações de trabalho que aí tiveram lugar.

Do total de indivíduos da categoria lavradores, 34,0% tiveram atividades anteriores na própria usina sob outro regime de trabalho. Foram em sua maioria colonos (24,0%) e camaradas de colonos (8,0%) (Tabela 13, p. 101). Neste sentido, embora hoje desfrutem da condição de tipicamente assalariados, há alguns anos atrás encontravam-se inseridos na mesma unidade produtiva, mantendo com esta não só um outro tipo de vínculo empregatício, mas sobretudo inseriam-se no processo produtivo de maneira diferente da atual. Como já foi dito estes indivíduos integravam-se de maneira total na organização do trabalho e exerciam um maior controle sobre o processo de trabalho, executando todas as fases que compunham a atividade especificadamente agrícola.

Sua inserção no processo produtivo deu-se em um período em que a divisão de trabalho estava muito mais baseada na sazonalidade característica da lavoura canavieira, dividindo as atividades naquelas próprias

e específicas da safra e entresafra. Ou seja, na safra cortavam a cana, carregavam os vagões e transportavam as canas até a Usina, e na entresafra preparavam mudas, aravam e preparavam a terra, plantavam e carpiam as lavouras de cana, além de se dedicarem ao cuidado de suas lavouras de subsistência. Neste sentido, o indivíduo participava, quer sob a condição de colono ou camarada, integralmente e intensivamente de todo o processo de trabalho agrícola nas lavouras de canas.

Na medida do desenvolvimento das forças produtivas estes trabalhadores passaram por um processo de transformação que se caracteriza principalmente pela diminuição do grau de participação nas atividades agrícolas.

Esses trabalhadores não só se desvincularam do processo total de trabalho agrícola, tais como o plantio, o corte, a adubação, a capinação, o preparo das mudas e da terra, passando a executar apenas uma dessas atividades de maneira limitada, como também deixaram de executar qualquer uma das tarefas que compõem o processo de trabalho agrícola no canavial. Passam agora a se dedicar a atividades completamente disvinculadas desse processo. Arrumam estradas, "catam pedras", arrumam cercas, fazem podas de árvores, etc... O modo como estes trabalhadores foram diretamente afetados pode ser percebido na medida em que se reconstrói o grau de envolvimento dos trabalhadores da categoria lavradores nas atividades agrícolas durante o seu tempo de serviço na usina a partir da reconstrução da vida de trabalho desses indivíduos.

Os lavradores do momento que deixaram de usufruir da condição de colono de cana ou de camarada de colono e se inseriram na usina sob novo regime de trabalho, ou seja, na condição de tipicamente assalariado, passaram a exercer a partir desta condição pelo menos três

atividades anteriores diferentes da atual. Na 3^a atividade anterior a atual 84,0% (Tabela 14, p. 104) desses trabalhadores permaneceram ainda inseridos no total das atividades que compõem o processo de trabalho agrícola - preparavam as mudas e a terra, plantavam, carpiam, adubavam, cortavam as canas, auxiliavam nas atividades de transporte das canas cortadas até os locais de carregamento. Ilustra esta situação o depoimento de J.F. (lavrador, ex-colono, ex-assalariado, atualmente aposentado): *"Na fazenda já no primeiro dia de trabalho como 'empregado novo' me deixaram fazendo as mesmas coisas de antes. Cultivando com animal e as veis ia ajudã tomã conta da cocheira. Até que existiu cocheira trabalhei também na cocheira. Depois quando foi acabando os animal e as coisas de lavoura também foram mudando eles andava empurrando eu prã lã e prã cã fazendo um serviço ou outro. Eu concordei de trabalhã assim porque queria fazê meu tempo prã me aposentã".*

Pelo depoimento percebe-se não só o primeiro momento da participação do trabalhador no processo de trabalho agrícola, na condição de assalariado, como também as fases subseqüentes pelas quais passou: *"eles andava empurrando eu prã cã, prã lã, fazendo um serviço ou outro".*

Em um outro momento na 2^a atividade anterior a atual a participação do trabalhador no processo de trabalho agrícola diferencia-se acentuadamente. A proporção de trabalhadores que participam da totalidade das atividades que compõem o processo de trabalho diminui para 56,0% (Tabela 14, p. 104) em relação ao momento anterior. Aumenta o número daqueles que executam outros tipos de atividades divorciadas do trabalho agrícola, tais como, corte de lenha (2,0%), tomar conta da bomba d'água (2,0%), operário da usina (10,0%), ajudante de pedreiro (2,0%).

Aos poucos vão sendo deslocados para tarefas específicas,

Tabela 14. Número e Porcentagem dos Chefes de Famílias da Categoria Lavradores da Amostra Segundo as Atividades Atuais e Anteriores Exercidas na Usina na Condição de Assalariado.

ATIVIDADES	ATUAL		1 ^a ANTERIOR		2 ^a ANTERIOR		3 ^a ANTERIOR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Serviços Gerais	29	58,0	3	6,0	--	--	--	--
Cata Cana atrás da Máquina	11	22,0	--	--	--	--	--	--
Arranca Capim	1	2,0	--	--	--	--	--	--
Abastece Máquina de Adubo	1	2,0	--	--	--	--	--	--
Aduba	1	2,0	--	--	--	--	--	--
Restilo	3	6,0	--	--	--	--	--	--
Carpe e Planta	4	8,0	1	2,0	--	--	--	--
Operário da Usina	--	--	1	2,0	5	10,0	2	4,0
Corte de Lenha	--	--	--	--	1	2,0	1	2,0
Tratorista	--	--	--	--	1	2,0	--	--
Guarda da Bomba D'Água	--	--	--	--	1	2,0	--	--
Carroceiro	--	--	--	--	1	2,0	2	4,0
Ajudante de Pedreiro	--	--	--	--	1	2,0	--	--
Cocheiro	--	--	1	2,0	--	--	--	--
Corta (safra) Carpe e Planta (entre safra)	--	--	39	78,0	1	2,0	3	6,0
Corta (safra) Carpe, Planta, Aduba (entresafra)	--	--	5	10,0	11	22,0	--	--
Corta (safra) Prepara Terra, Aração, Aduba, Prepara Muda, Planta, Carpe (entre safra)	--	--	--	--	28	56,0	42	84,0
T O T A L	50	100,0	50	100,0	50	100,0	50	100,0

limitadas - "só fazem aquilo", distanciando-se paulatinamente das atividades características das lavouras de canas.

Da 3^a para a 2^a atividade exercida anteriormente a atual verifica-se que o número de atividades agrícolas sob a responsabilidade do trabalhador diminuiu. Deixaram principalmente de executar os serviços de aração, restringindo-se a carpir, plantar, adubar e cortar. A aração que normalmente era feita com base na utilização de arados de tração animal começa a ser executada com tratores.

Modifica-se também o sistema de transporte das canas. A carroça puxada por burros é substituída gradualmente pelos caminhões. Com isto, aos poucos, também desaparece a figura do carroceiro, que vai sendo deslocado para outras ocupações.

"Eu tirei matrícula desde 1946. Quando a Usina me matriculou comecei a trabalhá de carroceiro, 14 anos. Puxava cana, puxava milho, puxava arroz, prá aqueles que plantava arroz nas várzea. Nesta época tinha dia de trabalhá 10 hora, 12 horas. Mas sempre ganhava as 8 hora. Ganhava por hora, micharia, era 600 réis por dia. Trabalhei 14 anos de carroceiro. Daí acabô a seção, acabô as tropa, passei a corta lenha, depois cortá cana e depois carpi. Nunca pedi e nunca fui promovido. Sempre fui da enxada" (A.O., lavrador, 31 anos de serviço).

A utilização do caminhão como principal meio de transporte da produção deu-se por volta de 1950. Foi inicialmente utilizado na época da safra para o escoamento da produção entre os talhões de canas cortadas e os locais de carregamento em vagões de trem. A Usina dispunha, até 1970 de uma vasta rede ferroviária própria intensamente utilizada e principal meio de escoamento da produção entre a lavoura e a Usina. A partir desta data com os crescentes custos de manutenção dessa rede ferroviária a

mesma foi totalmente desativada, sendo então substituída integralmente pelo caminhão.

Estas transformações levaram ao desaparecimento de alguns tipos de profissão como o cocheiro, o carroceiro e de profissionais ligados a estrada de ferro, proporcionando, por outro lado, o aparecimento de outras categorias de trabalhadores, como os motoristas e tratoristas.

Em um terceiro momento, nas atividades que constituem as imediatamente anteriores às atuais, a proporção de indivíduos que se dedicam a atividades agrícolas - o plantio, capinação e corte - diminui ainda mais e aumenta o número daqueles que agora executam apenas uma ou duas dessas atividades. Este momento corresponde ao período em que a usina intensifica o uso de máquinas e implementos agrícolas. A adubação e pulverização das canas não só passaram a ser feitos de forma mais intensiva no combate de pragas e outras medidas que visavam aumentar a produtividade das variedades então cultivadas, como também passaram a ser executados através do sistema de mecanização.

A crescente modernização da lavoura canavieira, a introdução dos tratores de grande porte, das máquinas de esteira empregadas na abertura e conservação de estradas, das máquinas de destoca destinadas a limpeza e preparo de novas áreas para o cultivo da cana, substituem e executam com menor custo de produção, todos estes serviços que antes eram feitos manualmente, e com a utilização de grande número de trabalhadores.

Intensifica-se este processo com a introdução da carregadeira e das colhedeiras mecânicas. A colhedeira mecânica substitui aproximadamente 30 trabalhadores por talhão⁶ de cana cortada na época do corte

⁶ Talhão: são as divisões feitas na área cultivada. Não existe medida fixa para o talhão. Este varia de Usina para Usina, de acordo com o total da área cultivada.

das canas.

A intensificação do processo de modernização da agricultura não só é responsável pelo aparecimento de novos profissionais, tais como os tratoristas, os motoristas, os mecânicos - surge a "garagem" em substituição à cocheira - como também na lavoura surge um conjunto de novas atividades que complementam os serviços então mecanizados. Podemos ver (Tabela 14, p.104) que em suas atividades atuais 22,0% dos *então* lavradores executam um tipo de atividade complementar ao trabalho da máquina - "catam cana atrás da máquina", e 58,0% executam os chamados "serviços gerais".

Os primeiros, apesar de substituídos em suas atividades de lavradores pela máquina, passam a depender dela para trabalhar.

"Catar cana atrás da máquina" tem um sentido pejorativo entre os lavradores. Significa um desprestígio para aquele lavrador que antes executava todo o conjunto das atividades agrícolas, constituindo-se em motivo de caçoada entre os lavradores. O lavrador foi levado a distanciar-se gradativamente do conjunto das atividades agrícolas, como pode ser percebido no depoimento de A.V. (lavrador, 30 anos de serviço) que pertenceu a uma família de colonos até a idade de 18 anos, e que por ocasião do falecimento do pai "entregou" a lavoura, "tirou matrícula na fazenda", ou seja passou a ser um assalariado da Usina, começou a trabalhar na turma, carpindo, cortando cana, carregando cana e hoje encontra-se em sua atividade atual, "catando cana atrás da máquina": *"A carregadeira carrega o caminhão. A cortadeira é diferente; ela já corta e carrega. Nós vamos atrás das máquinas, vamo catando, jogando nas leras os pedaço de cana. Eu num gosto desse serviço, tô aguentando prá vê se me aposento. Prá um trabalhador que tem 30 anos de serviço eu acho que tô indo cada vez*

mais prã trais. Na lavoura a gente entende de tudo, mais eles num dão o valor".

Se por um lado existe este tipo de ressentimento em relação ao fato de serem substituídos por máquinas, por outro lado trabalhar com a máquina, ou melhor dizendo, "atrás da máquina", significa participar da única forma possível de prolongar a jornada de trabalho através de horas extras, o que representa um aumento de salário. São inúmeros os depoimentos nos quais se justificava um maior salário durante a época da safra pelo fato do indivíduo ter "tido sorte de ser colocado para trabalhar com a máquina". "Estou tirando a mais porque tô com a máquina".

Os Serviços Gerais incluem as mais diferentes espécies de atividades ligadas ao que poderia ser chamado de serviços de manutenção e conservação do patrimônio, do que de atividades agrícolas propriamente ditas, tais como, arrumar pontes, arrumar estradas, catar pedra, podar árvores na seção, carpir, ajudar carregar e descarregar mudas dos caminhões, limpar a rede de esgoto da seção, etc... São ilustrativos os depoimentos desses trabalhadores quanto às atividades que exercem atualmente.

"Meu serviço é fazer limpeza na colônia. A colônia é grande. Carpo, amontouo pedra. Quando já está tudo amontoadou vou na garagem e aviso o chefe, e ele manda um tratorista carregã" (R., lavrador, 25 anos de serviço).

"Trabalho em tudo que é serviço na Usina. Trabalho no Mirante, de guarda, onde eles manda eu faço. Hoje vai cortã, amanhã arrumã um caminho e assim vai" (A.C., lavrador, 30 anos de serviço),

Os trabalhadores que executam os chamados "serviços gerais", denominam-se a si próprios como aqueles que "cada dia estão num lugar", o que pode ser atribuído à forma como é feita a distribuição diária

dessas atividades aos trabalhadores. Em cada seção ou colônia onde residem existe um chefe da seção, encarregado entre outras coisas da manutenção geral da colônia, do bem estar de seus moradores. Este diariamente, tomando por base as instruções que recebe dos seus superiores - o chefe de setor e o gerente geral da lavoura - reúne em um ponto pré-determinado da colônia estes trabalhadores e distribui as tarefas ou serviços a serem executados naquele dia. Uns vão carpir, outros arrumar uma cerca, outros podar as árvores da seção, outros arrumar as estradas, etc... sendo que diariamente é feito um rodízio de tarefas. O acesso ao local onde a atividade deverá ser executada, dependendo da distância é feito a pé ou de caminhão.

Feita a distribuição das tarefas, o chefe da seção se encarrega da fiscalização, verificando não só se os trabalhadores chegaram aos seus respectivos locais de trabalho como também a qualidade do serviço executado.

O lavrador passa a exercer uma variedade de tarefas que o levam a distanciar-se cada vez mais de suas origens como lavrador. Os que ainda executam atividades agrícolas como carpir, plantar ou auxiliar no descarregamento de mudas, o fazem obedecendo a divisão de trabalho sazonal, da safra e entresafra. Na safra, alguns auxiliam nas atividades tais como auxiliar no transporte do restilo - os caminhões transportam o restilo da cana até a lavoura e esta é espalhada nos canais de irrigação ou pulverizada por se constituir em um excelente fertilizante, ou ainda transportam mudas de cana. Na entresafra, plantam ou carpem.

Exercem essas atividades os lavradores que possuem no mínimo entre 16 a 20 anos de serviço (10,0%), sendo que em sua maior proporção tem entre 21 a 30 anos (80,0%) de serviço (Tabela 15, p.110).

Tabela 15. Número e Porcentagem de Chefes por Categoria de Trabalho Segundo o Tempo de Serviço na Atividade Atual e nas Atividades Anteriores.

CATEGORIA DE TRA BALHO	ATIVIDADE ATUAL				SUB TOTAL		ATIVIDADES ANTERIORES COM DIFERENTES REGIMES DE TRABALHO										SUB TOTAL	
	LAVRADORES DE MÁQUINAS		OPERADORES DE MÁQUINAS				NA USINA		FORA DA USINA									
							LAVRADORES DE MÁQUINAS		OPERADORES DE MÁQUINAS		LAVRADORES DE MÁQUINAS		OPERADORES DE MÁQUINAS					
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
TEM PO DE SERVIÇO																		
- 1 ano	3	11,1	3	4,0			1	14,5			1	5,0	2	3,5				
1 - 3	8	29,6	8	10,5	1	6,0	2	28,5	9	64,2	2	10,0	14	25,5				
4 - 5	6	22,2	6	8,0	4	23,5	2	28,5	2	14,2	2	10,0	10	17,5				
6 - 10	2	7,4	2	2,5	6	35,2	2	28,5	1	7,4	10	50,0	19	33,5				
11 - 15	1	3,7	1	1,2	1	5,8	-	-	2	14,2	3	15,0	5	8,7				
16 - 20	5	10,0	2	7,4	7	9,0	4	23,5	-	-	2	10,0	4	7,0				
21 - 25	19	38,0	1	3,7	20	26,0	1	6,0	-	-	-	-	1	1,8				
26 - 30	21	42,0	3	11,1	24	31,2	-	-	-	-	-	-	-	-				
31 - 35	3	6,0	1	3,7	4	5,1	-	-	-	-	-	-	-	-				
36 - 40	2	4,0	-	-	2	2,5	-	100,0	-	-	-	-	2	3,5				
TOTAL	50	100,0	27	100,0	77	100,0	17	100,0	7	100,0	15	100,0	20	100,0	57	100,0		

Os argumentos que justificam a reorganização da força de trabalho empregada permitindo uma degradação do trabalho do lavrador en quanto tal não incluem apenas aqueles que se baseiam na necessidade de um aumento da perícia de cada trabalhador, ou na poupança de tempo ou na in trodução de máquinas que facilitam e encurtam o trabalho realizado pelo trabalhador. A explicação para tais fatos deve ser buscada na própria lô gica que subsidia a organização capitalista do trabalho. Na medida em que o trabalho agrícola torna-se cada dia mais acessível a um número maior de pessoas, em decorrência da especialização das tarefas, promoveu-se a subs tituição dos antigos lavradores residentes por outra categoria de traba lhadores contratados por tarefas, diminuindo os custos com encargos soci ais decorrentes dos direitos trabalhistas.

Na usina em questão este processo teve como consequência a eliminação dos lavradores permanentes residentes, que representam um ele vado custo para a usina, substituindo-os por uma força de trabalho bara ta - os volantes.

Isto porque, no seio desta organização se processa rapida mente o crescimento de pessoal com outras habilitações como é o caso dos motoristas e tratoristas, fiscais e administradores da lavoura em detri mento daqueles que mais diretamente estão envolvidos com o trabalho agrí cola nas lavouras de canas.

Na maior parte das vezes os lavradores foram constantemen te deslocados para funções degradantes em comparação as que exerciam ante riormente. Constitui-se uma exceção alguns casos de lavradores que passaram a exercer, dentro de sua própria expectativa, "um trabalho me lhor". Tal é o caso daqueles que foram *promovidos* da condição de lavrador para a de tratorista.

Essas transformações do desenvolvimento capitalista se refletiram sobre estas famílias em pelo menos dois níveis: na forma de organização da força de trabalho familiar e na forma como os membros destas famílias passaram a inserir-se na organização do trabalho.

A nível da organização do trabalho familiar este processo de transformação implicou sobretudo na desintegração das famílias residentes. Do total de seus demais membros 16,9% residem fora da usina, sendo que a maior parte desses indivíduos pertencem a famílias da categoria lavradores, conforme a Tabela 16 abaixo.

Tabela 16. Número e Porcentagem dos Demais Membros das Famílias Residentes da Amostra* por Categoria de Trabalho, Segundo o Local de Residência Atual.

CATEGORIA DE TRABALHO	DEMAIS MEMBROS DAS FAMÍLIAS RESIDENTES PERMANENTES SEGUNDO O LOCAL DE RESIDÊNCIA ATUAL							
	NA PRÓPRIA USINA				FORA DA USINA			
	COM A FAMÍLIA		FORA DA FAMÍLIA		ZONA RURAL		ZONA URBANA	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Lavradores	183	51,9	13	3,6	12	3,4	43	12,2
Operadores de Máquinas	82	23,3	--	-	--	-	3	0,8
Colonos-Fornecedores	15	4,6	--	-	--	-	1	0,2
T O T A L	280	79,5	13	3,6	12	3,4	47	13,5

* Excluídas as esposas.

Dos demais membros que residem fora da usina a maior proporção se encontra na faixa de 20 a 25 anos (45,5%), sendo que 39,8% são solteiros e 5,4% casados (Tabela 17, p.114).

As relações de trabalho do tipo colonato propiciaram a formação das famílias e a integração de seus membros ao processo de produção na própria Usina; as relações de trabalho assalariadas que emergiram como fruto de transformações estruturais não propiciaram por outro lado a integração de seus membros como força de trabalho dentro da mesma.

Dessa forma essas mudanças fazem emergir um contingente de trabalhadores que ao se deslocarem para os centros urbanos ou mesmo ao permanecerem junto às suas famílias na Usina empregando-se como trabalhadores temporários volantes, vieram engrossar as fileiras do exército de reserva da Usina.

Na Usina são inexistentes as oportunidades de trabalho para os membros dessas famílias; é significativo o número de indivíduos que residem longe de suas famílias, fora da usina (Tabela 17, p. 114), ligando-se principalmente ao mercado de trabalho no setor urbano. Situação que pode ser percebida pelo relato de E.P. (lavrador, 30 anos de serviço):

"Tenho 10 filhos. Mas não eram todos que trabalhavam. Com os homens aconteceu uma encrenca aqui e eles não arrumaram mais serviço. Prá uns eles nunca deram serviço. Os que conseguiram trabalho aqui trabalharam um pouco e logo foram cortados. O que trabalhava de enxada, trabalhou pouco. Era na Excelsior, num pagava os direito, e filho homem num pode ficã nessa situação. Eles desgostaram. Esse outro que era escrivão era obrigado a levar roupa prá lavã pro chefe do escritório. Um dia ele não levô e disse que não era bagagero - foi mandado embora. Hoje estão em São Paulo, em firma. Um na Volks, outro na Rhodia. Sairam daqui; estão melhor que eu;

Tabela 17. Número e Porcentagem dos Filhos dos Trabalhadores Residentes Permanentes da Amostra que Não Residem na Usina com a Família, Segundo o Local de Residência Atual, Zona Rural e Urbana, Idade, Sexo e Estado Civil, por Faixa Etária.

NÚMERO E PORCENTAGEM DE DEMAIS MEMBROS DAS FAMÍLIAS RESIDENTES DA AMOSTRA SEQUENDO O LOCAL DE RESIDÊNCIA ATUAL, SEXO E ESTADO CIVIL																										
NA USINA											FORA DA USINA															
FAIXA ETÁRIA	MASCULINO				FEMININO				MASCULINO				FEMININO				TOTAL FORA DA USINA									
	Solteiro		Casado		Solteira		Casada		Solteiro		Casado		Solteira		Casada											
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%				
14 - 16	-	-	-	-	-	-	-	1	1,8	-	-	-	-	1	1,8	-	-	-	-	-	-	2	3,6			
16 - 18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,8	-	-	-	-	1	1,8	-	-	-	-	2	3,6			
18 - 20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3,6	-	-	2	3,6			
20 - 25	-	-	3	23,0	2	3,6	-	-	2	3,6	10	18,1	-	-	1	1,8	-	10	18,1	2	3,6	-	25	45,5		
25 - 30	-	-	-	-	-	3	5,4	1	1,8	3	5,4	2	3,6	2	3,6	-	4	7,2	-	4	7,2	16	30,0			
30 - 35	-	-	1	1,8	-	-	2	3,6	-	-	-	-	-	-	-	1	1,8	1	1,8	3	5,4	6	11,0			
35 - 40	-	-	2	3,6	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,8	-	-	-	-	-	-	1	1,8	2	3,6		
TOTAL	-	-	6	10,9	2	3,6	5	9,0	4	7,2	14	25,4	3	5,4	4	7,2	2	3,6	17	30,9	3	5,4	8	14,5	55	100,0

aqui num se progride".

Quando ocorre a inserção dos membros dessas famílias como trabalhadores na Usina se dá de maneira instável e temporária através da empreiteira de mão-de-obra, turmeiro, etc. Neste sentido estes indivíduos embora residentes na própria Usina e aí empregando sua força de trabalho, não se vinculam a ela de maneira direta, mas através de outros elementos que se inserem no processo produtivo. Os que se vinculam ao turmeiro en quanto nesta condição não tem qualquer vínculo de estabilidade no emprego pois além da remuneração não tem qualquer tipo de direito social (registro em carteira, direito à assistência médica, férias, e outros encargos sociais). Os vinculados à Empreiteira desfrutam de uma posição semelhante, amenizada unicamente pela "vantagem" de terem a carteira profissional as sinada.

Este tipo de regime de trabalho propicia uma vinculação apenas temporária dos membros dessas famílias como força de trabalho na usina, pois em decorrência da baixa remuneração e da instabilidade característica deste tipo de relação, grande parte desses indivíduos permanecem nesta condição até se encontrarem com possibilidades de saírem da usina para se inserirem como força de trabalho principalmente no setor urbano. Ao se perguntar para o entrevistado, em relação aos filhos que residiam fora da usina o motivo de terem os mesmos ido embora para a cidade, a resposta comum é sempre aquela que ressaltou a impossibilidade dos filhos continuarem trabalhando na usina devido à baixa remuneração e a instabilidade do emprego, principalmente no que se refere aos direitos trabalistas. "Estavam ficando moços, precisavam de alguma coisa mais segura". "Ser lavrador não dá futuro". "Se ficavam doentes não tinham direito a nada". "Precisavam ter uma profissão". Existe uma expectativa generalizada

em torno de uma melhoria de situação para os filhos. Existe um consenso em torno da idéia de que na lavoura não se tem futuro, e que este futuro melhor significa ter profissão que só o estudo ou o trabalho na cidade poderiam propiciar.

O depoimento de R. (lavrador, 26 anos de serviço) é significativo para exemplificar esta situação: *"Meus filhos foram para São Paulo. Estão lá. Aqui, eles ganhavam esse salário do governo, não tinha INPS e eram do rural. E os filhos, um já estava com 19 anos, outro com 17, e queriam ir prã frente. Tiraram os documentos e foram embora. Prã ficar aqui sem direito a nada, é melhor sair. Então é melhor eles procurar um meio de vida que hoje o que vale é ter os direitos. Trabalhar sem os direitos não vale nada. Depois foram as duas moças; foi uma e depois outra. Agora foi a menor que está estudando. Os moços um trabalha na Mercedes, outro na Volks, ganham Cr\$ 4.000,00. Alugaram uma casa; tão vivendo, moram todos junto".*

Essa situação retrata o processo acentuado de desintegração que atingiu essas famílias - os filhos aos poucos procuram os centros urbanos na expectativa de uma condição de trabalho mais estável e compensadora em termos de salário. A tendência é permanecerem apenas os pais, cuja condição de vida é marcada pela pobreza. Cria-se todo um conjunto de situações para mantê-los nesta condição de vida; desprovidos de propriedade, incultos, incapazes em decorrência da sua crescente pauperização de buscarem outras alternativas de vida, e neste sentido reproduzem cada vez mais para o capital sua própria condição de vida.

O que se verifica atualmente com essas famílias de trabalhadores é que apesar dos chefes terem em sua maioria constituído família e criado seus filhos na própria Usina, estes já não permanecem e não se

vinculam ao trabalho rural. As famílias dos lavradores se formaram na própria usina sob um sistema de trabalho que propiciava a sua permanência; hoje, na medida em que se transformam as relações de trabalho e o processo de produção, fruto da crescente intensificação das características capitalistas da agricultura, se desintegram - os filhos saem, o trabalho do lavrador passa a ser o menos prestigiado dentro do universo da Usina; o lavrador de grande que era, responsável por todo o processo de trabalho, torna-se uma peça quase que insignificante no conjunto das relações de produção. A má remuneração e a instabilidade levam os indivíduos para a cidade, em busca de melhores condições de vida e de trabalho, situação essa que pode ser percebida pelo depoimento a seguir:

"Tenho 50 anos de casado. Criei meus filho aqui. Quatro deles trabalharam na lavoura. Carpi, cortã cana; trabalhavam prã mim. O que eles ganhavam sempre deram prã mim mantê a casa. Agora um tã em São Paulo. Foi embora porque se achou que estava meio apertado prã ele aqui e foi embora. Se ele tivesse aqui também tava passando apertado. Hoje ele trabalha numa fábrica do Matarazzo. Tã mais ou menos. O outro aqui na Usina é aposentado. Aposentou como inválido com mais ou menos 15 ou 16 anos. Ele machucou a vista com a flor da cana e perdeu a vista. Fez transplante de vista mas não adiantou nada. Naquele tempo que ele machucou a vista nós não pagava direito nenhum. Hoje ele veve do dinheiro da aposentadoria e tem dois filho que trabalha. Outra filha morreu com 40 anos. Morava aqui, era mulher, criou todos os filhos aqui, o marido era volante. Depois foi embora por que aqui já não tava funcionando bem. Tem uns quatro ano que ele foi embora. O outro é este que eu moro junto com ele. É tratorista. Tem 18 ano de casa. De tratorista tem 13 anos. Antes ele também era trabalhador da ensada. Foi promovido pra tratorista; não tem carta (habilitação) nenhuma,

mas trabalha de tratorista. E se acontece algum acidente ele tem que se virar" (J.S., lavrador, aposentado).

O relato deixa claro não sã as alternativas que restaram às famílias de lavradores como também explicita as condições desvantajosas de execução desse trabalho, principalmente no que se refere à segurança na execução do trabalho.

Do total de demais membros que compõem a força de trabalho familiar nas três categorias de trabalhadores em questão, 92,0% trabalham como lavradores. Os demais trabalham como tratorista, motorista, mecânico, fiscal de turma, carpinteiro e faxineiro, conforme a Tabela 18, p.119.

Estes indivíduos vinculam-se a quatro tipos de empregadores diferentes: a firma empreiteira de mão-de-obra "Excelsior Serviços Rurais", aos Turmeiros, aos Colonos-Fornecedores e à própria usina; exercendo suas atividades na própria usina ou em outras propriedades rurais (Tabela 19, p. 120).

Entre os demais membros das famílias de lavradores 61,7% são empregados da firma empreiteira, exercendo porém suas atividades nas lavouras de canas da própria Usina. Observando-se o tempo de serviço desses indivíduos junto a firma empreiteira, vê-se que a maior proporção tem de 2 a 3 anos de serviço (25,0%), e de 4 a 7 anos de serviço (27,9%) com o mesmo empregador e em um mesmo local de trabalho. O mesmo já não ocorre aos que se vinculam ao turmeiro (26,3%). Estes possuem uma maior instabilidade de emprego pois a permanência nesta condição varia entre menos de seis meses (14,6%) a um ano de serviço (2,8%). Isto porque em sua maioria são requisitados apenas nas épocas de grande procura de mão-de-obra que é a da safra. Na entressafra, com a redução global das atividades agrícolas, diminui em mais de 50,0% a demanda por força-de-trabalho.

Tabela 18. Número e Porcentagem dos Demais Membros das Famílias Residentes Permanentes da Amostra por Categoria de Trabalho do Chefe Segundo o Tipo de Atividade Exercida.

ATIVIDADES	NÚMERO E PORCENTAGEM DOS DEMAIS MEMBROS QUE TRABALHAM POR CATEGORIA DE TRABALHO DO CHEFE							
	LAVRADORES		OPERADORES DE MÁQUINAS		COLONOS-FORNECEDORES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Lavoura	62	68,1	13	14,5	8	8,8	83	92,0
Tratorista	2	2,1	--	--	-	-	2	2,0
Motorista	1	1,0	1	1,0	-	-	2	2,0
Fiscal de Turma	1	1,0	-	--	-	-	1	1,0
Carpinteiro	1	1,0	-	--	-	-	1	1,0
Mecânico	1	1,0	-	--	-	-	1	1,0
Fachineiro	-	--	1	1,0	-	-	1	1,0
T O T A L	68	74,7	15	16,5	8	8,8	91	100,0

Tabela 19. Número e Porcentagem dos Demais Membros das Famílias da Categoria Lavradores da Amostra nas Atividades Atuais por Empregador e o Local de Exercício da Atividade, Segundo o Tempo de Serviço.

NÚMERO E PORCENTAGEM DOS DEMAIS MEMBROS POR EMPREGADOR E O LOCAL DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE														
TEMPO DE SERVIÇO	EMPREENHEIRA EXCELSIOR		TURMEIROS				PRÓPRIA USINA		COLONO-FORNECEDOR		TOTAL			
	NA USINA		NA USINA		OUTRAS PROPRIEDADES RURAIS		DENTRO E FORA DA USINA		NA USINA		NA USINA			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Só nas safras			1	1,4	--	--	--	--	--	--	1	1,4	2	2,9
Até 6 meses	2	2,9	4	5,8	3	4,4	3	4,4	1	1,4	--	--	13	19,1
7 meses - 1 ano	1	1,4	1	1,4	1	1,4	--	--	2	2,9	--	--	5	7,3
2 - 3	17	25,0	--	--	1	1,4	1	1,4	2	2,9	--	--	21	30,8
4 - 5	13	19,1	--	--	--	--	--	--	1	1,4	--	--	14	20,5
6 - 7	6	8,8	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	6	8,2
8 - 9	2	2,9	2	2,9	--	--	--	--	--	--	--	--	4	5,8
10 - 11	1	1,4	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	1,4
12 - 13	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
14 - 15	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
16 - 17	--	--	1	1,4	--	--	--	--	--	--	--	--	1	1,4
30 anos											1	1,4		
TOTAL	42	61,7	9	13,2	5	7,3	4	5,8	7	10,2	1	1,4		68

Os indivíduos vinculados ao turmeiro trabalham ou na própria usina ou fora dela. Do total (26,3%) de indivíduos vinculados ao Turmeiro, 7,3% trabalham em outras propriedades rurais e 5,8% exercem atividades tanto na própria usina como fora dela (Tabela 19, p.120).

Na amostra estudada, o número de demais membros entre 14 a 60 anos e que poderiam ser considerados como força de trabalho é da ordem de 58,2%. Entretanto, apenas 10,2% desses indivíduos são empregados pela própria usina.

Na realidade, não se poderia afirmar que a usina não oferece trabalho para os membros das famílias de residentes. Ela própria realmente emprega uma parcela ínfima dos demais membros dessas famílias () e esta oportunidade de emprego se dá exatamente àqueles com mais habilidades ou seja, tratoristas, motoristas, mecânicos. Entretanto, através de seus intermediários, a firma empreiteira e o turmeiro, ela oferece oportunidade de trabalho a esses indivíduos. Mas as condições em que se realizam as relações de trabalho são aquelas que se caracterizam pela instabilidade, intermitência, desamparo legal, constituindo-se em formas de trabalho que propiciam uma maior exploração do trabalhador. Neste sentido, as peculiaridades do desenvolvimento da Usina propiciaram o aparecimento de condições que viabilizam uma relativa facilidade de obtenção de força-de-trabalho, suprindo-se de trabalhadores temporários entre as famí

O aparecimento do trabalhador temporário⁷ em substituição ao trabalhador residente representa a fase final de uma seqüência que se iniciou com o desaparecimento do colonato, com a desintegração das famílias de lavradores residentes, e com a degradação do trabalho que se realizou a partir da intensa divisão capitalista do trabalho que teve lugar na usina em questão.

Na maior parte das atividades agrícolas ainda executadas manualmente, tais como o plantio, carpa e corte da cana são empregados trabalhadores fornecidos pela empreiteira de mão-de-obra ou pelo turmeiro. Nesse sentido, as atividades agrícolas passaram a ser executadas por uma nova categoria de trabalhadores que agora se constituem na principal base sobre a qual se organiza o trabalho na lavoura dentro da usina.

Desse modo deu-se a substituição do trabalhador permanente residente pelo trabalhador temporário e por volantes.

Pouco a pouco o residente vai deixando de ser a base principal sobre a qual se organizava o trabalho, dando lugar aos diaristas volantes. "Ao longo do processo de expansão da agroindústria açucareira tende a reduzir-se o emprego de trabalhadores permanentes, ao mesmo tempo que aumenta o contingente dos temporários" (IANNI, 1977, p. 44).

⁷ Na literatura existente sobre o assunto freqüentemente é denominado trabalhador temporário aquele indivíduo não residente na propriedade onde emprega sua força-de-trabalho, mas que é proprietário de meios de produção ou que produz em parte seus meios de vida. Geralmente é o pequeno proprietário que se assalaria durante uma época do ano; e o trabalhador volante é o indivíduo que reside também fora da propriedade mas depende para sua sobrevivência unicamente da venda de sua força de trabalho. Ver sobre o assunto: SILVA, José F. Graziano e GASQUES, José Garcia (1977). Neste trabalho o trabalhador temporário e volante às vezes se confundem pois são em ambos os casos em sua maioria membros de famílias de trabalhadores residentes permanentes.

A ampliação e renovação do processo produtivo, intensificando o uso de máquinas e equipamentos tem sido a característica marcante da agroindústria açucareira. São profundas as suas repercussões sobre o modo como a Usina passou a organizar as relações de trabalho. Este processo como já foi dito, foi em grande parte estimulado pelas medidas institucionais tomadas junto ao setor durante as décadas de 1950 e 1960 e particularmente a partir de 1971 com o Decreto-Lei nº 1.186, de 27 de agosto de 1971, pelo qual o governo passou a conceder estímulos à fusão, incorporação e realocização de unidades industriais açucareiras, concedendo incentivos fiscais e financeiros às Usinas e aos fornecedores no sentido de propiciar a intensificação da mecanização do processo produtivo e o aumento da produtividade. Neste sentido esse processo de expansão implicou em uma ampla mobilização das forças produtivas, nas quais são utilizadas máquinas e equipamentos destinados a aumentar a produtividade no setor.

Algumas das medidas governamentais tomadas para o conjunto da agroindústria açucareira estão estreitamente vinculadas ao desaparecimento dos trabalhadores residentes como a principal base de organização da força-de-trabalho na usina. Entre essas, como já foi visto, o Estatuto da Lavoura Canavieira, que destinou-se principalmente a regulamentar as relações entre fornecedores de cana e a usina, no sentido de garantir a existência dos mesmos face à expansão das médias e grandes usinas; a preocupação com o trabalho assalariado que se dá a partir do Decreto-Lei 6969 de 19 de outubro de 1944 que começou a definir juridicamente a condição de operário rural e industrial no setor canavieiro, garantindo a qualificação de trabalhador rural tanto aos trabalhadores permanentes como aos temporários empregados na lavoura canavieira, e a regularização de sua situação através de contratos - tipos que asseguravam ao trabalhador rural,

entre outros, os seguintes direitos: proibição de descontos em salários por motivos de má colheita; direito à moradia para a família do trabalhador; assistência médica, dentária, hospitalar e ensino gratuito para os filhos; além de garantir ao trabalhador uma área próxima à sua moradia, para plantação de subsistência; a determinação pelo mesmo Decreto de que estes trabalhadores deveriam possuir a carteira profissional registrada pelo empregador; e a partir de 1959, quando se passou a reconhecer amplamente que o trabalhador rural estava também submetido à proteção da Legislação Trabalhista (CLT) e demais leis de proteção ao trabalhador, inclusive as que diziam respeito a salário mínimo, constituem-se no conjunto de medidas que levaram a uma grande mobilização dos trabalhadores rurais, no sentido de requererem a aplicação a eles dos direitos que então lhes assegurava a legislação.

A Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, dispondo sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, estabeleceu os direitos quanto à remuneração, salário mínimo, repouso remunerado, férias, segurança do trabalho, estabilidade no emprego, sindicalização, etc... Fatos estes que vieram a acelerar ainda mais o processo de mudança nas relações sociais de produção na agroindústria açucareira.

Estas medidas refletiram-se em uma valorização da força de trabalho e num aumento significativo dos encargos sociais até então sob a responsabilidade da Usina. Essa movimentação veio a acelerar o processo de dissolução do colonato como já foi visto, a posterior extinção do trabalhador residente e a redefinição das relações de trabalho dentro da Usina, optando-se por uma forma de organização do trabalho que lhe permitisse uma maior flexibilidade na organização do trabalho para promover uma intensificação do processo de acumulação. E esta nova forma é a que se

baseia no emprego de trabalhadores tipicamente assalariados, volantes, cuja vantagem reside na redução dos encargos sociais, na facilidade de obtenção dessa força de trabalho no mercado e, conseqüentemente, no seu baixo valor.

Resumindo-se - na medida em que a Usina necessariamente deveria manter o ritmo crescente de aumento da produtividade, lançou mão de dois tipos principais de recursos: a substituição dos antigos e onerosos processos de produção por outros mais modernos e eficientes, intensificando a mecanização do processo produtivo, e a diminuição dos encargos com mão-de-obra através da mudança no tipo de exploração da força de trabalho.

O volante ou bôia-fria e o trabalhador temporário emergem neste contexto como o trabalhador mais característico das relações sociais de produção dentro da usina. E quanto mais se desenvolvem estas relações de produção em função da tecnologia, da divisão social do trabalho e da extensão da Legislação Trabalhista e Previdenciária ao campo, mais se exige que a força de trabalho se ajuste às exigências da reprodução do capital.

Na usina em questão o volante é recrutado através de uma Empreiteira de mão-de-obra, "Excelsior Serviços Rurais", que mantém um escritório em uma vila vizinha à Usina, sendo a principal responsável pelo fornecimento de mão-de-obra tanto na safra como na entresafra.

Existem também seis turmeiros. Estes, são registrados na Usina como motoristas e seu salário é acrescido de uma porcentagem sobre o número de trabalhadores que ele transporta diariamente. O transporte desses volantes é feito em caminhões da própria Usina.

Os trabalhadores vinculados à Empreiteira são registrados em nome do empregador "Excelsior Serviços Rurais". Em relação à previdên

cia social, vinculam-se ao FUNRURAL; recebem 13º salário e férias remuneradas. A remuneração é estabelecida com base no dia ou na tarefa executada dependendo da época do ano. Os trabalhadores vinculados ao turmeiro não tem qualquer tipo de relação contratual com o mesmo. Não tem carteira profissional registrada e nenhuma espécie de amparo legal ou previdenciário. Quem está interessado em trabalhar, apresenta-se em determinados locais pré-estabelecidos à espera do caminhão de turma; no local de trabalho é estabelecido o serviço a ser executado e o preço da tarefa. Apenas em caso de acidente comprovado, por exemplo quando o indivíduo se fere durante o trabalho, o turmeiro (durante a época em que se realizou a pesquisa safra 76/77), no caso do trabalhador não poder comparecer ao trabalho, pagava Cr\$ 35,00 por dia de acidente.

Na última safra 76/77, era da seguinte ordem o número de trabalhadores volantes empregados exclusivamente nos serviços de lavoura:

Quadro 1. Número de Trabalhadores Volantes Empregados nos Serviços de Lavoura na Safra 1976/77 segundo o Local de Origem e o Empregador.

LOCAL DE ORIGEM DO TRABALHADOR	EMPREGADOR		TOTAL
	TURMEIROS	EXCELSIOR SERVIÇOS RURAIS	
São Carlos	60	-	60
Ibatê	85	157	242
Araraquara	110	-	110
Matão	50	-	50
Ribeirão Bonito	40	-	40
Dourado	90	-	90
Integrantes de Famílias de Residentes na Usina	-	168	168
T O T A L	435	325	760

Fonte: Relatório Mensal da Usina (1977).

Chama a atenção no quadro acima não só o elevado número de trabalhadores fornecidos pela Empreiteira e pelos Turmeiros, como também o fato de que 168 trabalhadores vinculados à Empreiteira residem na própria Usina, sendo membros das famílias dos trabalhadores residentes permanentes. Além do que, embora não apareça no quadro, existe um grande número de trabalhadores integrantes de famílias residentes que estão vinculados aos Turmeiros. A Usina não tinha condições de precisar o número desses indivíduos.

Na Usina em questão as famílias de trabalhadores permanentes residentes tornaram-se o celeiro de mão-de-obra volante da qual ela necessita. No mesmo caminhão de turma o turmeiro é contratado na qualidade de motorista da usina, transporta os lavradores residentes volantes, membros de famílias de residentes empregados pela firma empreiteira e pelo turmeiro e estes trabalham ao lado daqueles volantes que vêm de lugares fora da usina. Vão todos para um mesmo local de trabalho, executam as mesmas tarefas e na realidade para um mesmo patrão. Diferenciam-se apenas quanto à forma de pagamento e aos direitos de que usufruem enquanto residentes na usina e enquanto trabalhadores não residentes temporários ou volantes. Aumenta-se em complexidade as relações de trabalho, passando a existir em um mesmo momento uma multiplicidade de formas de arregimentação dos trabalhadores.

No período compreendido entre 1º de junho a 15 de dezembro da safra 76/77 era a seguinte a distribuição dos trabalhadores nas atividades agrícolas:

Quadro 2. Número de Trabalhadores Empregados nas Atividades Agrícolas na Safra 1976/77.

TIPO DE TRABALHADOR	NÚMERO DE TRABALHADORES EMPREGADOS NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA SAFRA 76/77				TOTAL
	CORTE DE CANA	CARPA DE CANA	CARREGAMENTO DE CANA	DIVERSOS SERVIÇOS	
Registrados na Em- preiteira	285	--	40	--	325
Vinculados ao Turmei- ro	420	--	15	--	435
Residentes Registra- dos na Usina	--	60	40	68	168
T O T A L	705	60	95	68	928

Fonte: Relatório Mensal da Usina.

Pode-se perceber, pelo quadro, a estrutura da organização do trabalho na época da safra: o emprego de trabalhadores volantes supera em muito ao número de residentes permanentes vinculados à usina, e estes são deslocados para a execução de tarefas complementares à atividade principal do período. Na época da entressafra esta situação não se altera, como revela o quadro 3, p.129.

Quadro 3. Número de Trabalhadores Empregados nas Atividades Agrícolas no Período de Entressafra 76/77.

TIPO DE TRABALHADOR	NÚMERO DE TRABALHADORES E EMPREGADOS NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NO PERÍODO DA ENTRESSAFRA 76/77				TOTAL
	CARPA DE CANA	PLANTIO DE CANA	ADUBAÇÃO	DIVERSOS SERVIÇOS	
Registrados na Empreiteira	110	50	--	--	160
Vinculados ao Turmeiro	120	--	--	--	120
Residentes Registrados na Usina	80	30	20	38	168
T O T A L	310	80	20	38	448

Fonte: Relatório Mensal da Usina.

As formas de remuneração dos lavradores variam de acordo com a época do ano - safra e entressafra - e de acordo com o tipo de atividade executada. A base da remuneração é o salário mínimo.

O salário mínimo na Usina é estabelecido através de Decídio Coletivo pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentícias de Araraquara (SP), anualmente a partir do mês de agosto. Na ocasião em que foi realizada a pesquisa o salário base era de Cr\$ 1.850,00, valor que se situava acima do salário mínimo oficial fixado pelo governo na região que era de Cr\$ 1.106,00.

Os trabalhadores residentes permanentes assalariados no caso os lavradores e os operadores de máquinas são registrados na Usina e usufruem dos direitos da Legislação Trabalhista. Do seu salário são feitos

descontos relativos a contribuição ao INPS e a taxa de energia elétrica de suas casas, importância da ordem de Cr\$ 25,00.

A renda familiar dos lavradores é de Cr\$ 3.611,00 e a renda média dos chefes é de Cr\$ 1.648,98, conforme mostra a Tabela 11 na página 94 .

Seu horário de trabalho é rigidamente estipulado, não trabalha além das oito horas regulamentares e os *descontos* constituem uma característica de seus salários, como por exemplo horas e dias de chuva não trabalhados. Quando chove não ganham aquelas horas que foram deixadas de trabalhar devido falta de condições. A suposta legalidade deste procedimento baseia-se no fato de que embora recebam pelo dia de trabalho, o valor deste dia nada mais é do que um valor médio que remunera a quantidade de serviço feito. Na verdade a base da remuneração é a tarefa. Como nos dias chuvosos é impossível executar a tarefa, não recebem.

Outra característica marcante da forma de remuneração dos lavradores é o fato de nunca ser explicitado previamente o valor da tarefa a ser executada. O fato de haver um preço estipulado previamente provocou uma série de contratempos e reclamações dos empregados diretamente na Justiça Trabalhista. Na realidade, os lavradores tem sua remuneração aparentemente estabelecida com base no dia de trabalho e, caso de executarem horas extras, recebem apenas uma quantia não equivalente ao trabalho de fato realizado. Ao mesmo tempo que tais circunstâncias delegam ao lavrador a percepção de que estão sendo explorados, roubam dos mesmos as condições efetivas que propiciem qualquer atitude contestatória. Face a reclamações desse tipo, o lavrador é desligado de suas atividades no campo, ao mesmo tempo que se lhes atribuem atividades, do ponto de vista do trabalhador rural, inadequadas. Ilustra muito bem o caso o depoimento de S.D.

(lavrador, 20 anos de serviço), ex-colono, ex-fiscal de turma: "Eu era fiscal. Fiscal era melhor. Porque a gente sabia que tinha o salário certo né. No corte de cana a gente nunca sabe certo quanto ganha certo, porque é na base de metro. Trabalho agora 8 horas. Eu já trabaiei mais que 8 horas, carregando cana atrain da máquina... Nesse ano aqui eu catei cana. Lá eles não pagava certinho não. De fato eu até achei que sai de lá por esse motivo por que reclamei sobre umas hora que veio faltando pra mim. Eu fiz reclamação. No corte de cana a gente nunca sabe quanto ganha. As veis ti ra mais e as veis até menos que o salário. Agora estou cortando capim".

Os lavradores na época da safra não são utilizados nos trabalhos de corte da cana. Em seus relatos dizem que no corte a usina "só coloca os de fora", fato este que tem um significado especial na vida desses trabalhadores.

Na época de corte de cana o sistema de remuneração adotado é baseado na tarefa. Tanto mais se trabalha, tanto mais se recebe. Os trabalhadores vinculados ao turmeiro ou ã empreiteira, ao chegarem no local de trabalho, são informados sobre o preço da tarefa, valor este que varia segundo a qualidade da cana a ser cortada. A unidade de valor é o metro. O metro equivale a um metro de comprimento por cinco ruas de cana de largura. Na realidade, o metro não é linear, mas metro quadro (m^2). O trabalhador não vinculado ã Usina, sabe quanto deve cortar para "tirar o dia", ou sabe de quanto deverá esforçar-se para receber mais salário.

O mesmo não acontece com o lavrador residente permanente, registrado na usina. Até 1965, quando ainda participavam do corte da cana, na medida em que conheciam o valor da tarefa, tinham um meio de calcular e controlar seu próprio salário. Sabiam quanto tinham a receber. Mas na ocasião do pagamento, recebiam sempre bem menos do que o esperado, o

que veio a se constituir no motivo mais freqüente das reclamações junto ao Sindicato e junto à Justiça do Trabalho. Os lavradores recorriam todos os meses para receber as diferenças de salário a que tinham direito. A partir daí a Usina adotou algumas medidas, entre elas a de não utilizar o pessoal residente permanente amparado pela legislação trabalhista nos serviços relativos ao corte de cana. Dessa maneira, foi tirado destes lavradores o único meio ou forma de ganhar além do salário mínimo, estando portanto em uma situação de inferioridade em relação aos outros, o que pode ser claramente percebido no depoimento de A.V. (lavrador, 30 anos de serviço): *"A Usina num põe preço no metro da cana. Num tempo a turma reclamava, porque eu quase nunca cortei cana aqui, mais um tempo a turma reclamava e recebia o restante. Fazia processo em Araraquara e recebia. Agora, de uns tempo prá cá, quase ninguém faz mais processo de salário porque sempre o salário eles manda. Num perdendo dia eles manda um poquinho mais. Se você trabaia o mês inteiro eles manda um pouco mais. Mais você num sabe se ganhou só aquilo ou ganhou mais porque sabe aqui você tem uns metro, mais num sabe quanto que é o metro. Como é que você vai sabê quanto ganha? Num sabe. Se carpo cem metro, num sabe se é cinqüenta, se é a vinte, se é a dez..."*.

Por ocasião da entressafra, o pessoal não vinculado diretamente à Usina tem como base de sua remuneração a tarefa estipulada sobre o metro de lavoura carpida; os lavradores residentes passam a ter como unidade de remuneração o dia. Ganham por dia, independentemente da quantidade de serviço executado. Trabalham ao lado dos volantes mas ganham pelo mesmo serviço executado um salário menor. O trabalhador residente percebe com clareza esta situação. Sabe que não é pela produção que ele será pago. Para ele, não se verificam nunca alterações de salário sentindo-se

bastante desanimados: *"agora a gente faz o que pode, num se esforça mais".*
"A gente agora faz o que pode". "Ninguém valoriza nosso trabalho".

A Usina manipula deliberadamente o salário de seus traba
lhadores. Atrasos nos fluxos de pagamento, descontos indevidos e uma gran
 de flexibilidade no estabelecimento da forma de remuneração do trabalho,
 ora por dia, ora por mês, ora por tarefa, são entre outras, formas que a
 Usina encontra para aumentar a exploração do trabalho. Estas medidas sã
 foram possíveis na medida em que se produziram modificações estruturais a
 nível do processo produtivo, entre elas a maquinaria e a divisão do traba
lho. Ambas contribuíram para o rebaixamento geral do preço da força de
 trabalho das mais diferentes formas: ao propiciar um contingente de traba
lhadores desempregados, seja possibilitando o acesso de um maior núme
 ro de trabalhadores a determinados ofícios ou tarefas, aumentando a concor
rência entre os trabalhadores. O trabalho tornou-se simplificado, os tra
balhadores passaram de uma para outra ocupação, o trabalho dos adultos
 foi substituído pelo de crianças, mulheres e por trabalhadores menos há
beis.

O trabalhador tornou-se uma força produtiva, que deve pro
 duzir o mais possível, no menor tempo possível. A exploração do trabalha
dor começa e recomeça a cada nova modificação introduzida, seja na forma
 de organização do processo de trabalho, seja na forma de remuneração da
 força de trabalho. O trabalhador passou a ganhar seu salário sob condi
ções cada vez mais difíceis.

Este processo é intensificado ainda mais quando estes
 trabalhadores vão aos poucos deixando de possuir suas próprias lavouras
 de subsistência e seus instrumentos de trabalho, perdendo também o contro
le sobre a produção de seus meios de vida.

A situação anterior desses trabalhadores possibilitava a eles terem lavouras de subsistência para cultivo de cereais (arroz, milho, feijão, etc...), e espaço suficiente para criação de porcos e galinhas. A Usina cedia terrenos, geralmente próximo ao local de suas residências para cultivo de lavouras destinadas a sua subsistência e de sua família: *"Nóis, naquele tempo, plantava só feijão. A Usina não queria que prantava mais nada. Plantava algum pouco naquelas barroca, naqueles lugar difícil. A gente precisava comprar o milho prá manter as criação. Naquele tempo tudo era tocado a peito de burro. Não é como agora que tem as máquina. Antes ali tombava, gradeava, sulcava, cobria a cana, tudo com burro. Então precisava de ter o milho, senão não aguentava. O serviço de cana é pesado. Depois, dessa demanda que nós tivemos, nós peguemo prantã milho. Deixaram prantã milho, mas de ameia. Prantemo lá uns dois três ano e nós dava a metade prá fazenda. Depois esse advogado nosso falou 'Não senhor, o que vocês prantã na cana é seus; não tem nada de ameia'. E assim, continuemos, todo ano prantava, não muito, só o que dava pro gasto e não dava mais para a fazenda. Eles queria de tudo jeito. Depois viram que nós num dava, desistiram. Fui tocando. Depois, agora, faz uns 10 anos prá cá não deixaram mais prantã. Diz que o milho prejudica. Que traz peste prá cana. Prantã agora é somente feijão como no começo. Algum que quer prantã um pouco de milho, precisa arrendã terra prá fora, pegã de ameia com outra fazenda, porque eles não deixa prantã"* (P.G., colono-fornecedor).

Esta situação não só é verdadeira para os colonos fornecedores que tem suas próprias lavouras aos quais a Usina deixa obrigatoriamente por Lei terras para pasto e lavouras de subsistência, como também para os lavradores e operadores de máquinas como pode ser percebido pelos depoimentos que seguem: *"Antigamente aqui a gente prantava milho e feijão*

à vontade. Já cheguei a colher 7, 8 carros de milho. Dava prá tocar toda a criação. Mas depois a fazenda cortô. Chegaram até derrubar milho da gente. Veio aquelas leis que num era prá prantá mais, então não prantamo. Num dá mais prá engordá porco. Naqueles tempo tudo mundo tinha porco, sua criação".

A Usina chegou a ter dois ou três empregados cuja única função era a de "procurar" lavouras de subsistência dos trabalhadores, localizando-as e comunicando a existência das mesmas à administração da Usina, como é o caso de E.S. (lavrador, aposentado): *"Eu naquela época fui meio perseguido porque eu tinha que andar por aí, ver as roças e eu comunicava pro gerente geral..."*.

Hoje o lavrador encontra-se impedido de plantar ou fazer criação de galinhas, porcos, etc... Quando tem sua criação esta se restringe a algumas galinhas e às vezes, um porco para engordar. É "permitido" plantar apenas em alguns terrenos; a Usina faz "vistas grossas" para roças feitas em morros ou baixadas, o que vem a dificultar ainda mais aos lavradores terem suas lavouras: *"A Usina não deixa plantá. Só planta nos morros onde num tem jeito nem da gente andá. Nessa morraçada que dá medo vai prantá mantimento?"* (D.N., volante, residente).

Atualmente a precariedade das suas condições de vida está levando algumas famílias a terem algum tipo de atividade de subsistência. A maior proporção se encontra os lavradores (34,5%), conforme revela a Tabela 20, p. 136.

Os tipos de cultura mais freqüentes são: criação de galinhas (32,1%) nos quintais das suas casas, lavoura de feijão (19,0%), geralmente plantada em morros, e horta de verduras e legumes feitas nos fundos dos quintais. Os colonos ainda plantam feijão no meio de sua lavoura

Tabela 20. Distribuição das Famílias Residentes da Amostra Segundo o Cultivo ou Não de Lavoura de Subsistência

EXISTÊNCIA DE ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA	NÚMERO DE FAMÍLIAS POR CATEGORIA DE TRABALHO						TOTAL	
	LAVRADORES		OPERADORES DE MÁQUINA		COLONOS- FORNECEDORES			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	S I M	28	34,5	9	11,1	4	4,9	41
N Ã O	22	27,1	18	22,2	-	-	40	49,3

de cana; mas a Usina na medida em que cabe a ela dar a assistência técnica à lavoura do colono, tem interferido no sentido de proibir o cultivo dessa leguminosa.

Do total de indivíduos que tem roças para subsistência, 87,8% destinam a produção exclusivamente para o consumo da família. Apenas 12,5% vendem parte da produção. Vendem, leite, porcos, ovos, mas é uma venda que se realiza apenas no caso de haver excedente de produção. Foi constatado apenas um caso onde a produção total é vendida. A família cultiva vassoura e vende a produção inteira na própria Usina ou em cidades vizinhas. A última produção havia sido de 500 vassouras, vendidas a Cr\$ 25,00 cada uma.

Outras dificuldades encontradas para o cultivo de lavouras de subsistência são a falta de tempo e o uso de herbicidas que afetam leguminosas como o feijão, impedindo seu desenvolvimento: "Se planta feijão e a Usina passa o veneno longe, as folhas secam tudo, dá feijão chôcho..".

A falta de tempo é decorrência do fato de que todos os mem bros da família precisam trabalhar e o tempo disponível para cuidar des as lavouras seria apenas o domingo.

Existe também os casos daqueles que ainda possuem culturas de subsistência mas reduziram, ou o número de culturas ou passaram a plan tar menor quantidade, ou ainda apesar de plantarem a mesma quantidade a produção diminuiu consideravelmente chegando mesmo até a perder inteira mente a produção, fatos que se encontram bastante ilustrados nos depoimen tos que se seguem: *"Produzia feijão e milho. Agora milho não é mais permi tido e feijão não dá por causa do veneno". "Plantava arroz, milho, feijão para o sustento da família. De tempo para cá não plantamos mais. O veneno da cana mata tudo". "Já plantamos roça de milho e feijão que dava para a família e criação. Agora não pode mais". "Este ano, colhi arroz. Antes co lhia muito mais e plantava milho e feijão". "Falta tempo, todos precisam trabalhar e ganhar para ajudar no sustento da família". "Plantavam até a 6 anos atrás". "Plantavam até 2 anos. Agora é difícil. Não plantam mais". "Em outras fazendas produzia, arroz, feijão, milho em parceria".*

Aos poucos emerge um conjunto de situações que culminaram na quase eliminação das lavouras de subsistência. A necessidade premente de aumentar cada vez mais a área cultivada para atendimento as exigências de aumento do volume da produção aliado ao uso intensivo de herbicidas, são as causas que mais de perto respondem pela eliminação dessas lavouras. O lay rador residente passou a depender para a sua sobrevivência unicamente de seu salário.

"Hoje em dia estou aqui e vivo de salário, Não posso ter nada nem plantar. Meus quatro filho foram embora prá São Paulo; um na Mer cedes, outro na Volks... Naquele tempo não tinha falta; tinha a criação,

meu feijão e o arroz. Tinha o armazém que fornecia da comida ao calçado. Agora é só o salário".

Considerando que o salário desses indivíduos já se encontra nos limites de garantir apenas a sua subsistência e de sua família, e que no decorrer deste processo de transformações das relações de trabalho que alteram todo o modo como ele participa do processo produtivo, distanciando-se cada vez mais das atividades agrícolas passou a depender para sua sobrevivência cada vez mais e unicamente de seu salário, como o operário da indústria urbana, pode-se dizer que ao longo desse processo de transformação e subjugação do trabalho às exigências do capital, o trabalhador do campo se adaptou à sua própria insubsistência.

Enquanto lavradores durante todo seu trajeto de vida estes trabalhadores chegaram a uma situação de mais completa pauperização. As alternativas que lhes restam são na prática inexistentes, como pode ser percebido em seus relatos. Todos, indistintamente desejam fazer um "acordo" com a usina relativo à indenização de seus anos de trabalho e ir para a cidade. Escapa-lhes no entanto que as possibilidades que lhes restam são aquelas de continuarem ligados ao trabalho agrícola em condições ainda menos propícias, como volantes, ou ainda em situações de subemprego urbano, executando tarefas ínfimas e mal pagas.

O "acordo"⁸ oferecido pela usina representa para estes indivíduos a esperança de alterar sua condição de vida. Ser escolhido pela

⁸ O "acordo" é a indenização relativa aos anos de serviço anteriores a 1967, quando estes trabalhadores foram pressionados a assinarem a opção pelo F.G.T.S. Este acordo baseia-se no pagamento de 60% do total da indenização a que teriam direito pelos anos de trabalho anteriores a 1967. Esta quantia era paga em prestações mensais ao trabalhador.

usina para fazer o "acordo" passou a representar um privilégio entre estes trabalhadores. O dinheiro a ser recebido representa a compra da casa e do terreno na cidade; significa para ele sua libertação em relação à usina e das suas origens: a terra. Como explicita o depoimento:

"... da minha situação financeira, o que eu possuo até hoje foi com o dinheiro da indenização; tenho um terreno na cidade, que eu comprei com o dinheiro da indenização. Pretendo aposentar e construir uma casinha. Em 1976 fiz a opção e fui indenizado com 60% pelo tempo de serviço anterior para receber em parcelamento em trinta meses a importância de sessenta e sete mil e quarenta e dois cruzeiros" (D.B., lavrador, 30 anos de serviço).

Sair da usina, conseguir ter um abrigo, representa o ideal almejado por todas estas famílias.

"Eu não queria o dinheiro da usina. Eu só queria se aposentar, arrumar os papéis, tudo certinho. Eu num quero a fazenda. Eu só quero que dessem dinheiro pra gente comprar uma casinha; não 'granfa'; uma pra gente morar, pra se cobrir da chuva e do sol. O que mais eu espero é que abram acordo pra mim. Mas agora tá fechado. Eu quero assinar o acordo, depois eu me aposentava e ia tocando a vida" (M.D.N., lavrador, 30 anos de serviço).

O trabalhador vai aos poucos se perdendo no emaranhado de leis e na crescente burocratização da Usina. Muitos na verdade não sabem o que significa a "opção", perdem-se no "mundo" dos direitos e das leis, o que sabem às vezes dificulta visualizar sua própria situação dentro da empresa, como é o caso de A.C. (lavrador, 30 anos de serviço): *"Tenho 30 anos de serviço. Tenho tempo pra me aposentã. Assinei o fundo faz dois mês. Aconteceu aquele negócio que eles diz que as leis caiu; essas conver*

sas de que as leis caiu. Eles falaram que vão por no banco do 67 prã cá. De 67 prã trais se não sai o acordo, perde tudo. Pelo jeito que eles fala, perde mesmo. Tenho ido prô Sindicato, apertei eles lá. Eles fala que vão arrumã. Eu precisava pelo menos a papelada do meu tempo de serviço. Mas fica naquele enrôlo. Um manda pro outro".

O interesse da usina em pressionar os lavradores a optarem pelo FGTS não se limitou apenas ao simples fato desses trabalhadores perderem sua estabilidade, mas está intimamente relacionado ao interesse da usina em fazer diminuir o número de trabalhadores residentes substituindo-a por trabalhadores mais habilitados como os tratoristas e motoristas, como se verá no capítulo a seguir

5.3. Os Operadores de Máquinas

Muitos dos trabalhadores da categoria operadores de máquinas (25,9%) procedem de famílias de colonos ou ainda de camaradas de colonos da própria usina (Tabela 21, p.141).

Na reconstrução da história de trabalho desses indivíduos pode-se visualizar que 22,2% dos mesmos exercem suas atividades anteriores na própria usina como lavradores conforme a Tabela 22, p.142 . São portanto indivíduos que ascenderam na escala profissional, dentro da lôgica e do contexto no qual está organizado o trabalho na usina. Esses individúos são aqueles que pertenciam a famílias de lavradores, colonos ou camaradas que já residiam na usina, tendo também exercido por algum tempo atividades como lavradores.

A partir de 1967 com a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e tendo a usina já colocado em prática várias

Tabela 21. Número e Porcentagem dos Chefes das Famílias de Trabalhadores Residentes da Amostra por Categoria de Trabalho Segundo a Atividade do Pai do Chefe e o Local de Exercício da Atividade.

ATIVIDADES DO PAI DO CHEFE	NÚMERO E PORCENTAGEM DE PAIS DOS CHEFES POR CATEGORIA DE TRABALHO E O LOCAL DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE											
	LAVRADORES				OPERADORES DE MÁQUINAS				COLONOS-FORNECEDORES			
	NA USINA		FORA DA USINA		NA USINA		FORA DA USINA		NA USINA		FORA DA USINA	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Camarada de colono	4	8,0	1	3,7	-	--	--	--	-	-	-	--
Colono de cana	11	22,0	5	18,5	-	--	4	100,0	-	-	-	--
Lavrador assalariado	15	30,0	5	10,0	1	3,7	6	22,2	--	-	-	--
Caseiro e Guarda	2	4,0	--	-	--	-	--	--	-	-	-	--
Empreiteiro de Lenha	2	4,0	--	-	--	-	--	--	-	-	-	--
Lavrador Proprietário	--	-	4	8,0	--	-	2	7,4	--	-	-	--
Colonos de café	--	-	1	2,0	--	-	1	3,7	--	-	-	--
Volante	--	-	--	-	--	-	1	3,7	--	-	-	--
Parceiro	--	-	1	2,0	--	-	2	7,4	--	-	-	--
Motorista de Táxi	--	-	-	--	--	-	1	3,7	--	-	-	--
Biscateiro	--	-	-	--	--	-	1	3,7	--	-	-	--
Policial	--	-	1	2,0	--	-	--	--	--	-	-	--
Turneiro	--	-	-	--	--	-	2	7,4	--	-	-	--
Administrador de Fazenda	--	-	1	2,0	--	-	--	--	--	-	-	--
Sem a atividade	16	32,0	37	34,0	20	73,1	11	4,0	--	-	-	--
T O T A L	50	100,0	50	100,0	27	100,0	27	100,0	4	100,0	4	100,0

Tabela 22. Número e Porcentagem dos Chefes de Família de Trabalhadores Residentes Permanentes da Categoria Operadores de Máquina da Amostra Segundo as Atividades Anteriores e Atividade Atual Exercidas na Usina.

TEMPO DO EXERCÍCIO	NÚMERO E PORCENTAGEM DE CHEFES DA CATEGORIA OPERADORES DE MÁQUINAS SEGUNDO AS ATIVIDADES ANTERIORES E ATUAIS EXERCIDAS NA USINA									
	MOTORISTA		TRATORISTA		LAVRADOR		OPERÁRIO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Atual	7	25,9	20	74,0					27	100,0
1 ^a Anterior			2	7,4	6	22,2			8	29,6
2 ^a Anterior	-		-		1	3,7	1	3,7	2	7,4
3 ^a Anterior	-		-		1	3,7	-		1	3,7

medidas no sentido de eliminar as famílias de lavradores residentes, como já foi visto em outras partes deste trabalho, alia a seus interesses mais um meio de atingir seus objetivos.

Na Usina os trabalhadores residentes se caracterizavam até aquela data (1967) como uma classe de trabalhadores com grande estabilidade de no emprego, em sua maioria com no mínimo 20 a 25 anos ou mais de serviço. Esta estabilidade significava para a empresa um ônus elevado na hipótese de uma demissão, o que de certo modo impunha moderação quanto às exigências da usina em relação a esses trabalhadores. A maior parte desses trabalhadores tinham receio da "lei nova" e acabaram por não optar pe

lo FGTS. Mas com o passar do tempo a Usina lançou mão de alternativas que pouco a pouco levaram estes trabalhadores à opção. Essas alternativas foram sobretudo oferecer "acordo" para indenização dos anos de serviço anteriores a 1967, e a *promoção* para cargos melhores e mais bem remunerados.

A associação dessas duas medidas levaram os trabalhadores com mais de 10 anos de serviço a optarem pelo Fundo de Garantia. Esta opção, entretanto, começou a ser feita principalmente a partir de 1972, com data retroativa de 1967. Em troca, pelos anos anteriores a 1967 oferecia-se "acordo" estabelecido com base em 60% da indenização total à qual o trabalhador teria por todos os seus anos de serviço na empresa. O valor correspondente a estes 60% são pagos em prestações variando o número delas de 30 a 60 prestações.

"Ofereceram para eu optar desde 67 em troca de sair da enxada e ser tratorista. A fazenda então chamou e eu assinei. A fazenda achou que eu era bom elemento e que então era melhor eu assinã. Se eu não assinasse eu entrava na 'pôda'. Quando assinei o fundo deixei 9 anos na companhia. Quer dizer que estou recebendo em parcela o 'acordo' desses anos. Mas faz três meses que não pagam. Pagam Cr\$ 500,00 por meis, depois passaram prã Cr\$ 1.000,00, em 30 meses" (F.S., tratorista, 19 anos de serviço).

De uma forma ou de outra foram se associando medidas que se tornaram verdadeiros mecanismos de pressão para o trabalhador. Ora era apontada a ameaça de não ficar bem visto na empresa, ora era a ameaça de ser mandado embora, ora era a oportunidade de melhorar de vida, saldar dívidas, que juntas terminaram praticamente por eliminar com alguns poucos trabalhadores que permaneciam no "regime antigo". O depoimento que se segue explicita esta situação: *"Eu trabalhei desde 1961, com 14 ano. Tra*

*balhei uns cinco ano de bombero das moça. Levã água prã turma. Depois en
trei trabaia na sacaria de açúcar; naquele tempo eu era forte, era gordo,
então trabalhei mais ou menos uns quatro ano na sacaria, tinha 18 anos.
E depois quando saiu a lei em 67 eu assinei o fundo de garantia. Assinei
em 68; passei a trabalhã na mecanização agrícola. Na época a nossa fami
lia tava meio a perigo; se eu não optasse eles mandava eu embora, e eu
era o braço direito da família naquela época, eu ainda era solteiro. Eu
trabalhava na sacaria e lã rendia. Lã era negócio de produção. Tinha uma
bonificação por saco de açúcar e eu trabalhava ensacando açúcar, e meus
irmãos trabaivam na lavoura e lã num rendia. E meu pai tinha uns negócio
prã pagã, uma dívida anterior. E eu sei que eu ganhava sozinho mais do
que eles três junto, meu pai e mais dois irmãos. Os treis ganhava igual
eu. Então por isso que eu pensei e optei, pensei na família. Prã mim tal
vez tivesse sido melhor ir embora. Quando optei pelo fundo passei prã tra
torista" (P.G., tratorista, 16 anos de serviço).*

Isto reflete o modo como a usina forçou estes trabalhado
res a aceitarem a reorganização da força de trabalho.

Entre os operadores de máquinas ocorre também a existência
de indivíduos que procedem de outros locais fora da usina, onde exerciam
atividades na condição de lavradores assalariados, pequenos proprietários,
parceiros, como diz a Tabela 23, p.145 .

A mobilidade em termos de emprego é significativa entre es
tes trabalhadores. A proporção de indivíduos que tiveram pelo menos uma
atividade anterior à atual é significativa 14,1%; 37,1% tiveram até
duas outras atividades anteriores a atual e 18,6% até três atividades an
teriores a atual.

Em sua maioria na primeira atividade imediatamente ante

Tabela 23. Número e Porcentagem dos Chefes de Famílias de Trabalhadores Residentes Permanentes da Categoria Operadores de Máquinas da Amostra Segundo as Atividades Anteriores e o Local de Trabalho.

NÚMERO E PORCENTAGEM DE CHEFES DA CATEGORIA OPERADORES DE MÁQUINAS SEGUNDO AS ATIVIDADES ANTERIORES E O LOCAL DE TRABALHO							
LOCAL DE TRABALHO	ATIVIDADES	1ª ANTERIOR		2ª ANTERIOR		3ª ANTERIOR	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Na Usina	Colono com a Família do Pai	5	18,5	--	-	--	-
	Camarada de Colono	1	3,7	--	-	--	-
	Fiscal de Turma na Empreiteira de Mão de Obra	1	3,7	--	-	--	-
Fora da Usina	Tratorista Assalariado	6	22,2	4	14,8	1	3,7
	Motorista Assalariado	5	18,5	3	11,1	2	7,5
	Mecânico Assalariado	1	3,7	--	-	1	3,7
	Operário	--	-	1	3,7	1	3,7
	Lavrador Assalariado	5	18,5	2	7,5	--	-
	Parceiro	1	3,7	--	-	--	-
	Motorista de Táxi Autônomo	2	7,5	--	-	--	-
	Sem a atividade anterior	--	-	17	62,9	22	81,4
	T O T A L	27	100,0	27	100,0	27	100,0

rior a atual estiveram empregados no mesmo tipo de atividade que a exercida atualmente, 40,7%. Outros (48,1%) estavam empregados em atividades na condição de lavradores.

A renda familiar dos operadores de máquinas é de Cr\$ 2.157,60. Nestas famílias é mais freqüente só o chefe trabalhar. Entre os demais membros dessas famílias que trabalham em sua maioria próprios são empregados pelo turmeiro ou pela firma empreiteira. Somente alguns desses indivíduos são empregados pela própria usina, exercendo atividades de motorista, faxineiro e lavrador há menos de um ano próprios.

A renda familiar dos operadores de máquinas é aparentemente inferior a dos lavradores pelo fato destes últimos comportarem em suas famílias maior número de membros que trabalham. Ou seja o número médio de demais membros que trabalham é de 1,4 nas famílias de lavradores e 0,6 nas famílias dos operadores de máquinas.

O salário dos operadores de máquinas se baseia na hora/trabalho independentemente da época do ano ou da tarefa a ser executada.

A intensificação da divisão do trabalho na usina fez emergir uma hierarquia em termos de salário, na medida em que propiciou privilégios para uns em detrimento de outros. É o caso dos tratoristas e motoristas que tem um salário significativamente maior que o dos lavradores em decorrência da possibilidade de prolongamento da sua jornada de trabalho. A este somam-se outros privilégios tais como o fato de não serem descontados em seus salários os dias de chuvas nos quais é impossível o trabalho.

Esses trabalhadores passaram por uma alteração no seu modo de vida na medida em que também experimentaram mudanças na sua condição de trabalho. Procedentes de famílias de lavradores proprietários, parcei

ros, meeiros e colonos, perderam durante este processo de transformação a propriedade e os instrumentos de trabalho. São levados a se desengajarem de suas condições de lavradores à procura de atividades melhor remuneradas como a de tratoristas ou motoristas.

Neste processo ele foi despojado de sua propriedade, da propriedade dos meios de produção, tornando-se um trabalhador especializado, habilitado a vender sua força de trabalho a um comprador. No momento em que se redefinem as relações sociais de produção faltam-lhe os meios materiais de produção, e agora sua força de trabalho para poder funcionar necessita ser vendida, com o selo da divisão do trabalho, que o reivindica como propriedade do capital.

O processo de trabalho tornou-se instrumento do processo de valorização do capital - de criação de mais-valia. Transformaram-se a natureza e as condições reais do processo de trabalho. Operou-se uma transformação total na organização do trabalho, na produtividade do trabalho e nas relações entre o Capitalista e o trabalhador. A produção capitalista ao produzir e reproduzir suas relações de trabalho ampliou cada vez mais a massa de assalariados.

Portanto, o capital não produz somente capital, ou melhor dizendo, apenas criação de mais-valia; ele produz também uma massa crescente de trabalhadores assalariados, elemento graças ao qual ele pode reproduzir-se enquanto capital. A tendência é aumentar a massa representada pelos meios de produção vivos: o proletariado. Ainda que sejam produtos situados em polos opostos do mesmo processo, crescimento do capital e aumento do proletariado constituem um todo. Estas relações se reproduzem sempre favoravelmente a uma das partes, os capitalistas, e sempre desfavoráveis à outra, os trabalhadores assalariados.

- 6. PERCEPÇÃO DA SUA CONDIÇÃO DE TRABALHO E DA SUA CONDIÇÃO DE VIDA

Nos capítulos anteriores a análise se deteve sobre os efeitos das transformações do processo produtivo e da divisão do trabalho sobre a estrutura das relações de trabalho. Estas transformações alteram não só a forma da organização do trabalho, como também o modo como o trabalhador se insere no contexto da produção. Esse processo não passa despercebido ao trabalhador. Em um primeiro momento, embora já estivessem ocorrendo profundas alterações na organização do trabalho, a percepção e a consciência dos efeitos deste processo sobre sua condição de vida encontravam-se encobertas e diluídas pelas fortes relações de dependência e subordinação pessoal que se estabeleciam entre os trabalhadores e o patrão. Os contatos pessoais dos trabalhadores com o próprio patrão que então vivia em seu meio, e de certa maneira vivenciava sua condição de trabalhador, obscurecia uma percepção mais objetiva dos conflitos existentes e dos efeitos daquelas transformações sobre o seu próprio trabalho.

Na medida em que se intensificam as alterações do processo produtivo e cresce a complexidade administrativa da Usina, e com esta desaparece a presença física da figura do patrão, os conflitos e a

percepção da sua condição ganham uma certa intensidade.

Esta percepção encontra-se mais acentuada entre os trabalhadores da categoria Lavradores, pois foram estes os que mais estiveram expostos às transformações do processo produtivo na Usina. Sujeitos a uma degradação intensa na sua atividade enquanto lavradores sentem-se como "os últimos" e os mais desprivilegiados na atual hierarquia da empresa, e considera-se um indivíduo sem profissão. É ilustrativo desse fato o relato de A.O. (lavrador, 30 anos de serviço): *"Lavrador não é profissão por causa dos pais e das mães. Tem pai e mãe que atenta de teimã pro filho ter um ofício de torneiro, de mecânico. O pai reconhece que o filho tem que melhorá. O pai que não reconhece os filhos, então acontece isso aí-nenhum pai que ensinã o filho a ser lavrador. Os pai não incentiva o filho prá trabalhã na lavoura. Mas lavoura não é profissão; seria uma profissão se eu tivesse um sítio meu, nem que fosse 3, 4 ou 5 alqueires de terra, mas que fosse meu. Aí eu prantava arroz, prantava milho, prantava algodão; aí o sítio dava produção prá gente. Mas se vou pegã um sítio que é só prá fazer o prantio, mesmo de ameia, já não é vantagem. Eu digo que a vida prá mim num tá boa, mas também num tá ruim. Meu trabalho tá bom, porque eu não tenho ofício; meu ofício é cortã cana e carpi cana. Mas isso não é ofício. Lavrador não tem profissão. Gostaria de ter uma profissão de mecânico, de ser um motorista de caminhão mas negócio de cortã cana, cortã lenha, carregã vagão, as 4 horas da manhã com lampião, não, isto é profissão? Isto é profissão de doido. Eu acho que a lavoura não é profissão. O que faz a gente pensar assim é que está acontecendo aqui na refinadora. Tendo uma vida tranqüila, tendo um bom salário, chega em casa os filhos tudo bem trocadinho, bem vestidinho, têm ânimo prá trabalhã",*

Como se percebe a precariedade de sua condição de lavrador só pode ser alterada na medida em que ele pudesse ser proprietário de um pedaço de terra. É a luta pela terra que se encontra subjacente ao seu projeto de vida. O conceito de profissão está ligado a noção de propriedade na medida em que apenas trabalhando no que "é da gente, tendo produção prá gente" é que o indivíduo poderia ser considerado como tendo uma profissão.

Embora, este trabalho não tenha por objetivo analisar as representações mentais dos trabalhadores residentes sobre sua situação de vida concreta, percebe-se através de seus depoimentos, histórias de vida e entrevistas, que estes indivíduos tem uma visão de mundo que incorporou e assimilou essa vivência concreta.⁸

Ocorre uma grande insatisfação entre esses trabalhadores em relação à sua atual condição de vida. Os lavradores, por se constituírem em uma população de maior idade, com muitos anos de serviço, e pelo fato de terem vivenciado mais intensamente o processo de transformação das relações de trabalho, que culminaram na sua proletarianização e usufruído de situações de vida e de regimes de trabalho muito mais "recompensadoras" que as atuais, são os que mais se sentem marginalizados dentro do processo produtivo.

Embora, estes lavradores se refiram ao passado de uma forma que o valoriza, na medida em que se sentiam muito mais recompensados quer socialmente quer materialmente, não se pode deixar de dizer

⁸ Uma análise das representações mentais e da consciência de classe, isto é, dos elementos ideológicos, requereria uma investigação mais sistemática sobre a questão, o que envolveria um novo trabalho de pesquisa, nos moldes do que foi utilizado por José Sérgio Leite Lopes, no "Vapor do Diabo" e Ligia Sigaud em "A percepção do salário entre trabalhadores rurais" e Celso Frederico em "Consciência Operária no Brasil".

que neste passado a exploração dos trabalhadores existia de uma forma acentuada. Os conflitos entre usineiro e colonos e entre colonos e camaradas existiam e se manifestaram de forma clara. Em síntese, este passado conforme pode ser percebido nos relatos de colonos e camaradas se caracterizou pela intensa exploração do trabalho e por diferentes formas de luta que emergiram a partir dos conflitos existentes.

Entre os trabalhadores da categoria operadores de máquinas por serem mais jovens, e residirem há pouco tempo na Usina, e por se constituírem em uma categoria de trabalhadores mais habilitados fato que se reflete em um melhor salário, mais prestígio e melhor situação de vida em relação aos demais trabalhadores da lavoura existe uma percepção diferente da sua situação na Usina. Estes vêm com "bons olhos", principalmente pelo fato de terem uma maior mobilidade espacial e de ocupação, e, em função disto, terem vivenciado situações menos recompensadoras em relação a que atualmente usufruem. Entre os motivos que os levam a permanecer na Usina, a maioria aponta as vantagens que esta lhes oferece entre as quais casa gratuita, assistência médica e social, recreação, escola para os filhos, acesso fácil aos centros urbanos mais próximos. Alegam que "em outros lugares as condições são piores, e pagam menos". Neste sentido os serviços oferecidos pela Usina, tem a dupla função: a de reter os trabalhadores melhor qualificados na Usina, e a de compor uma parte de seu salário.

Uma mesma diferenciação de opinião entre essas duas classes de trabalhadores se revela no modo como eles vêm o seu trabalho. Os lavradores apresentam uma passividade apenas aparente diante da atual precariedade de sua condição de vida, situação que se encontra subjacente nos seus depoimentos tais como: "faço o que o patrão manda"; "não sei fazer outro serviço"; "lavrador não é profissão"; "o trabalho, na lavoura

é dura e desprestigiado". Sentem-se totalmente relegados ao esquecimento como trabalhadores e que aos poucos estão sendo postos de lado. Durante toda existência enquanto lavradores pouco ou quase nada aprenderam.

É uma profissão desvantajosa que acaba por martirizar a vida do trabalhador como relata A.P. (lavrador, 23 anos de serviço): *"Se eu pudesse me despistá da lavoura quanto mais antes eu dispistava, fosse trabaia numa firma mesmo na Usina. Que nem aqui, se eu fosse trabaia na Usina, ele ali (o motorista) não perde uma hora, já aqui na lavoura ele perde. Quando pegô chovê, não deu prá trabalhã ele já perde a hora. É diferente. Um sujeito que trabaia com a máquina, não se esforça, um carpidô de capim, um carpidô de enchada, cortadô de cana, esse aí está se martirizando, se esgotando de força. Já o que trabaia com a máquina não. Na Usina (Indústria) é mais importante porque o interesse meu era ganhã mais, e o serviço da lavoura é serviço pesado mais bruto, serviço braçal é serviço bruto. E num serviço pesado, e a gente se esforça muito. Já num serviço, que eu trabalhei um ano na Usina (industrial) tã certo, eu trabalhei na cardeira, que também era um serviço esforçado mais trabalhava, uma hora, pocas horas, era serviço apertado, depois ficava ali, só fazendo fogo na caldeira... O serviço mais pesado era aquele. Agora, na lavoura não, tem de pegã da 7 (horas). Dão descanso 45min no almoço e 45 no café, e o resto é molhado, trabalhando que não é moleza".*

Essa aparente passividade revelada em seus depoimentos se restringe na verdade apenas ao nível da verbalização. Estes lavradores tem uma noção clara de seus direitos, da exploração a que estiveram e estão submetidos. Durante sua existência na usina suas insatisfações assumiram as mais diferentes formas de contestação. As reclamações junto ao sindicato e associações de classe sempre fizeram parte de seu dia a dia na usina. As pressões da usina e as medidas tomadas

pela mesma em relação os que reclamam são entre outras as causas que fazem com que estes trabalhadores apresentem apenas aparentemente uma passividade diante de sua exploração.

Entre os operadores de máquinas existe um sentimento de valorização do trabalho bastante acentuado decorrente do fato de trabalharem com tratores, caminhões, colhedeiros e carregadeiras de canas, tratores de grande porte como os tratores de esteira e destoca. Sentem-se mais prestigiados e bem situados na hierarquia de trabalho na Usina do que os lavradores, como pode ser percebido no relato de P.G. (tratorista, 16 anos de serviço), operador da colhedeira de cana: *"O trabalho de tratorista é mais importante. É mais responsabilidade. Porque pegá uma enxada, pegá um facão, se dá alguma zebra ali, num dá problema. Mas se pegá uma máquina... Ali, além da máquina, tem eu, tem a máquina, tem o caminhão de lado, tem o serviço que a turma faz normal, tem todas essas coisa. A máquina que eu trabalho tem dezessete alavancas prá eu cuidá. Além do caminhão de lado tem o trator prá mim dirigi ainda. Eles teve que dá valor e muito mais ainda. Porque eu trabalho prá trinta da lavoura".*

Existe um sentimento de solidariedade em relação aos lavradores, opinião que se encontra bastante caracterizada no depoimento do tratorista operador da carregadeira de cana: *"Eu acho que eles devia pensá que trabalho do lavrador é um trabalho importante. Mas tem que achar mesmo. Eu tenho dó dos cara, eu também sou quase lavora. Coitados. Eu achava que eles devia ganhá até mais do que eu. Porque ali é serviço de peito mesmo. É cansativo. E o meu já é enjoativo. Agora o deles num tem perigo. Perigo tem assim batê a enxada, o facão na mão. Bom de fato é perigoso. Todo serviço é perigoso. Mas eu digo assim. O meu é mais perigoso. Digo que se acontece é pior do que o dele no acidente. Então, mais eu*

tenho dô, eu tenho dô deles. Eu gostava que os da lavoura ganhava muito mais do que eu, do que o gerente aí". (P.G., 16 anos de serviço).

Embora desprestigiados e relegados a planos inferiores estes trabalhadores reconhecem com uma clareza profunda o valor exato de seu trabalho, ou melhor da sua força de trabalho que para eles tem um valor que vai muito além do que aquele expresso no seu salário; seu trabalho é uma atividade através da qual se criam valores; "o trabalhador da enxada dá lucro para o patrão" como expressa o depoimento de A.O. (lavrador, 30 anos de serviço): *"Meu trabalho vale um pouco caro. E eles não paga o que vale. Por que eu acho que não dão valor; não reconhece o que o trabalhador faiz. Se eu pego meu facão e vou aí num canaviã de cana direita e corto uns 70, 80, 100 metro. Agora, daquele 100 metro já tirei meu salário, prá mim, e o sustento de minha família, minha muiê e fio. Já não dei prejuizo pro meu patrão, daquilo já tirei prá mim, prôs filho e sobra prô patrão também. Agora os patrão não reconhece o que eu fiz prá eles; eles dão preferência prá pegã um homem prá correr aí o dia inteiro, com quatro, cinco camionete, prá lá e prá cá; prá estes dá valor. Pro trabalhadô que trabalha, que esgota aquilo aqui, eles não dá valor. Nois semo considerado que nem cachorro, mesma coisa".*

O discurso traduz o tipo de percepção que eles tem de seu papel enquanto trabalhadores. A compreensão do processo de exploração do trabalho ao qual estão sujeitos não lhes escapa. Inúmeros são os depoimentos que revelam a percepção do trabalhador quanto ao verdadeiro valor e significado de seu trabalho. A troca do seu trabalho pelo salário apresenta-se como uma troca desigual, na medida em que estábastante claro para ele que a existência, manutenção e ampliação da Usina são possíveis graças ao seu trabalho. O capital, ou melhor dizendo, na linguagem do

trabalhador, o dinheiro, sai de seus próprios braços.

"Acho que o dinheiro sai da produção que dá a cana, do trbalho meu e acho que sai do que é produzido aqui dentro, que nem a cana. Nóis prantamo, nóis carpimo. Quer dizer que da parte do trabalho o patrão eu acho que ele não tem prejuízo. Porque se eu vô lá, num corto, eles não marca metro prã mim, e nem me paga o dia. Quer dizer que se eu vou lá e eu não estou boa prã trabalhã eu vorto prã minha casa eu não ganho aquele dia. Quer dizer que eu acho que o trabalhador não dá prejuízo prô patrão. Ele dá lucro. Um trabalhador de entrada ele dá lucro pro patrão. Se ele não suá, não derramã o suor... Eu queria que um dia vocês fosse na roça e visse a situação de nóis trabalhã, óia seis corre. Muitos fala, num come com a mão suja meus filho. Se seis vê nóis, seis chora. A situação nossa, do jeito que nóis fica, num dia que chove, lama; num dia de pueira, ensopado de suor" (D.N., volante, residente).

O lavrador sente a degeneração do seu trabalho, bem como as discrepâncias entre o seu salário e o lucro da empresa, e os obstáculos com que se defronta ao tentar buscar novos horizontes. Estes se apresentam a eles tão fechados, limitados quanto a possíveis perspectivas de ação, transformando-se assim numa sina que irá acompanhá-los até a morte.

"Do meu trabalho, tiro para mim e a família e ainda sobra para o patrão. Mas não é repartido igual. Eu acho que não é igual. Se eu chego de tarde e tiro um tanto por dia, chego em casa satisfeito e falo prã minha mulher Maria: 'Uma parte já ficô prô patrão e um tanto eu trouxe pra meu fio prã mantê você e ele'. Se o patrão reconhecesse o que o trabalhador faz prã ele dentro de uma fazenda dessa aqui ele não podia deixá o pagamento dessa forma. O sustento de todo esse mundo aí sai do

próprio suor nosso. Eu acho que o trabalhador devia de fazer uma coisa ho nesta. Por exemplo, como tá essa Usina agora; devia chegã com jeito, com educação e dizer 'Eu quero conhecer o patrão nosso, o chefe maior, eu que ria falar com ele'. Mas tudo com educação. Aqui tem gente que pensa de ir conversã mas não vão porque eles tem medo de ser mandado embora". (A.O. lavrador, 30 anos de serviço).

Ao lado da modernização técnica e das transformações do trabalho ocorre um aumento da complexidade burocrática da empresa. Tornam-se muito mais complexas as relações de trabalho na lavoura, na medida em que ao lado do trabalhador residente permanente passam a existir o trabalhador residente temporário, e o volante e uma nova categoria de trabalhadores especializados, ligada a cargos e funções técnicas e a um aparato burocrático, extremamente complexo do ponto de vista do trabalhador.

É necessário se fazer referência ao modelo de funcionamento do sistema capitalista no qual a empresa assume cada vez mais o aspecto de uma máquina complexa onde o conteúdo do trabalho e as relações do trabalhador não são fixados dia a dia por atos da direção, mas o são e de uma vez por todas pelas normas e pela estrutura da empresa.

Em situações anteriores na própria empresa, estas normas do dia a dia, as grandes e pequenas questões resolviam-se em contatos diãrios mantidos entre o trabalhador e o patrão. Este usufruía desse ambiente e tornou-se uma figura que com sua presença impunha um conteúdo e uma significação especial a estas relações.

Atualmente a figura do Patrão diluiu-se nesta complexidade burocrática na qual a usina se transformou. Essa figura deixa de existir fisicamente, permanecendo apenas "aqueles que executam a vontade do pa

trão". Neste sentido os dirigentes, os técnicos, os chefes imediatos são vistos pelos trabalhadores como os responsáveis imediatos pela sua precária condição de vida.

A inexistência de alternativas ao trabalhador os levam a racionalizar suas condições objetivas de vida e de trabalho em torno da questão da presença ou ausência do patrão. Acreditam esses trabalhadores que se o patrão estivesse ali, em seu próprio meio, ou tivesse ao menos conhecimento de seus problemas, as coisas se modificariam e os problemas seriam todos resolvidos. Como nos fala A.O. (lavrador, 34 anos de serviço):

"Eu acho que o patrão não sabe que estamos nessa situação. Porque eu acho que se ele soubesse o que está se passando com o trabalhador da fazenda dele, ele tinha dado um jeito de pelo menos sair dessa situação. Estamos passando até necessidade, e tudo isto por causa do abençoado que ninguém sabe quem toma conta disso aqui".

Para o trabalhador o conhecimento da figura do Patrão é extremamente importante. Consideram que se eles conhecessem o Patrão ou o Patrão a eles a sua situação de vida não estaria tão precária, e que pelo menos saberiam para quem levar seus problemas e suas reclamações. Como pode ser percebido pelo depoimento: *"Eu nem conheço os donos da Usina. Conheci o primeiro dono da Usina que era o (.....), e quando me conheci por gente aqui o primeiro patrão eu conheci, ele o gerente dele, tudo eu conheço. Que até o gerente dele o (.....) já morreu. Mas depois que esses patrão passou a comprá isso aqui, eu num posso dizer quem é o patrão, porque eu nunca vi ele. Tenho visto os empregado, gerente... Eu achava que era importante eu conhecê o patrão. Prá gente sabê quem era o patrão era importante, porque se a gente tivesse que conversá qualquer coisa conversa*

va com o dono. Porque a gente vai conversã com empregado, ele é empregado como se diz, igual a gente, num vai resolve nada. Mas o patrão daqui eu num cunheço e acho que daqui ninguém cunhece. Porque essi patrão nunca veio aqui, qui eu sei nunca ele veio" (A.V., lavrador, 30 anos de serviço).

Alguns chegam a ponto de considerar como causa responsável pela sua condição de vida precária a existência de muitos "doutores", agrônomos, etc... Situação que pode ser percebida nas declarações de J.S. (lavrador, 25 anos de serviço): "Aqui entraram muitos donos, muito palpitos; cada um quer fazê de um jeito. Antigamente aqui num era tocado com Doutor; tinha sô gente assim, formada na roça. Hoje em dia é sô filho de granfo, agrônomo. Antigamente o patrão era o chefe, e era ele que olhava o serviço. Eu acho que os doutor sô dão prejuizo prã Usina. Eu digo que é prejuizo para a Companhia, porque depois que começaram a entrar esses agrônomos aí e doutor é que a Usina foi decaindo. Um doutor ganha por 20 ou 30 camarada que trabalha por dia. Eu penso que eles devesse dirigir isto melhor. Se o dono tivesse arreparado de por tanta gente que ganha rios de dinheiro num tava tão ruim. Eu acho que não é o trabalhador que está afundiando isto aqui. Eu penso que eles estão se afundiando por si".

Foge ao trabalhador o entendimento da variedade de cargos e funções agora existentes. Para eles a Usina passou a ser um complexo onde existem muitas pessoas, cargos, funções, papéis, leis, direitos, etc.. e onde não existe ou está deixando de existir a figura do lavrador.

"Muita gente que dirige é demais. O que tem de gente prã cima e prã baixo, o que consomem de gasolina! Não é possível que o açúcar, o bagaço e o papel de tanto produto assim. São eles que são responsã

*veis pelo que tã acontecendo. Tamo revoltado porque são eles que são res-
ponsáveis pela miséria do trabalhador. São eles porque é como eu digo,
aqui a seção é grande, mas um chefe só tocava isto aqui; num precisava os
10, 12, 15, 20 como tem. Um ganha seus 12 milhão, outro ganha 21, outro
50 milhão. Agora do nosso salário tem que sair o salário dessa chefiada
toda aí; do braço nosso" (A.O., lavrador, 34 anos de serviço).*

Antigamente todos conheciam o patrão porque ele supervisionava diretamente os serviços, sentava-se à mesa da casa do trabalhador, estava ao seu lado na missa, era padrinho de seus filhos, hoje, o patrão é um *desconhecido*. Além da presença do Patrão o trabalhador usufruía do Armazém mantido pela própria Usina, que lhe garantia crédito para o ano todo; a alimentação, vestimenta e ferramenta para o trabalho ; que lhe eram garantidas pelo armazém.

Escapa-lhe que sob estas relações de amizade se achavam encobertas as formas de exploração de seu trabalho. Havia o armazém que lhe fornecia tudo que necessitasse, mas por outro lado como se encontra declarado em depoimento estes trabalhadores no final do mês de trabalho nada tinham a receber em dinheiro. Todo o salário ficava retido na cader neta do armazém. Existia o patrão que lhe visitava, "lhe salvava" e lhe fazia favores. Mas este mesmo patrão não lhe pagava as canas entregues na usina, nem as horas extras, explorando intensamente seu trabalho.

Hoje a situação configura-se de maneira bastante diferente. Não se conhece o patrão e o armazém já não existe, como também já não existe aquele sentimento comunitário, base sobre a qual se solidificaram as relações de amizades e de trabalho. "*Os ex-donos eram gente da pobreza. Ele chegava, andava a cavalo por tudo aqui, apertava a mão do trabalha-*
dor. O velho passava vendo o serviço, conversava com a gente, salvava a

gente, e se precisava ir no escritório conversa com ele, ele atendia. Agora é diferente, nem se conhece o patrão. Falã com quem, eu nunca nem vi ele. Eu acho que meu patrão é o governo" (M.J., lavrador, 30 anos de serviço).

O processo de reorganização do trabalho promovido na Usina foi o produto da combinação de múltiplos fatores, no qual a crescente mecanização do processo de trabalho na lavoura teve lugar de destaque. As atividades agrícolas como a adubação, pulverização e o corte das canas foram intensamente incorporadas pela mecanização. Na safra 76/77 a Usina dispunha de seis colhedeiras mecânicas. Essas máquinas substituem totalmente o homem nas atividades de corte das canas. A mecanização não só reduziu como redifiniu os usos da força de trabalho e produziu efeitos profundos sobre estes trabalhadores.

A utilização das colhedeiras mecânicas reduziu significativamente o número de trabalhadores empregados no corte das canas. Em um talhão de cana para o corte no qual seriam empregados 30 trabalhadores, sendo que cada um trabalharia um dia de 8 horas intensivamente cortando em média de 200 a 300 metros de cana cada um, a colhedeira necessita para executar esta mesma quantidade de trabalho uma hora, e dependendo das condições do terreno, até menos tempo. O relato do operador da colhedeira ilustra este fato: *"A colhedeira substitui muitos homens. Aquela máquina só farta fazê açuca, ela corta, pica. Vamo supor que eu trabalhe um dia inteiro numa colhedeira. Um dia normal que num tenha nada, eu faço o serviço duma turma de mais ou menos umas trinta pessoa. Corto e já pico em uns 10 minuto prá enchê um caminhão" (P.G., tratorista, 16 anos de serviço).*

Ao vivenciar diariamente a modernização do processo de

produção o lavrador se redefine como elemento deste processo passando a atribuir uma menor valorização ao seu trabalho. No novo processo o lavrador não tem mais valor, pois as máquinas tomaram o seu lugar e fazem o seu serviço. Essa expectativa em relação à máquina está presente no seu discurso e nas explicações que estes trabalhadores tem sobre a sua condição de vida. Ainda lhes resta algumas vantagens sobre determinados tipos de máquinas como a colhedeira, pelo fato destas não trabalharem em determinados terrenos ou em dias de chuva e eles o fazem. Surge neste contexto uma competição entre o lavrador e a máquina, como transparece na opinião de D.N. (lavrador volante) sobre a colhedeira de cana: *"As máquinas elas cortam. São bãos maquinários, não vou falã que não são. Mas no lugar de pedra, morro, elas não funcionam; quem tem que funcionã é os braços do trabalhador. Quer dizer que sem trabalhador dentro da Usina eles num pode ficã; num pode sô ter maquinário. A máquina ela toma lugar de muitos de nóis. Lógico que uma máquina não pode se por com pessoa humana; a gente tem a disposição. Depois o tratamento do pobre, já viu como é. Sem comê duas veis carne, o que já é muito prã nóis, como é que nóis pode competir. A máquina num precisa comê. Agora, tem uma coisa; se não tem também os trabalhador atrais da máquina, atrais prã catã que nem tem na colhedeira, um prã catã cana, outro prã catã pedra, quero ver se ela trabalha! Faz o serviço, mas nunca é como pessoa humana. O camarada faz o serviço e ninguém precisa repassã".*

Percebem que a máquina tira seu lugar no trabalho, mas a racionalização desta situação se revela no seu discurso ao dizerem que ela é "boa", porque alivia o trabalho; o trabalho *pesado* é executado por ela *"...bão, o trabaio prã nóis de uns tempo prã cã diminuiu. Diminuiu devido que entrou os maquinários; mas também já favoreceu porque em veiz de a gen*

te trabaiã igual naquele tempo que era trabaio duro e pesado. Agora com a máquina já aliviou. Agora nóis faz menos força" (A.V., lavrador, 30 anos de serviço).

No corte de cana não se realizou a substituição integral do trabalhador pela maquinaria, porque o uso das colhedeiras ainda se de para com dificuldades, tais como irregularidades no terreno e os dias chuvosos. Em terrenos inclinados não é viável o uso das colhedeiras, o mesmo acontecendo nos dias de chuva; as colhedeiras encalham, atolam e às vezes tombam. Ao trabalhador da lavoura ainda restam alguns serviços a desempenhar.

"Tudo tudo o serviço a máquina num tira de nóis, mais que fracassa bem, fracassa. Que nem essas cortadera de cana, aqui tem se te, mais são dois home, um porque é o tratorista e o outro que cata. Em cinco minuto ela carrega um caminhão. E se for cortã por metro com trabalhador e a carregadeira carregã, em veiz de ficã em deis a tonelada, en tão ela vai ficã em trinta. De modo que prã eles usando a colhedeira fica em cinco, porque sô dois é que fais aquele serviço. Porque uma turma tem que cortã, tem que carregã, tem que por no caminhão, se for fazê todas essas conta fica muito mais caro prã Usina. Assim, eles põe um homem prã catã cana, cortadera corta em cinco minuto, quando muito deiz, vai um caminhão carregado com deiz tonelada, com onze..." (A.V., lavrador, 30 anos de serviço).

7. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Ao longo do processo de desenvolvimento da agroindústria açucareira paulista institucionalizaram-se formas de organização do trabalho que se refletiram na utilização dos mais diferentes regimes de trabalho e que vieram a modificar substancialmente a estrutura da classe trabalhadora na Usina de Açúcar estudada.

Este estudo se prendeu na análise das alterações que se processaram na organização do trabalho entre as famílias de trabalhadores residentes permanentes que compõem parte da atual força de trabalho empregada nas lavouras de canas de uma Usina de Açúcar e Alcool. Objetivou compreender o modo como se estruturaram as relações de trabalho ao nível dessas famílias e as especificidades dos regimes de trabalho a que foram submetidos no decorrer do processo de desenvolvimento pelo qual passou a Usina em questão, a partir da década de 1930.

A partir dos dados coletados a análise procurou captar os momentos daquele processo de transformação e que se refletiram diretamente na organização do trabalho. Esses momentos se manifestaram concretos em três situações distintas. Uma primeira situação onde a organização do

trabalho estava fundamentalmente baseada no regime do tipo colonato, que se constituia na principal forma de organização da força de trabalho pela Usina. Uma segunda situação onde se verifica ao longo de um período a ruptura e a decadência deste regime de trabalho. E uma terceira situação que corresponde ao momento atual da Usina onde se verificou o desaparecimento do colonato, o aparecimento de trabalhadores especializados - os tratoristas e motoristas etc... e a predominância de um contingente novo de trabalhadores temporários e volantes como a principal forma de organização da força de trabalho empregada nas lavouras de canas.

A preocupação principal se ateve a dois tipos fundamentais de questões. A partir da constatação dos principais momentos da transformação, que caracterizou o desenvolvimento da Usina em termos agroindustriais, a análise primeiramente se voltou para a compreensão das consequências desse processo de transformação sobre os regimes de trabalho que constituíram a base sobre a qual estava assentada a organização do trabalho na Usina. Em segundo lugar procurou ressaltar os efeitos dessas transformações a nível das famílias residentes e especialmente sobre o trabalhador individual.

A população em estudo constitui-se de famílias de trabalhadores residentes permanentes em uma Usina de Açúcar e Alcool e que pertencem ao setor lavoura. São trabalhadores que empregam sua força de trabalho em atividades agrícolas nas lavouras de canas. Residem em colônias distanciadas do núcleo central da Usina onde se localizam os setores Administrativo e Industrial da mesma.

A partir do tipo específico de atividade exercida nas lavouras de canas e do regime de trabalho através do qual estão vinculados

Na Usina estas famílias foram divididas em três categorias: Lavradores, Operadores de Máquinas e Colonos Fornecedores de canas.

As duas primeiras categorias constituem-se de famílias de trabalhadores assalariados, que tem como principal fonte de rendimento o salário. Os lavradores empregam sua força de trabalho em atividades de plantio, capinação e corte de canas nas lavouras e nos chamados Serviços Gerais que englobam atividades de reparação e manutenção de cercas, estradas, de moradia, etc... Os motoristas trabalham com caminhões para o transporte das canas cortadas e turmas de trabalhadores. Os tratoristas executam atividades de aração, pulverização dos canaviais e corte das canas com a utilização das colhedeiras mecânicas.

Os lavradores caracterizam-se, pela antiguidade, como residentes na Usina. Sua história é repleta de especificidade, marcada principalmente pelas alterações que ocorreram no regime de trabalho do qual usufruíram na Usina durante um longo período de tempo. Os trabalhadores da categoria Operadores de Máquinas tiveram seu aparecimento como uma categoria especial de trabalhadores especializados propiciado por estas mesmas transformações que afetaram a estrutura e a organização e a composição da força de trabalho empregada pela Usina.

Os colonos fornecedores possuem suas próprias lavouras de canas, em terras arrendadas pela Usina e são responsáveis pelo conjunto das atividades que integram o trabalho nas lavouras de canas, com exceção do preparo do solo que é feito pela Usina. Possuem área para pasto de seus animais e para lavoura de subsistência. O excedente da produção de subsistência é comercializado, constituindo-se portanto em fonte de rendimento. Neste sentido não foram considerados como Assalariados.

Esta categoria está composta por um número reduzido de famílias. São os últimos remanescentes de um regime de trabalho amplamente utilizado como principal forma de organização da força de trabalho na Usina. São os que mais intensamente foram submetidos às transformações que se sucederam a nível do processo produtivo e que modificaram substancialmente as características dos trabalhadores das lavouras de canas.

O aparecimento dos colonos fornecedores de canas é coincidente com o aparecimento da Usina. Constituíram-se não só na forma predominante de trabalho durante um longo período de tempo sendo responsáveis pela reprodução da força de trabalho utilizada pela Usina, visto que uma parte considerável das atuais famílias de residentes tiveram sua origem nestas famílias de colonos de cana.

O colonato enquanto principal forma de organização da força de trabalho persistiu até o momento em que o estágio de desenvolvimento da Usina não necessitava de um controle sistemático e eficiente da produção. Na medida em que se impôs, como fruto do desenvolvimento econômico que se sucedeu na sociedade brasileira em geral a partir da década de 1930 e acentuadamente durante o período de 1950-60, a necessidade de um maior controle sobre a produção, assegurando condições de promover uma maior acumulação de capital, a Usina promoveu a reorganização do trabalho alterando substancialmente o tipo de força de trabalho empregada em sua lavoura.

Estas famílias de diferentes maneiras apesar de inseridos em uma mesma unidade produtiva, alterando substancialmente o regime de trabalho mantido com a Usina, a sua forma de inserção enquanto trabalhadores no processo produtivo e a estrutura e organização da força de tra

lho familiar.

Cada uma dessas categorias de trabalhadores tem sua história típica mas existem entre elas pontos comuns, fruto da tendência básica que marca o trabalho no capitalismo que é a transformação dos trabalhadores em uma massa de trabalhadores assalariados, pauperizados e proletarizados.

Os efeitos dessas transformações se deram principalmente em dois sentidos. Propiciou uma crescente desintegração da família na medida em que a Usina não absorveu seus membros como força de trabalho e na possibilidade de fazê-lo as condições que ofereceu não foram as mais vantajosas para o trabalhador, caracterizando-se pela instabilidade e má remuneração. Em razão deste fato estas famílias se viram aos poucos esvaziadas - os filhos se desligam da família a procura de outros mercados de trabalho. Também transformou estas famílias em um imenso exército de reserva. Absorve esta população excedente quando lhe convém e nas condições que lhe são propícias nas ocasiões de maior demanda de força de trabalho, através dos turmeiros ou da firma empreiteira de mão-de-obra. Desta forma promoveu uma diminuição dos custos com transporte e encargos sociais, rebaixando o preço da força de trabalho.

A reorganização do processo produtivo destruiu ocupações e transformou o trabalhador em trabalhador parcelado, exercendo um efeito degradante sobre a capacidade técnica do mesmo. Estes trabalhadores que, encontram-se hoje nesta condição, estavam inseridos na mesma unidade produtiva usufruindo de regimes de trabalho que propiciavam a eles participar, do conjunto das atividades que integram o processo de trabalho nas lavouras de canas.

Ocorreu uma diminuição do grau de participação desses trabalhadores nas atividades que compõem o trabalho agrícola na medida em que não sô deixaram de executar as tarefas típicas que caracterizam aquele processo, como foram deslocados para executar tarefas ínfimas, tais como "catar pedras", "arrancar capim", consertar pontes e cercas, jardinação, etc...

Como consequência, deu-se também o desaparecimento de alguns tipos profissionais típicos das lavouras de canas, alternando-se substancialmente a composição da força de trabalho utilizada pela Usina.

Promoveu-se a substituição dos antigos lavradores por trabalhadores mais habilitados, como os motoristas e tratoristas, e os volantes.

O emprego destes últimos remanecentes de lavradores residentes, representa apenas uma das fases a serem atingidas pelas transformações que tiveram início com o desaparecimento do colonato, produto da reorganização do processo produtivo exigido pelas novas formas de acumulação de capital.

A Usina optou por uma forma de reorganização do trabalho, que lhe permitiu uma maior flexibilidade quanto aos regimes de trabalho empregados, alterando não sô a forma de arregimentação e organização do trabalho, como o modo como se dá a participação destes trabalhadores no conjunto das atividades que compõem e caracterizam o processo de trabalho nas lavouras de canas.

Estas famílias vivenciam concretamente este processo de mudança, e o grau de consciência dos efeitos dessas transformações, variou segundo o tipo de relacionamento que se estabelecia entre o usineiro

ro e seus trabalhadores. Predominavam métodos de cultivo e de processamento das canas absoletos, com baixa produtividade dos fatores de produção, característicos do final do século até as décadas de 1910/20. A figura paternalista do Senhor de Engenho imprimia às relações sociais um forte sentimento de amizade e subordinação, fazendo diminuir, na aparência, a distância social que o separava dos trabalhadores. A consciência da situação concreta de vida desses lavradores encontrava-se diluida no interior das relações pessoais, entretanto não obscureceram a percepção dos conflitos existentes.

Na medida do crescimento da Usina, com a modernização do processo produtivo e conseqüentemente da instituição de normas reguladoras da produção para atingir as exigências de maior produtividade no setor, alteraram-se também os vínculos e relações existentes entre o patrão e os seus empregados. A visão de mundo desses trabalhadores incorporou e assimilou as contradições desta vivência concreta.

A partir dos dados obtidos e da análise desenvolvida chega-se a nível de conclusão a algumas colocações que podem ser assim sistematizadas e que poderão se constituir em objeto de novos estudos e análises:

- que a transformação capitalista do processo de produção se deu de modo a propiciar a manutenção e a coexistência de diferentes formas de organização do trabalho em uma mesma unidade produtiva.
- que o conhecimento das formas de organização do trabalho e o exame das condições em que se dá a participação dos trabalhadores no processo produtivo propiciam a

visualização e a compreensão da forma que assume o processo de expansão das relações tipicamente capitalistas àqueles regimes de trabalho ainda não submetidos amplamente ao capital.

- que durante este processo os trabalhadores são submetidos a uma crescente divisão do trabalho e levados a executar somente parte de tarefas que compõem um processo integral de trabalho.
- que neste sentido experimentam um rebaixamento na sua capacidade integral de trabalho e conseqüentemente experimentam sua degradação enquanto trabalhador.
- que as diferentes formas de organização do trabalho, que se expressam no emprego e na concomitância de diferentes regimes de trabalho, são formas que favorecem a exploração cada vez mais intensa do trabalhador pelo capital.

SUMMARY

Along the process of development of the sugar cane Agri-industry in the State of São Paulo, types of work organization were institutionalized. This reflected on the utilization of many different work systems that turned out to substantially modify the working class structure in the sugar cane industry studied.

This study was concerned with the analysis of the modifications processed on the working organization among the tillers' families who belong to the real work-force present in the sugar cane plantations of one sugar cane and alcohol industry. Another objective of this study was to realize the way, according to which, the work relations with regard to these families were structured and, to realize the work system specificities to which they were submitted during the process of development undergone by the mentioned industry since the 30's decade.

Based on collected data, an attempt was made to discover the moments of that process of transformation which reflected directly on the work organization. In reality, these moments were expressed by three different situations. Firstly, one situation where the work organization was fundamentally based on the kind of regime called "colonato". Secondly, the situation characterized by the rupture and decadency of that work system. Thirdly, the present situation where were verified: 1) the disappearance of the "colonato"; 2) the appearance of specialized workers: tractor and truck drivers, etc...; and 3) the predominance of a new contingent of temporary workers making short and frequent trips to work, as the principal work system used in the sugar cane plantations.

The main concern of this study was related to two major questions. Upon learning the main moments of transformation that characterized the development of the agri-industry, an attempt was firstly made to realize the consequences of this transformation process on the work system that constituted the basis over which the industrial work-organization was settled. Secondly, it was tried to enhance the effects of those transformations on the resident families and especially on the individual worker.

The studied population consists of resident workers' famiⁱlies working in the plantations of one sugar cane and alcohol industry. These people are engaged in agricultural activities of the sugar cane crops and live in a colony far from the central part of the industry where the Administrative and Industrial Offices are located.

Based on the specific type of activities practiced in the plantations and on the work system through which these families are employed by the Industry, they were divided in three classes: the tillers, machine engineers and tenant farmers who furnish sugar cane to the industry (sharecroppers).

The first two classes consist of families receiving the salary as the main income source. The tillers work on planting activities, on the removal of weeds, on the sugar cane harvest and on general maintenance services. The truck drivers take care of the temporary workers' transportation and of the sugar cane harvest transportation to the industry. The tractor drivers are responsible for the preparation of the land, pulverization of the plantations and harvest (using mechanical devices).

The tillers characterize themselves as old residents in

the industry, having a history full of specificities, marked mainly by the alterations occurred in the work system from which they benefited for a long time.

The class of workers specialized in the operation of machines appeared as a result of the same transformations that affected the structure, organization and composition of the work-force of the industry.

The sugar cane furnishers are farmer tenants who own the crops (sharecroppers). They are responsible for all the activities related to the crops, except for the preparation of the land which is performed by the industry. They have area to raise cattle and to have a crop for their subsistence. The excess of this harvest is commercialized, being an income source. Thus, these workers are not considered as salaried.

This class is composed by a reduced number of families remained from a work-system widely used as the main work organization of the work-force in the industry. This class of workers appeared at the same time as the industry and constituted the predominant class of workers for a long time.

The resulting transformations from the typically capitalist growth of the industry affected these families in different ways in spite of the workers' being inserted in the same unity of production, altering substantially the working system, their way of insertion in this process and, the structure and organization of the family's work-force.

Each class has a typical history with points in common, as consequence of the basic tendency that marks the work in the capitalism: the transformation of the workers into a mass of salaried workers, very, very poor and proletarian.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNIASI, Maria Helena Rocha (1977) - Contribuição ao estudo das relações de produção no meio rural. In: *II Reunião nacional de mão de obra volante na agricultura*, promovida pelo Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu/UNESP.

BRASIL. LEIS, DECRETOS, ETC. (1941) - *Decreto lei nº 3855 de 21 de novembro de 1941: estatuto da lavoura canavieira.*

BRASIL. LEIS, DECRETOS, ETC. (1944) - *Decreto lei nº 6969 de 19 de outubro de 1944: dispõe sobre os fornecedores de cana que lavram terra alheia e dá outras providências.*

BRAVERMAN, Harry (1977) - *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.* Rio de Janeiro, Zahar Ed.

CARDOSO, Fernando Henrique (1969) - *Mudanças sociais na América Latina.* São Paulo, Difusão Européia do Livro.

CASTRO, Antonio Barros de (1969) - *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. São Paulo, Forense. 2 v.

CESARINO JUNIOR (1944) - O conceito de colono na lavoura canavieira paulista. *O Economista*, :25-40.

DUARTE, João Carlos & QUEDA, Oriovaldo (1974) - Agricultura e acumulação. *Debate e Crítica*, (2):90-97, jan/jun.

FURTADO, Celso (1959) - *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura.

GNACCARINI, José Carlos (1975) - A economia do açúcar: processo de trabalho e processo de acumulação. In: FAUSTO, Boris, org. - *Teoria geral da civilização brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1975. v. 1, t. 3, p. 309-344.

GNACCARINI, José Carlos (1972) - *Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria açucareira do Estado de São Paulo*. São Paulo, USP/FFLCH. Tese de doutoramento.

GONZALES, Elbro N. & BASTOS, Maria Inês (1977) - O trabalho volante na agricultura brasileira. In: PINSKY, Jaime, org. - *Capital e trabalho no campo*. São Paulo, Hucitec.

GUIMARÃES, Alberto Passos (1976) - *Quatro séculos de latifúndio*. 3^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

IANNI, Octávio (1976) - *A classe operária vai ao campo*. São Paulo, CEBRAP. (Cadernos CEBRAP, 24).

IANNI, Octávio (1965) - *Estado e capitalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

IANNI, Octávio (1977) - O estado e o trabalhador rural. *Contexto*, (4): 1-15, nov.

IANNI, Octávio (1973) - Relações de produção e proletária do rural. In: QUEDA, Orioaldo - *Vida rural e mudança social*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional. p. 184.

LOPES, José Sérgio Leite (1976) - *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LOPES, Juarez Rubens Brandão (1972) - *Desenvolvimento e mudança social*. 2^a ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

LOPES, Juarez Rubens Brandão (1976) - *Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo*. São Paulo, CEBRAP. (Caderno CEBRAP, 26).

LOUREIRO, Maria Rita Garcia (1977) - *Parceria e capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar Ed.

MARGLIN, Stephen et alii (1974) - *Divisão social do trabalho, ciência, técnica e modo de produção capitalista*. Porto, Ed. Pub. Escorpião.

MARTINS, Carlos Estevan (1977) - *Capitalismo de estado e modelo político do Brasil*. São Paulo, Graal. (Série Brasil em Foco, v. 1).

MARTINS, José de Souza (1975) - *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, Liv. Pioneira Ed.

MARTINS, Carlos Estevan (1977) - *Estado e capitalismo no Brasil: política e economia*. São Paulo, HUCITEC/CEBRAP.

MARTINS, José de Souza (1973) - *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Liv. Pioneira Ed.

MARTINS, José de Souza (1978) - As relações de classe e a produção ideológica da noção de trabalho. *Contexto*, (5):37-53.

MARX, Karl (1971) - *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 6 v. (Coleção Perspectivas do Homem. Série Economia, 38).

MARX, Karl (1971) - *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa, Ed. Estampa. (Coleção Teoria, 8).

MARX, Karl (1977) - *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política: Grundrisse, 1857-1858*. 9^a ed. Buenos Aires, Siglo Vientiuno Ed. v. 2.

MARX, Karl (1968) - *Oeuvres: économie*. Paris, Gallimard. 1970 p. (Bibliothèque de la Pléiade). v. 2.

- MIRANDA, Vicent Chermont (1943) - *O estatuto da lavoura canavieira e sua interpretação*. Rio de Janeiro. v. 1.
- OLIVEIRA, Francisco (1977) - *A economia brasileira: crítica a razão analista*. São Paulo, CEBRAP. (Seleção CEBRAP, 1).
- OLIVEIRA, Francisco (1976) - A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. *Estudos CEBRAP*, (16):5-26.
- PEREIRA, Osny Duarte (1965) - O estatuto da terra. *Revista Civilização Brasileira*, 1(1):24-45.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer (1968) - *A lavoura canavieira em São Pau*lo. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- PINA, Hêlio (1972) - *A agroindústria açucareira e sua legislação*. Rio de Janeiro, APEC.
- PINSKY, Jaime, org. (1977) - *Capital e trabalho no campo*. São Paulo, Ed. Hucitec.
- QUEDA, Oriowaldo (1972) - *A intervenção do estado e a agroindústria açuca*reira paulista. Piracicaba, ESALQ/USP. Tese de doutoramento.
- QUEDA, Oriowaldo & SZMRECSÁNYI, Tamás, org. (1973) - *Vida rural e mudança social*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- SÃO PAULO. (estado) Secretaria da Agricultura. Instituto de Economia Agrí^ícola (1972) - *Desenvolvimento da agricultura paulista*.

SIGAUD, Lília (1977) - A percepção do salário entre trabalhadores rurais.
In: PINSKY, Jaime, org. - *Capital e trabalho no campo*. São Paulo,
Hucitec. p. 49.

SILVA, José F. Graziano & GASQUES, José Garcia (1977) - Diagnóstico inicial do volante em São Paulo. In: *II Reunião nacional sobre mão de obra volante na agricultura*, promovida pelo Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu/UNESP.

SINGER, Paul (1973) - Agricultura e desenvolvimento econômico. In: QUEDA, Oriovaldo & SZMRECSÁNYI, Tomás - *Vida rural e mudança social*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional. p. 165.

SINGER, Paul (1977) - Capital e trabalho no campo: introdução. In: PINSKY, Jaime, org. - *Capital e trabalho no campo*. São Paulo, Hucitec.

SINGER, Paul (1970) - *Dinâmica populacional e desenvolvimento*. São Paulo, Edições CEBRAP.

SINGER, Paul (1977) - *Economia política do trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista*. São Paulo, Hucitec.

SZMRECSÁNYI, Tomás (1979) - *O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil: 1930-1975*. São Paulo/Campinas, Hucitec/UNICAMP.